

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

# Relatório de Gestão 2019



FNDE

Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação





Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Ministério da Educação

## Relatório De Gestão 2019



**FNDE**  
Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



## Sumário

Créditos .....	4	Política de Transporte Escolar .....	32	Capítulo 4: Demonstrações Contábeis .....	87
Mensagem da Presidente .....	5	Plano de Ações Articuladas – PAR .....	34	Declaração do Contador .....	88
Apresentação: Como ler esse relatório .....	6	Infraestrutura Educacional .....	36	Balanço Patrimonial .....	89
Relatório Integrado .....	6	Monitoramento de Obras .....	38	Balanço Orçamentário .....	96
Capítulo 1: Visão Feral do FNDE e Ambiente Externo ....	7	Programas Suplementares .....	38	Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	100
Identificação .....	8	Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino.....	39	Nota Explicativa do Fies .....	106
Estrutura Organizacional .....	9	FUNDEB .....	40	Capítulo 5: Outras Informações Relevantes .....	110
Alta Administração .....	10	Salário Educação .....	43	Tratamento de determinações e Recomendações	
Conselho Deliberativo .....	10	Fundo de Financiamento Estudantil – FIES .....	45	do TCU .....	111
Governança Pública .....	11	Prestação de Contas .....	48	Tratamento de Recomendações do Órgão de	
Integridade .....	12	Assistência Técnica .....	51	Controle Interno .....	112
Gestão de Riscos e Controles Internos .....	13	Formação dos Gestores Educacionais .....	53	Considerações Finais .....	113
Ambiente Externo .....	13	Outras Ações de Assistência Técnica .....	54		
Unidade de Auditoria Interna .....	14	Canais de Atendimento .....	56		
Tratamento das Recomendações da Auditoria		Capítulo 3: Alocação de Recursos e Áreas Especiais de			
Interna .....	16	Gestão .....	58		
Atividade de Correição e Apuração .....	17	Gestão Orçamentária e Financeira .....	59		
Inovação .....	18	Desempenho Orçamentário .....	64		
Programas de Governo e modelo de Atuação ....	19	Renúncia de Receita .....	67		
Determinação da Materialidade .....	20	Gestão de Pessoas .....	68		
Estratégia .....	21	Gestão de Licitações e Contratos .....	76		
Metas e Resultados dos Indicadores .....	22	Gestão de Compras Nacionais para a Educação	78		
Capítulo 2: Resultados da Gestão .....	23	Gestão Patrimonial, Infraestrutura e			
PNLD .....	24	Sustentabilidade Ambiental .....	80		
PNAE .....	26	Gestão da Tecnologia da Informação e			
PDDE .....	30	Comunicação .....	83		



## CRÉDITOS

### Governo Federal

Presidente da República  
Jair Messias Bolsonaro

### Ministro da Educação

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

### Presidente do FNDE

Karine Silva dos Santos

### Execução

Comitê de Elaboração do Relatório de Gestão

### Apoio/Arte

Assessoria de Comunicação

### Fotografias

Assessoria de Comunicação  
Banco de Imagens do FNDE





## Mensagem da Presidente, Karine Silva Dos Santos

Como Presidente do FNDE, assumo a responsabilidade pela integridade deste Relatório de Gestão, elaborado com a contribuição de toda a instituição e articulado para representar uma visão integrada, o que é especialmente desafiador por 2019 ter sido um ano de recomeços e reformulações. Nesse percurso, 2020 se inicia com um cenário promissor de alinhamento estratégico e técnico.

Uma instituição que supera meio século de existência, com progressiva ampliação de suas atribuições demonstra, ano a ano, capacidades e valores. O FNDE nasceu, cresceu e amadureceu respondendo às demandas da sociedade e em sintonia com os momentos do Estado.

Em tempos de ampliação orçamentária e de programas, a Autarquia se mostrou exímia executora, alocando com prontidão recursos para superar os desafios de desenvolver a educação por todo o país. Hoje, tratamos de educação conectada, de Plano de Ações Articuladas, de alimentação saudável, de transporte acessível e seguro, de livro em braille. São temas consolidados que, embora precisem de aprimoramentos, tratam de alicerces para a qualidade da educação. Se os bons resultados nos níveis de aprendizagem não decorrem imediatamente dessas ações, tampouco poderiam ser buscados sem elas.

Atentos e alinhados ao cenário interno e externo, sabemos que não basta a alavancagem: é necessário qualificar a gestão. E isso precisa ser feito por uma estratégia responsável e alinhada à base técnica. É nesse sentido que governança, gestão de riscos, integridade, inovação passaram a ser parte do vocabulário institucional e caminhamos para que se tornem palavras de ordem.

É assim que entregamos este relatório para a sociedade e para a apreciação dos órgãos de controle: muitos resultados, muitos desafios e o compromisso de uma instituição técnica e atuante em cooperação com os entes de todo o país, focada em contribuir com assistência técnica e financeira para que o Brasil inteiro conte com educação de qualidade.





## Apresentação: Como Ler Esse Relatório

O Relatório de Gestão do FNDE é fruto de um trabalho coletivo, dirigido pela Alta Gestão e desenvolvido pelas equipes técnicas. Neste documento, a instituição mostra à sociedade os seus resultados, reconhece riscos e assume desafios para, cada vez mais, alinhar-se ao interesse público.

Este relatório, assim como o de 2018, foi elaborado para apresentar uma visão integrada, cujo foco não é em descrever cada unidade ou cada programa, mas evidenciar o valor público que a instituição ajuda a construir. Considerando temas transversais, a opção foi por identificar visualmente temáticas que se fazem presentes ao longo do Relatório. Desse modo, será possível identificar constantes destaques para:



Ações alinhadas com os princípios da sustentabilidade



Ações que contribuem para acessibilidade e inclusão



Assistência Técnica: ações que qualificam o Brasil



Resultados destacados no exercício



Riscos e Desafios: questões sensíveis a serem enfrentadas



Inovação: soluções com abordagens inovadoras para superação de problemas e melhoria dos produtos e serviços

A gestão do FNDE não se encerra neste Relatório, pois o trabalho nas políticas educacionais é altamente dinâmico. A todo tempo, cada cidadão pode buscar informações no endereço eletrônico [www.fnnde.gov.br](http://www.fnnde.gov.br) ou nos demais canais de comunicação e links que serão aqui apresentados.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Previsão:** Artigo 70 da Constituição Federal de 1988

**Normatização:** Decisão Normativa nº 178/2019-TCU

**Orientações:** <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>

**Publicidade:** <http://www.fnnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao>

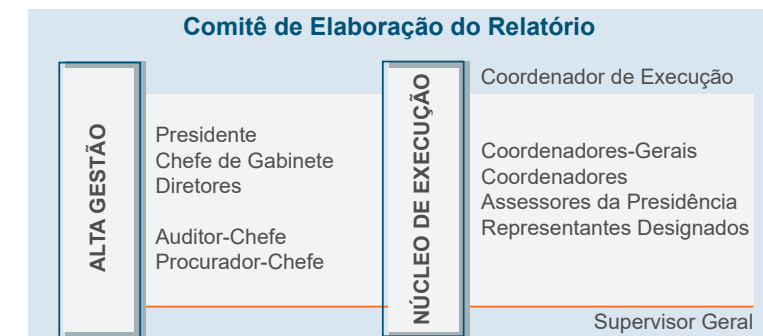
## Relatório Integrado

A maturidade da governança permite uma gestão integrada e, dela, decorrem muitos resultados, entre eles um Relatório de Gestão integrado. O FNDE possui significativa estabilidade em seus mecanismos de execução nos níveis tático e operacional. Contudo, vem de um histórico recente de sucessivas alterações nas lideranças, o que implica em instabilidade nos direcionamentos estratégicos, prevalecendo a baixa integração de informações e metodologias.

Além deste cenário, em 2019 apresentou-se novo desafio para o Relatório de Gestão: incorporar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que anteriormente era apresentado em Relatório específico. Essa mudança promovida pelo TCU amplia o desafio do presente relatório, mas também oportuniza e estimula uma integração mais efetiva. As iniciativas de fortalecimento da Governança fortalecem o pensamento institucional integrado, mas também as exigências de elaboração do Relatório integrado favorecem essa integração; conforme representa a figura ao lado.



Nesse sentido, o FNDE buscou amplo envolvimento das unidades para a constituição do presente relatório. Foi instituído o Comitê de Elaboração do Relatório de Gestão, com composição que visou sobretudo a disseminação da importância do tema por toda a instituição. A figura a seguir expressa a composição do CERG-FNDE:



Fonte: Portaria nº 543/2019

O desafio de elaboração do Relatório foi, no início de 2020, assumido como grande oportunidade de aprendizado com vistas a gerar o produto pontual e desencadear mecanismos de acompanhamento ao longo dos próximos exercícios, para que se passe a manter registros adequados de ações praticadas e informações necessárias à elaboração dos novos relatórios e, sobretudo, para orientar a gestão e garantir transparência continuamente.





## **CAPÍTULO 01**

# **Visão Geral do FNDE e Ambiente Externo**

**FNDE**  
Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



## Identificação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) existe há 51 anos e, além de sua própria identidade, é muito conhecido pelo que trabalhou para produzir ao longo desse mais de meio século: os Programas de Transporte, de Alimentação Escolar, de Livros Didáticos, de Educação Infantil; o Dinheiro Direto na Escola; o FUNDEB; o Salário-Educação; o Fies. Com isso, o FNDE pode ser percebido em muitos nomes, todos com um mesmo foco: desenvolver a educação brasileira.

A educação é um direito constitucional e sua garantia é feita em regime de colaboração entre todas as esferas de Governo: federal, estadual e distrital, municipal. Na esfera federal, o Ministério da Educação é o principal responsável por conceber as políticas educacionais. Quando essas políticas precisam irradiar-se pelo país, o FNDE entra em cena por sua missão de “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos”.

# FNDE

**Autarquia Federal**

**Criação:** Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968

**Alteração:** Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969

**Estrutura Atual:** Decreto nº 9007, de 20 de março de 2017

**Veja mais:** <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional>





## Estrutura Organizacional

O FNDE sempre organizou-se em torno dos desafios que as políticas educacionais apresentaram em cada momento, tendo como instância máxima um colegiado, o Conselho Deliberativo do FNDE. A instituição possui uma estrutura geral bem definida e expressivamente pequena em face da amplitude de sua atuação.

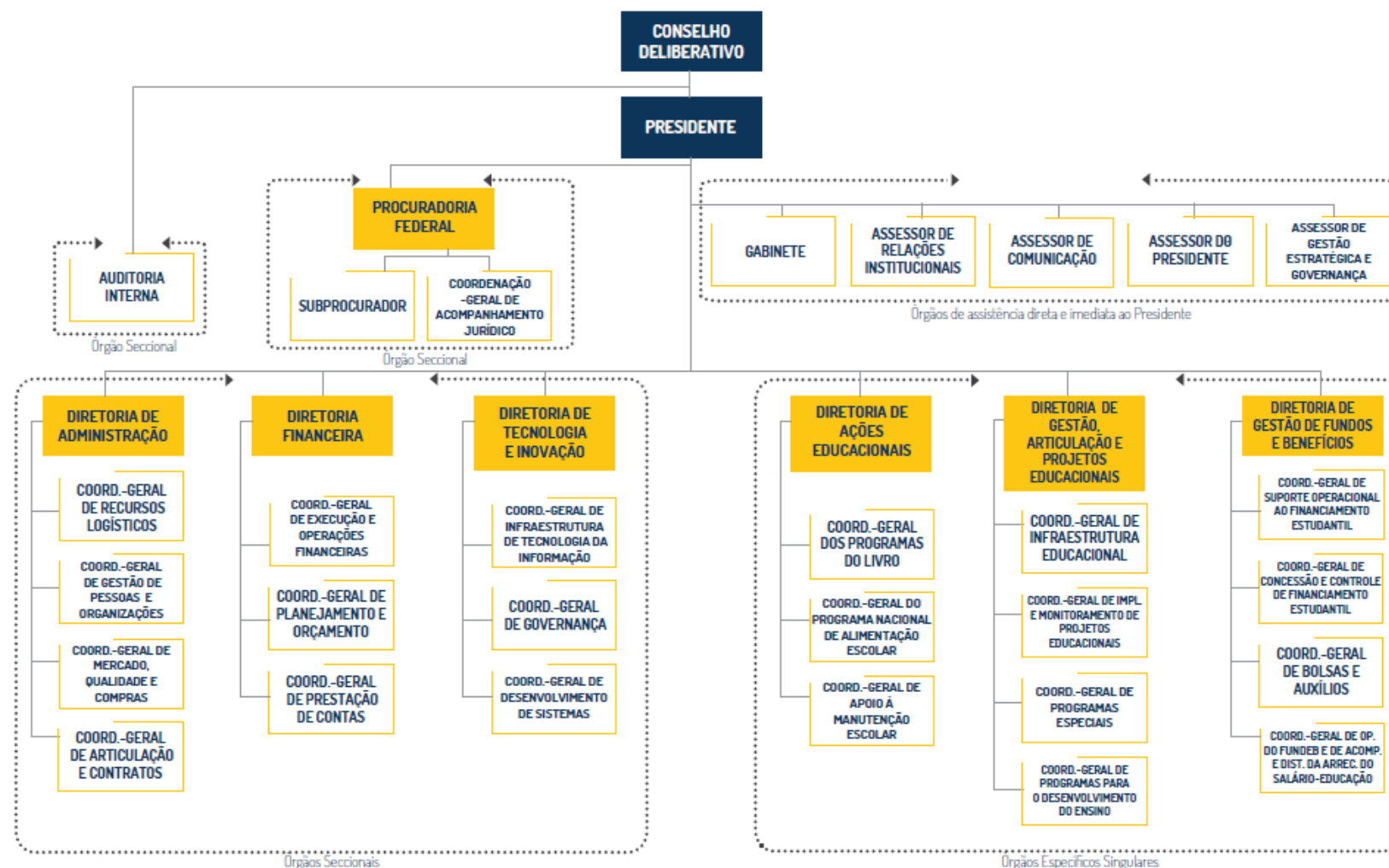
As áreas meio são responsáveis por dar sustentação ao trabalho da Autarquia; as áreas finalísticas se responsabilizam por gerir os programas que, em regra, são executados pelos entes federados, com assistência técnica da Autarquia, que garante recursos suplementares, normalização e acompanhamento. Por fim, os órgãos seccionais da AUDIT e PF-FNDE atuam para garantir a aderência da atuação aos princípios da Administração Pública e aos objetivos institucionais.

Essa organização, cuja estrutura atua dinamicamente, faz com que todos os entes da federação contem com os resultados dos esforços nela empreendidos. A estrutura oficial do FNDE é apresentada pelo organograma ao lado, baseado no Decreto nº 9.007/2017, o qual aprovou a nova estrutura regimental da Autarquia, e na Portaria FNDE nº 629/2017, que aprovou o Regimento Interno do Fundo.



### Desafios

- Atualização do regimento para harmonizar a especificação e a integração das atribuições;
- Incorporar os Núcleos de Correição e de Métodos Quantitativos no regimento interno.





## Alta Administração do FNDE

O direcionamento estratégico do FNDE compete à alta administração, configurada pela Presidência e titulares das diretorias. As diretorias do FNDE possuem focos de atuação específicos, com grande interdependência entre si. De modo geral, tem-se:

**DIRAE:** Responsável pelos programas de caráter universal, que visam prover o acesso à educação básica, a permanência e a qualidade da formação.

**DIGAP:** Responsável por projetos educacionais que atuam para garantir estruturas adequadas à educação.

**DIGEF:** Responsável pelas ações de financiamento, bolsas e programas suplementares de educação, em diversas etapas e modalidades.

**DIRAD:** Responsável por administrar o FNDE em relação à gestão de pessoas, logística, compras. Atua também nos Registros de Preços, que têm substancial relevância para a qualidade técnica e economicidade dos produtos do FNDE.

**DIRTI:** Responsável por promover a infraestrutura tecnológica e desenvolver as soluções de tecnologia da informação. Atua também em programas cujo foco são recursos de TIC.

**DIFIN:** Responsável pela execução orçamentária e financeira da autarquia, contabilidade e prestação de contas.

Com isso, as diretrizes emanadas da alta administração perpassam toda a instituição, garantindo que o esforço de cada colaborador, em cada unidade, se fortaleça na coesão com os demais e gere o valor público esperado. Para esses direcionamentos, a alta administração precisa definir, além de diretrizes diretas, instâncias e mecanismos que norteiem a organização: é o que chamamos de Governança.

## Conselho Deliberativo

A Lei nº 5.537/1968 previu que a implementação das ações educacionais a cargo do FNDE é regulamentada por seu Conselho Deliberativo (CD/FNDE), órgão de deliberação superior. O CD/FNDE é um colegiado interinstitucional, integrado por:

- Ministro da Educação;
- Presidente e Procurador-Chefe do FNDE;
- Secretários de Secretarias Finalísticas do MEC;
- Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ao Conselho compete deliberar sobre financiamento de projetos e programas educacionais, assistência financeira a estados, Distrito Federal, municípios e estabelecimentos particulares de ensino; financiamento de bolsas de estudo, manutenção e estágio; orçamento do FNDE; formular políticas de captação e canalização de recursos; julgar recursos em processos administrativos de débitos fiscais ou extrafiscais; aprovar as contas do Presidente do FNDE.

A composição do conselho visa promover coesão entre a atuação do FNDE, as diretrizes e políticas concebidas no âmbito do MEC, por meio de suas secretarias, os dados e avaliações conduzidos pelo INEP.

### CONSELHO DELIBERATIVO DO FNDE

- **Criação:** Lei nº 5.537/1968
- **Constituição e Competências:** DECRETO Nº 9.007 / 2017
- **Regimento Interno:** Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30 de 2003
- **Composição:** Presidência e oito conselheiros
- **Presidência:** Ministro da Educação
- **Secretário:** Chefe de Gabinete do FNDE





## Governança Pública no FNDE

A alta administração do FNDE é responsável por implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com princípios aplicados às instituições públicas: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

A **Governança Pública** é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. [DECRETO Nº 9.203/2017]

A Governança Pública é um tema novo na maioria das instituições, e necessita de ações concretas para criação e efetivação de seus instrumentos. Em 2019, o FNDE instituiu o Comitê de Gestão Estratégica e Governança com a finalidade de estabelecer um ponto de referência para as discussões e decisões acerca do assunto, bem como para articular as demais instâncias de governança.

Durante muito tempo, o FNDE enfrentou seus desafios de forma intuitiva e construiu mecanismos que, embora eficientes, nem sempre são adequadamente visualizados e fortalecidos. O atual enfoque está na sistematização de práticas, para integrar e potencializar as capacidades institucionais.

A **Sistematização de Práticas** de excelência na gestão de governança na Autarquia tem a finalidade de dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional para atingir os objetivos estratégicos



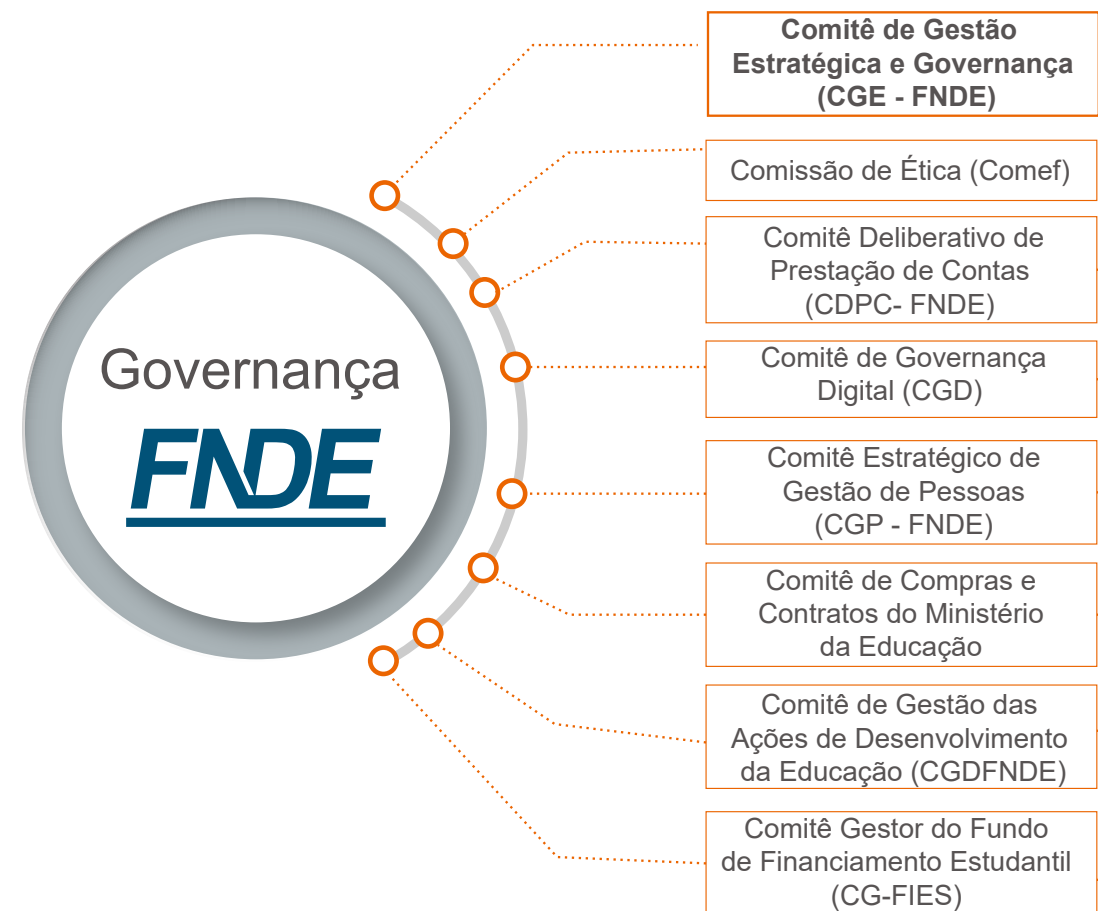
### Resultados

- Capacitação aberta a todos os colaboradores na temática de Governança: mais de 300 participantes;
- Publicação de portarias relacionadas à Governança e ao Programa de Integridade.



### Desafios

- Fortalecer e estruturar instâncias existentes;
- Sistematizar ações de avaliação de maturidade.

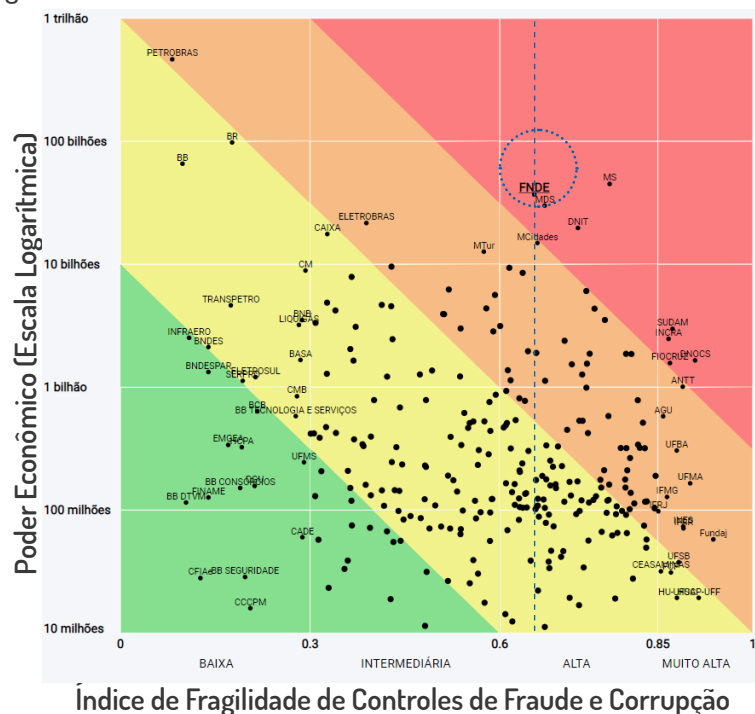




## Integridade

A integridade é um dos princípios da Governança e a instituição de um Programa de Integridade tem o objetivo de promover medidas para prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, focados nos seguintes eixos: I - comprometimento da alta administração; II - unidade responsável pela implementação; III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e IV - monitoramento do programa de integridade.

Ainda que haja princípios e fundamentos comuns, cada instituição precisa fortalecer a integridade naqueles aspectos em que mais carece. Para isso, é preciso conhecer as próprias fragilidades. Ao mapear risco de exposição à fraude e corrupção na administração pública, a partir da autoavaliação de diversos órgãos, o mapa situa o FNDE como uma das instituições mais expostas, conforme figura a seguir:



Importante perceber que entre os órgãos situados na faixa mais crítica, o FNDE é o que possui a menor Fragilidade de Controles (0,66), ficando inclusive abaixo de dezenas de órgãos que estão, no resultado final, classificados nas faixas intermediárias de fragilidade. A posição sensível do FNDE se deve ao que caracteriza a instituição: tratar de questões abrangentes e sensíveis, que envolvem também um expressivo orçamento.

Conhecida esta situação, cabe dedicar atenção aos aspectos a serem aprimorados. Os principais componentes de fragilidade do FNDE estão em Gestão de Riscos e Controles Internos (0,73) e Designação de Dirigentes (0,82). Com essas duas fragilidades, superar as demais torna-se ainda mais desafiador. Assim, esses pontos precisam receber atenção. E mesmo com diversas transições ao longo de 2019, foi possível instituir alguns mecanismos, em especial, o Programa de Integridade, o qual precisa ser internalizado e monitorado ao longo de 2020.

A Portaria nº 202, DE 18 DE ABRIL DE 2019, instituiu a Unidade de Gestão da Integridade, composta por: Gabinete da Presidência; Assessoria de Gestão Estratégica e Governança (AGEST); Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações (CGPEO); Comissão de Ética; Núcleo de Correição; Ouvidoria.

A Portaria nº 208, DE 22 DE ABRIL DE 2019, instituiu o Programa de Integridade no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O referido programa configura-se como um conjunto estruturado de medidas institucionais e desencadeia o Plano de Integridade, elaborado e apresentado à CGU, já constante no Painel Integridade Pública da CGU:



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/integridadepublica/index.html>

A inserção da temática de Integridade no FNDE se deu por meio de Consultoria realizada pela Auditoria Interna do FNDE, por solicitação da Presidência, o que incluiu levantamento de requisitos básicos de um plano de integridade e identificação de boas práticas a partir de *benchmarking*. Além disso, a Auditoria e a Assessoria de Gestão Estratégica e Governança promoveram oficinas de sensibilização do tema voltadas a todos os colaboradores.

Essa prática também demonstrou a viabilidade de se atuar de modo colaborativo, preservando as especificidades e articulando a atuação de cada linha de defesa, conforme normas da CGU. No caso em específico, tem-se um exemplo em que a gestão, como segunda linha de defesa, solicitou e recebeu apoio da Audit, na condição de terceira linha de defesa, para fortalecer conjuntamente a primeira linha.



### Resultados

- Instituição do Programa de Integridade;
- Oficinas de Integridade com participação de 342 colaboradores.



### Desafios

- Articular os programas de integridade a todas as ações estratégicas;
- Implantar o monitoramento do Programa de Integridade;
- Instituir critérios para ocupação de cargo.



## Gestão de Riscos e Controles Internos

Para trabalhar com excelência na área da educação, o FNDE precisa aprender constantemente. E o aprendizado nunca é isolado. Valendo-se de análise dos resultados de índice de Governança (iGov) desenvolvida pelo TCU, foi identificado que a parte de maior impacto no FNDE está na Gestão de Riscos.

Sabendo da necessidade de efetivar a gestão de riscos, o FNDE apressou-se em instituir o Comitê de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade. Ao se observar a referência do TCU, percebem-se alguns passos cruciais para a gestão de riscos, sendo os três primeiros:

1. Decida gerenciar riscos de forma proativa;
2. Aprenda sobre gestão de riscos;
3. Defina papéis e responsabilidades.

O FNDE chegou rapidamente ao terceiro passo, porém, sem que a decisão de gerir riscos fosse adequadamente estruturada e internalizada. Em 2019, foi preciso deter-se ao passo dois: aprender sobre gestão de riscos. É a partir da consolidação deste passo que os demais se tornarão facilitados e mais efetivos.

É preciso notar que o FNDE, pelo seu modelo de atuação, não pode apenas decidir entre aceitar ou mitigar os riscos por contratos próprios em estabelecer conceitos: faz-se necessário mitigar os riscos por meio da Assistência Técnica ainda mais fortalecida e atuante.



### Resultados

- 15 servidores certificados em ISO 31000;
- Oficina de gestão de riscos com participação de 153 colaboradores.



### Desafios

- Internalizar a Gestão de Riscos;
- Adequar-se à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## Ambiente Externo

A educação é uma área extremamente sensível a diversos aspectos do ambiente, tanto interno quanto externo. O cenário político e econômico global e nacional é de amplo conhecimento e repercute também nas políticas educacionais e, portanto, no FNDE. A dedicação do Governo Federal para garantir o equilíbrio das contas públicas implica no reconhecimento de restrições orçamentárias e força a tomada de decisões sensíveis, o que muitas vezes sinaliza a redução de recursos federais para a educação.

Em outro sentido, cenários com maior incerteza no mercado de trabalho ampliam a preocupação com formação, a fim de garantir oportunidades a curto, médio e longo prazo. Portanto, tendem a se ampliar as demandas por programas de educação, em todos os níveis e modalidades. Ademais, o Brasil ainda não logrou alcançar nível satisfatório nem na oferta, nem da qualidade da educação, sendo necessários esforços de ampliação e, não apenas de manutenção dos resultados já construídos.

É neste cenário que se sobrepõem em importância temas como o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 e vigente por 10 anos, com metas a serem perseguidas. Conquanto algumas possam se mostrar inexequíveis mesmo com ousados esforços, outras são alcançáveis e precisam ser perseguidas. O PNE gera muitas expectativas quanto à atuação colaborativa dos entes federados, para configurar efetivamente uma atuação nacional. E o FNDE atua sobretudo nesta ação supletiva e colaborativa.

Outro tema preponderante refere-se ao FUNDEB, principal mecanismo de financiamento da educação básica, e cuja vigência se encerra em 2020. A mera extinção do Fundeb levaria ao colapso grande parte das redes municipais e, por isso, não é um cenário provável, podendo se considerar que um formato perene tende a ser adotado. A depender da configuração deste novo Fundeb, podem haver impactos substanciais na atuação do FNDE, o que exige ainda mais atenção e

fortalecimento das capacidades de resposta institucionais.

Neste ambiente, o desafio do FNDE tem sido manter elevados seus níveis de execução e aprimorar ainda mais sua capilaridade técnica, por meio de recursos tecnológicos também característicos do ambiente. Porém, alimentando esses recursos com as especificidades que as áreas sociais exigem.

Esse mesmo cenário desafiador alcança os parceiros da Autarquia na execução de programas educacionais, notadamente estados e municípios, que precisam contar com assistência financeira e, sobretudo, técnica. Portanto, se o ambiente atua em relação ao FNDE, também o FNDE atua no ambiente e contribui para viabilizar o desenvolvimento da educação nas redes e nas escolas que, por si só, teriam muito mais dificuldades para construir soluções técnicas e duradouras.





## Unidade de Auditoria Interna

Prevista no Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do FNDE, a Auditoria é órgão seccional, vinculado ao Conselho Deliberativo e conforme o Decreto nº 3.591/2000, de 6 de setembro de 2000, sujeita-se à supervisão técnica e orientação normativa da Controladoria-Geral da União (CGU). De acordo com a Instrução Normativa SFC/CGU nº 03, de 03 de junho de 2017, tem como principal função adicionar valor e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Unidade, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

A Auditoria Interna busca auxiliar a Autarquia no atingimento de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e fomentar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Nesse contexto, realizou ações de avaliação definidas como prioritárias, considerando sua capacidade operacional. Dentre as avaliações realizadas, destacam-se:

### Avaliação dos Contratos de Distribuição de Livros no PNLD – Relatório de Auditoria nº 2/2019

Avaliaram-se a conformidade e o desempenho na contratação e gestão do Contrato nº 057/2017, o qual tem por objeto a prestação de serviços de recebimento/distribuição de

encomendas relativas aos Programas do Livro.

Identificaram-se fragilidades quanto à comprovação da compatibilidade dos preços praticados pela ECT com contratações similares, conforme exigido nas contratações por inexigibilidade; falhas na aplicação do princípio da segregação de funções; e ausência de estudos que demonstrem que o modelo de distribuição adotado seja o mais apropriado às necessidades do FNDE.

Foram emitidas recomendações visando à realização de estudos quanto aos preços de mercado e padronização de embalagens e de modelos de distribuição e entrega, bem como normatização da responsabilidade dos servidores no processo de contratação.

### Avaliação dos Contratos de Supervisão de Obras – Relatório de Auditoria nº 3/2019

Foram avaliados a conformidade e o desempenho dos controles internos aplicados aos Contratos nº 190/2013, 191/2013 e 192/2013, os quais têm por objeto a supervisão de obras no âmbito do FNDE.

O trabalho revelou supervisão de obras sem observância de critérios preestabelecidos, podendo levar à solicitação de supervisões desnecessárias e ao pagamento de serviços não executados ou executados em desconformidade com os contratos de supervisão.

Recomendou-se aprimorar o processo de monitoramento das obras, a partir da adoção de critérios de gestão baseada em riscos, com a parametrização dos dados das supervisões disponíveis em sistemas, além de reavaliar o modelo de contratação de prestadores de serviço para realização de visitas às obras. Além disso, recomendou-se a apuração dos casos de inconsistência nos dados das ordens de serviço realizadas pelas empresas.

Destaca-se que os Contratos não foram renovados pelo FNDE, nem nova contratação foi iniciada. Atualmente, a área técnica estuda nova forma de executar a supervisão das obras.

### Consultoria sobre Integridade – Nota Técnica nº 1/2019

Consultoria desenvolvida pela Auditoria Interna, tendo em vista a necessidade de implementação do Programa de Integridade pelo FNDE.

Para alcançar os objetivos definidos, a equipe de auditoria buscou a revisão dos principais normativos que tratam de integridade pública no âmbito do governo federal, bem como referenciais teóricos nacionais e internacionais sobre o tema; realizou benchmarking com outros órgãos e entidades para conhecer seus Programas de Integridade; e levantou as melhores práticas relacionadas ao assunto, de modo a fornecer subsídios para a tomada de decisão da Alta Gestão. Os resultados foram encaminhados pela Nota

Técnica nº 01, de 02 de abril de 2019.

Verificou-se ser primordial que o FNDE implementasse seu Programa de Integridade, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 9.203/2017 e a Portaria CGU nº 57/2019, atentando para os riscos envolvidos em sua implementação. Principais desdobramentos:

- Publicação da Portaria FNDE nº 202, de 18 de abril de 2019, instituindo a Unidade de Integridade do FNDE;
- Publicação da Portaria FNDE nº 208, de 22 de abril de 2019, instituindo o Programa de Integridade no âmbito do FNDE;
- Lançamento oficial do Programa de Integridade do FNDE, em 06 de maio de 2019, no Auditório do Edifício Sede FNDE;
- Implantação do Programa de Formação Continuada em Governança – Trilha de Governança ministrada pela AGEST e AUDIT;
- 1ª Etapa: Oficina sobre Integridade, período de 06 a 16/05/2019; e
- 2ª Etapa: Oficina de Gestão de Riscos, período de 23/07 a 01/08/2019.
- Divulgação de vídeos com mensagens de representantes da alta administração da Autarquia para sensibilização sobre integridade.



### Estudo Técnico sobre planejamento, monitoramento e controle aplicados ao Fundeb – Nota Técnica nº 2/2019

O trabalho realizado pela Audit objetivou elaborar estudo técnico do modelo de governança e gestão aplicado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, em especial quanto aos aspectos de planejamento, monitoramento e controle, considerando a oportunidade de melhoria derivada das recentes tratativas legais. Destaca-se que a atual modelagem do Fundeb tem vigência de quatorze anos, encerrando-se no atual exercício. Esse fato levou o Congresso Nacional a iniciar discussões legislativas para debater a eventual continuidade do aporte e seus regramentos.

O estudo observou que o Fundeb apresenta vulnerabilidades. As regras vigentes não vinculam o repasse financeiro ao planejamento, a metas ou a resultados. Nota-se, ademais, que os controles aplicados ao Fundo são notadamente repressivos e focados na transferência do dinheiro. Nesse ponto, a CGU também apontou fragilidades por meio do Relatório de Avaliação nº 201900353. A falta de uma cultura de planejamento, associada à não exigência de informações relativas ao planejamento do uso dos recursos, compromete a integração entre as dimensões federal, estadual e municipal da política pública, desconsiderando o caráter nacional na educação do País.

O trabalho concluiu que para se alimentar a possibilidade de ganho qualitativo da política, com melhoria dos resultados educacionais e de integração das políticas e programas, é imprescindível que o debate legislativo avance sobre os pilares de planejamento, monitoramento e transparência. Estes viabilizarão o efetivo acompanhamento e controle e, ainda mais importante, avanços na garantia de educação de qualidade para todos.

A Audit propôs, por meio da Nota Técnica nº 2/2019, que o FNDE

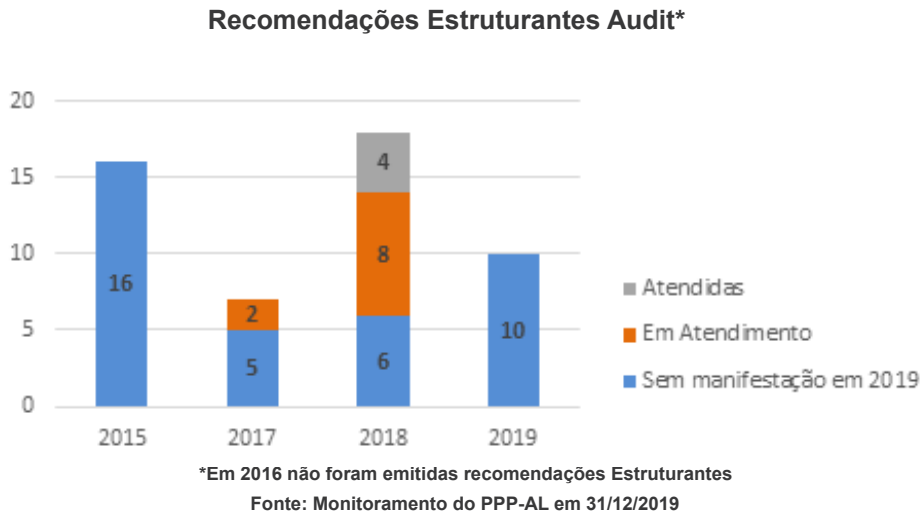
atue junto ao Ministério da Educação visando, em um novo modelo de Fundo, fortalecer as instâncias de governança, em especial quanto a estabelecer instrumentos que propiciem o planejamento das ações por parte dos entes para aplicação dos recursos disponíveis, a partir da definição de planos, metas e objetivos, não restritos ao aspecto financeiro; e intensificar as ações de monitoramento e transparência da aplicação dos recursos do Fundo, associando a aplicação ao planejamento e ao atingimento dos resultados da política pública de educação.

No âmbito das ações internas, foi realizado pela AUDIT mapeamento do universo de temas auditáveis no âmbito do FNDE, utilizando métricas baseadas em riscos. Espera-se que a análise crítica dos temas priorizados subsidie a proposição dos possíveis trabalhos da Auditoria Interna. Ademais, adotou-se método e sistema de gestão de projetos, visando otimizar a execução dos trabalhos. Quanto à comunicação com a alta gestão e a sociedade, ressalta-se o envio do Relatório Semestral ao Conselho Deliberativo do FNDE para o acompanhamento da execução das atividades da Auditoria Interna, além da divulgação dos resultados mediante Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/auditoria-interna/relatorio-anual-aint>. Por fim, destaca-se a realização de capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos, com a certificação de 12 servidores da Auditoria Interna na C31000 - Certified ISO 31000 Risk Management Professional.



Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Por meio do Plano de Providências Permanentes (PPP-AI), a Auditoria Interna monitora a implementação pelas Unidades Auditadas das recomendações emitidas, visando a correção ou melhoria dos processos avaliados. A partir de 2020, esse monitoramento ocorrerá via e-Aud – Sistema de Gestão da Atividade de Auditoria Interna, desenvolvido pela CGU, com base na Política e Procedimentos para o Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna do FNDE. A situação quanto ao atendimento das recomendações está representada no gráfico a seguir:



Indicador de Ações de Controle

Indicador de Ações de Controle	Fórmula de Cálculo	Indicador Apurado
Taxa de Atendimento às Recomendações Estruturantes da AUDIT	Relação entre o número de Recomendações Estruturantes da AUDIT Atendidas/Em Atendimento e a quantidade Recomendações Estruturantes Monitoradas em 2019**	27,40%

\*\*Recomendações Estruturantes Monitoradas em 2019: considera as recomendações expedidas em exercícios anteriores pendentes de atendimento conclusivo no início de 2019 e as recomendações emitidas em 2019.

Linhas de Defesa

A existência e o fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna é tida como fundamental para fortalecer a gestão, sem confundir-se com ela. O enfoque da gestão do FNDE é preservar o papel da Auditoria Interna em sua atuação como Terceira Linha de Defesa. Assim, a independência do planejamento e da atuação da AUDIT/ FNDE são pressupostos para fortalecer seu papel típico e também para fortalecer o papel de controle das primeira e segunda linhas, conforme representa a imagem abaixo:



Desafios

- Fortalecimento dos controles internos a partir do reconhecimento do papel e da atuação da primeira e, em especial, da segunda linha de defesa.
- Prover informações contínuas para monitoramento da Gestão pelo Conselho Deliberativo;



Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Núcleo de Correição

Alinhado ao Programa de Integridade do FNDE, foi instituído o Núcleo de Correição, por intermédio da Portaria nº 741/2018, para ser responsável por receber e dar tratamento a demandas que versem sobre infrações disciplinares atribuídas a servidores públicos efetivos e comissionados do FNDE. Exceto aquelas atribuídas às autoridades de que tratam os Decretos 3.035/1999 e nº 3.669/2000. Foi também delegada a competência, ainda, à Chefia de Gabinete para apurar responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013.

Atividades do Núcleo de Correição

O Núcleo de Correição recebe da autoridade instauradora as denúncias e representações que contenham elementos mínimos de materialidade e de autoria para emissão do juízo de admissibilidade.

A partir do juízo de admissibilidade emitido pelo Núcleo de Correição, a Chefia de Gabinete emite decisão e, existindo requisitos suficientes para instauração dos processos, constituem-se comissões que desenvolvem as atividades de correição até a recomendação das penalidades cabíveis ou seu arquivamento, nos preceitos determinados pela Lei nº 8.112/90. As comissões são compostas por servidores efetivos indicados pela Presidência da Autarquia ou Chefia de Gabinete e contam com a participação de 2 a 3 servidores estáveis, dependendo do tipo de procedimento e da complexidade do assunto.

Para apuração de responsabilidade de agentes públicos e de pessoas jurídicas, no âmbito da CGU, o procedimento segue o disposto nas Instruções Normativas nº 14/2018 e nº 13/2019, que regulamentam a atividade correcional no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

O Núcleo de Correição é supervisionado pela Chefia de Gabinete da Presidência do FNDE, a quem compete acompanhar e supervisionar todas as atividades dos procedimentos disciplinares constituídos, sobretudo a entrega do Relatório Final da Comissão Processante de cada procedimento, visando envio à autoridade julgadora competente.

A Portaria CGU nº 1.043/2007 estabeleceu a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD) para o gerenciamento das informações sobre as atividades correcionais no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O FNDE, por sua vez, na condição de “Órgão Cadastrador”, alimenta periodicamente o sistema com informações da tramitação e do resultado dos juízos de admissibilidade e dos processos instaurados na Autarquia, além de fornecer ao Órgão Central do Sistema as informações requeridas, no intuito de colaborar com as atividades de correição sob responsabilidade da CGU.

Processos Correcionais do FNDE avocados pela CGU

De acordo com a Instrução Normativa CGU nº 14/2018, o Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e das unidades setoriais poderá instaurar ou avocar procedimento disciplinar a qualquer tempo. No exercício de 2019, a CGU avocou três processos instaurados no FNDE, devido à complexidade, relevância da matéria e envolvimento de servidores de outro órgão.

Quadro Demonstrativo dos Assuntos Tratados nos Procedimentos

No exercício de 2019, foram formalizados 23 (vinte e três) procedimentos, sendo 9 (nove) processos administrativos disciplinares, 1 (uma) sindicância patrimonial e 13 (treze) juízos de admissibilidade, conforme Quadro de Procedimentos por Assunto.

Quadro de Procedimentos por Assunto

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019	
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	Quantidade
Abandono de cargo	1
Descumprimento de normas e regulamentos	3
Enriquecimento ilícito	1
Irregularidades ou fraudes em licitação ou contratos	3
Usura	1
Sindicância Patrimonial	Quantidade
Enriquecimento ilícito	1
Juízo de Admissibilidade	Quantidade
Conflito de interesse	2
Descumprimento de normas e regulamentos	1
Falta de urbanidade	1
Inassiduidade habitual	4
Incontinência pública e conduta escandalosa	1
Ingerência administrativa	1
Intolerância religiosa	1
Irregularidades em licitação	1
Nepotismo	1
TOTAL	23

Fonte: Núcleo de Correição/Gabin/PRESI



Resultados

- Institucionalização do Núcleo de Correição.



Desafios

- Dotar o Núcleo de Correição de condições de atuar em total imparcialidade.



## Inovação

É compulsório a uma instituição pública garantir a integridade e gerir seus riscos. Além disso, frente aos desafios de áreas sensíveis como a educação, é também fundamental que a gestão seja arrojada. Por isso, a inovação é uma das palavras que passaram a incorporar o vocabulário do FNDE nos últimos anos, no intuito de promover práticas que superem problemas crônicos, potencializem capacidades e aprimorem resultados.

A alavancagem da internalização dos princípios da inovação foi feita por meio da participação de 30 colaboradores no Innovation Management Professional (IMP), iniciado em 2018 e concluído em 2019. A proposta metodológica do programa foi estruturada com base no Ciclo Estratégico de 2018 a 2022, com elaboração e execução de atividades de capacitação, e desenvolvimento de projetos inovadores, com o objetivo de alinhar as diretrizes atuais do FNDE, integrando os servidores ao processo de inovação dos produtos e serviços da autarquia. Além da formação dos colaboradores para a condução de processos de inovação, os projetos trabalhados no decorrer do IMP já mostraram resultados, podendo-se destacar:



Criação do **Laboratório de Inovação** que, como resultado do IMP, passa a ser propulsor da cultura de inovação no âmbito do FNDE. Em 2019, o Laboratório promoveu oficinas focadas nos programas finalísticos, baseadas pelo Modelo Lógico na abordagem do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).



No campo da Gestão de Riscos e da Eficiência de Processos, o **Malha Fina** desenvolve abordagem inovadora para a superação de problema crônico referente ao desequilíbrio entre prestações de contas recebidas e tratadas no âmbito do FNDE. Esse projeto tem ainda o mérito de inaugurar o enfrentamento de problema em articulação e colaboração com a Controladoria-Geral da União (CGU).



Para melhorar a comunicação e integração com a sociedade, em especial para qualificação do atendimento aos gestores da educação, o **Gestor em Foco** traz um olhar integrado, por meio do Omnichannel, e atento aos princípios da eficiência e acessibilidade.



Inclusão e acessibilidade precisam ser preocupação predominante quando o objetivo é educação para todos e, nesse enfoque, o **Livro Didático Braille** representa uma inovação e também uma obrigação. Um recurso que se irradia pelo Brasil, promovendo inclusão e promovendo qualidade da educação por todo o país.



Relacionado à Assistência Técnica, em especial quanto à qualidade de produtos, o Aplicativo **'Confere aí'** amplia horizontes do controle de qualidade do Registro de Preços Nacional – RPN.

Os projetos anteriores são exemplificativos. Ao todo, foram 30 projetos trabalhados no âmbito do IMP. Com a formação encerrada, o principal resultado é a inserção da gestão de projetos de inovação na cultura organizacional.



### Resultados

- Instituição do Núcleo de Métodos Quantitativos;
- Formação de grupo de servidores para gestão de projetos de inovação;
- Instituição do Laboratório de Inovação para fomento a soluções inovadoras.



### Desafios

- Formação de carteira de projetos estratégicos, balizados pelos princípios da inovação;
- Disseminar a cultura de inovação, evitando insulamentos.



Programas de Governo e Modelo de Atuação

Para cumprir com sua missão institucional, o FNDE atua em diversas políticas e programas. A tabela abaixo sintetiza essa abrangência:

Ano	Planos Internos	Ações Orçamentárias	Programa FNDE
2016	284	43	38
2017	417	11	38
2018	345	48	39
2019	261	37	30

De modo geral, o FNDE atua com assistência técnica e financeira, de caráter complementar, para programas de Educação em todo o Brasil. Por isso, além da estreita relação com o Ministério da Educação, a atuação da autarquia se dá em estreita relação com todos os entes da federação, com cidadãos, diretamente, ou com instituições privadas.

A estrutura de responsabilidades para a educação básica prevê uma divisão coordenada e colaborativa entre as esferas de governo, representada no esquema abaixo:



Além disso, as principais normas da Educação preveem estratégias específicas para alocação de recursos para estudantes de todo o país, cabendo destacar a atuação do FNDE nos seguintes modelos:

**Transferências Constitucionais:** cuja fundamentação está na Constituição Federal, cabendo ao FNDE trabalhar com previsões de receita, e posteriormente com suas efetivações, cotejá-las com os dados censitários da educação, promovendo as transferências segundo critérios previstos nas normas e primando pela assistência técnica. Como exemplos, temos o Salário-Educação e o FUNDEB;

**Transferências Legais:** que se referem a programas instituídos por leis específicas, nos quais cabe ao FNDE estabelecer normas de execução, identificar o público beneficiário, verificar os requisitos de repasse e atuar no monitoramento, assistência técnica e prestação de contas, primando que sejam alcançados os resultados estabelecidos para os programas;

**Transferências Discricionárias:** assim definidas por terem elementos não vinculados, o que permite execução de projetos educacionais, formalizados por meio de Termos de Compromisso. É por este mecanismo que são viabilizadas as atuações focalizadas;

**Financiamento Estudantil:** o Fies é o exemplo específico desta atuação focalizada, mas por sua abrangência cabe como uma categorização específica. É um dos casos em que o FNDE atende diretamente aos cidadãos, sem intermediação de entes federados;

**Bolsas e Auxílios:** aplicam-se a casos onde a política exige transferência de recursos a pessoa física, seja para viabilizar sua permanência nos estudos ou para fomentar determinada atuação, a exemplo de tutorias;

**Execução Direta:** refere-se aos programas em que o FNDE aplica

os recursos financeiros diretamente e aloca na educação dos estados e municípios já o produto com valor agregado. O maior exemplo deste modelo está nos programas do Livro, onde se obtêm expressivos ganhos de escala e se alcançam padrões de qualidade que dificilmente seriam conseguidos por esforços isolados de municípios ou mesmo de estados;

**Assistência Técnica:** todos os mecanismos citados acima são acompanhados de ações que têm o objetivo de qualificar tecnicamente as instituições com as quais o FNDE atua. Para além disso, há também ações transversais focadas na assistência técnica para prefeituras, secretarias de educação, conselhos, gestores escolares e muitos outros atores. Por meio da assistência técnica, o FNDE se diferencia da natureza de fundo, ainda que carregue este nome, e se habilita como agregador de valores na sua ação direta e na sua atuação junto aos demais atores.

Neste tema, pode-se destacar enfoques do modelo: i) de orientação e capacitação, que visa qualificar a capacidade técnica existente nas secretarias de educação, nas escolas, nos conselhos; ii) de qualificação das entregas ou ganhos de eficiência, nas quais o FNDE atua na articulação para que se definam padrões de qualidade e que se garanta ganhos de escala. Essa atuação é atualmente muito marcada pelo Registro de Preços Nacional (RPN); iii) orientação técnica específica nos programas.

Percebe-se, portanto, que o FNDE possui expressiva amplitude de programas e modelos de atuação. Em todos os casos, o fio condutor da ação é uma previsão constitucional -> legal -> infralegal, a aplicação de critérios e estratégias que visam à qualificação técnica para a educação de qualidade, e a alocação de recursos por todo o país, acompanhada de assistência técnica.



## Determinação da Materialidade

No RG de 2018 foi apontado que a definição da materialidade para a elaboração do Relato Integrado foi fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes que impactam nossa capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, no início de 2019, houve levantamento dos temas relevantes a partir do Mapa Estratégico do FNDE, sendo os temas identificados e validados pela Alta Gestão representados na figura ao lado.

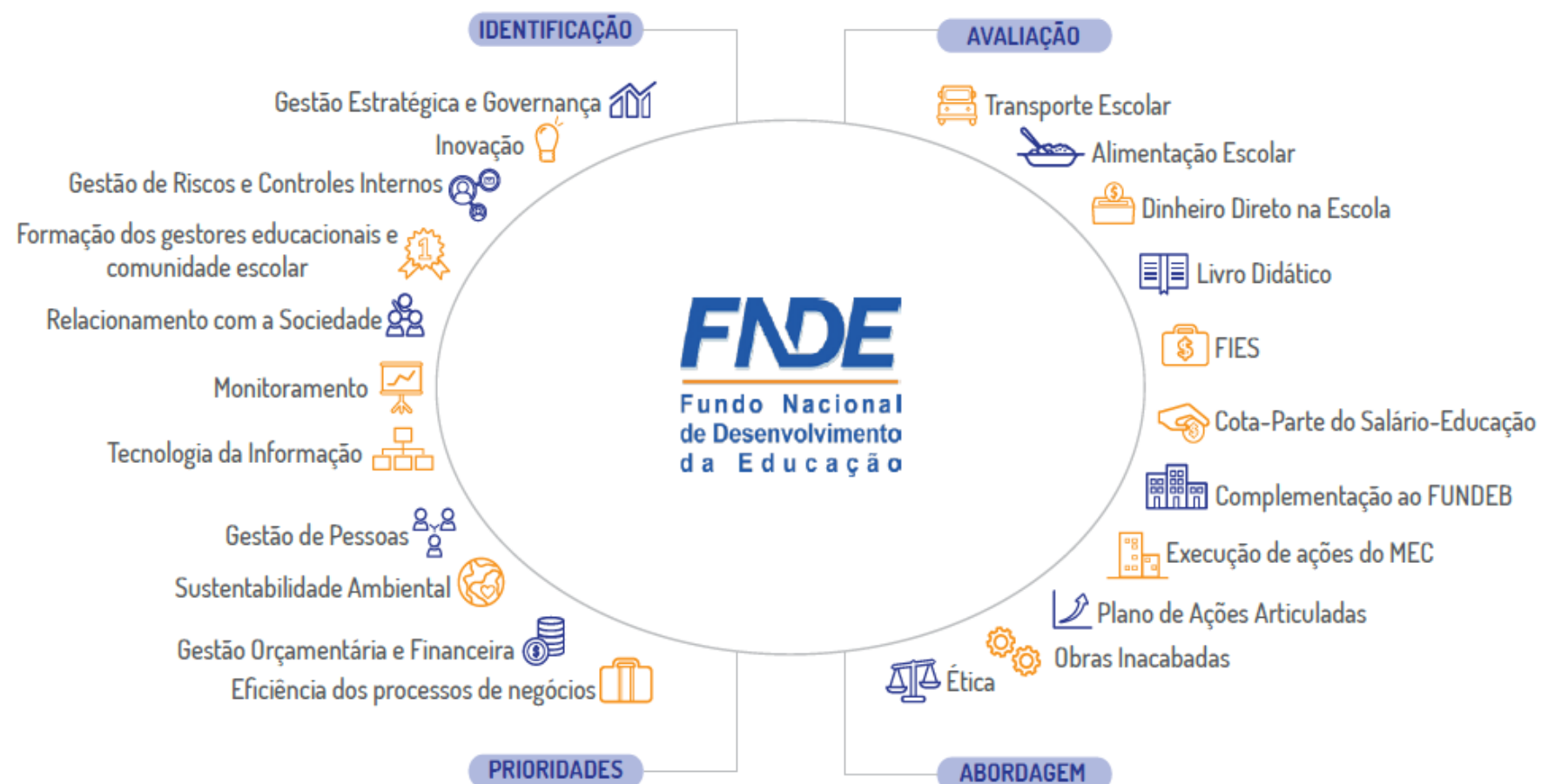
No decorrer de 2019, não houve novas ações para aprimoramento desta determinação. No início de 2020, a elaboração do RG tem sido encarada como um momento para aprofundar o entendimento dos conteúdos materiais e relevantes para a Autarquia e, a partir disso, aprimorar quais as temáticas e quais informações merecem compor o RG 2020 e, para que isso ocorra adequadamente, serem acompanhadas ao longo do exercício.

Ainda, a determinação da materialidade decorre da estratégia definida e por isso precisa estar alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI).



### Desafios

- Implantar mecanismos de acompanhamento das informações estratégicas, nos temas de maior materialidade.

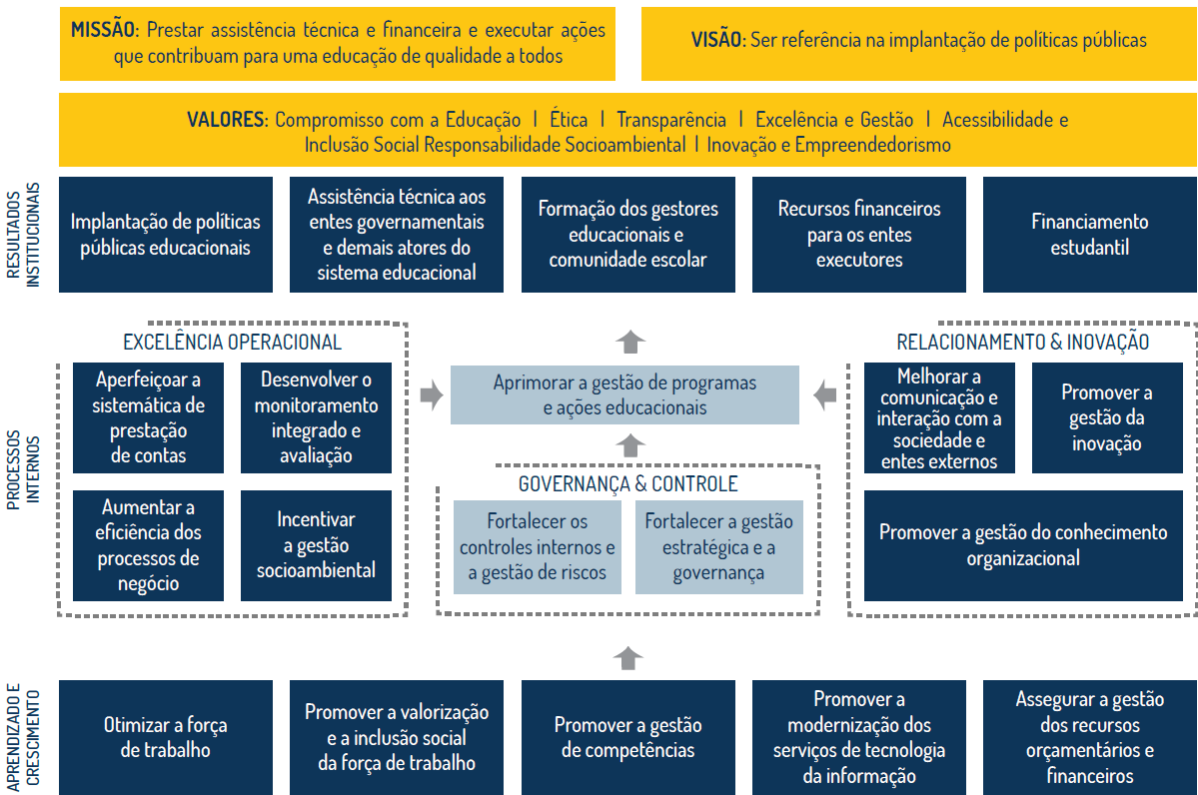




Estratégia

Ao longo dos últimos anos, o FNDE aprendeu institucionalmente a construir seu Planejamento Estratégico, o qual é elaborado sistematicamente desde 2005. Em 2018 foi iniciado o Ciclo 2018-2022. Há identidade institucional no que se refere a missão, visão e valores e, de modo geral, também nos objetivos estratégicos. Os desafios mais notórios das instituições são enfrentados também pela Autarquia: o desdobramento e o monitoramento da estratégia, que contribuiriam para avançar, além do Plano, para uma gestão estratégica que, por sua vez, permitirá potencializar os resultados. Este é o grande desafio para os próximos exercícios: gestão estratégica monitorada e articulada com os níveis tático e operacional.

MAPA ESTRATEGICO - FNDE 2018-2022



Na elaboração do PEI, foram adotadas as premissas do *Balanced Scorecard (BSC)* para definir os direcionadores estratégicos. Desde a adoção do BSC pela Autarquia, as atividades de Planejamento Estratégico têm sido aprimoradas e estruturadas sob a forma de atividades de capacitação do quadro de servidores (formulados pelos níveis tático e operacional e validados pela alta gestão – nível estratégico), com a finalidade de aumentar a maturidade organizacional e aperfeiçoar os processos de tomada de decisão. Como resultado, foi desenvolvido o mapa estratégico ao lado, no qual se situam os resultados apresentados neste Relatório. Associado ao mapa estratégico o FNDE possui um painel de 31 indicadores institucionais cujos resultados frente às metas são apresentados na página seguinte.

Considerando as transições vivenciadas em 2019 no âmbito do Governo Federal, o FNDE promoverá o alinhamento de seus objetivos e de suas métricas ao que o Ministério da Educação se propõe, incluindo as instituições vinculadas, e aos horizontes do Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Plurianual (PPA), o que qualificará a atuação e fortalecerá a atuação da Autarquia no compromisso com sua missão. Trata-se de uma revisita, não de reconstrução, pois conquanto faça parte da cultura institucional a elaboração de planos de modo colaborativo e contextualizado, é necessário fortalecer a cultura da continuidade e o compromisso em potencializar resultados, que já possuem reconhecido valor público.

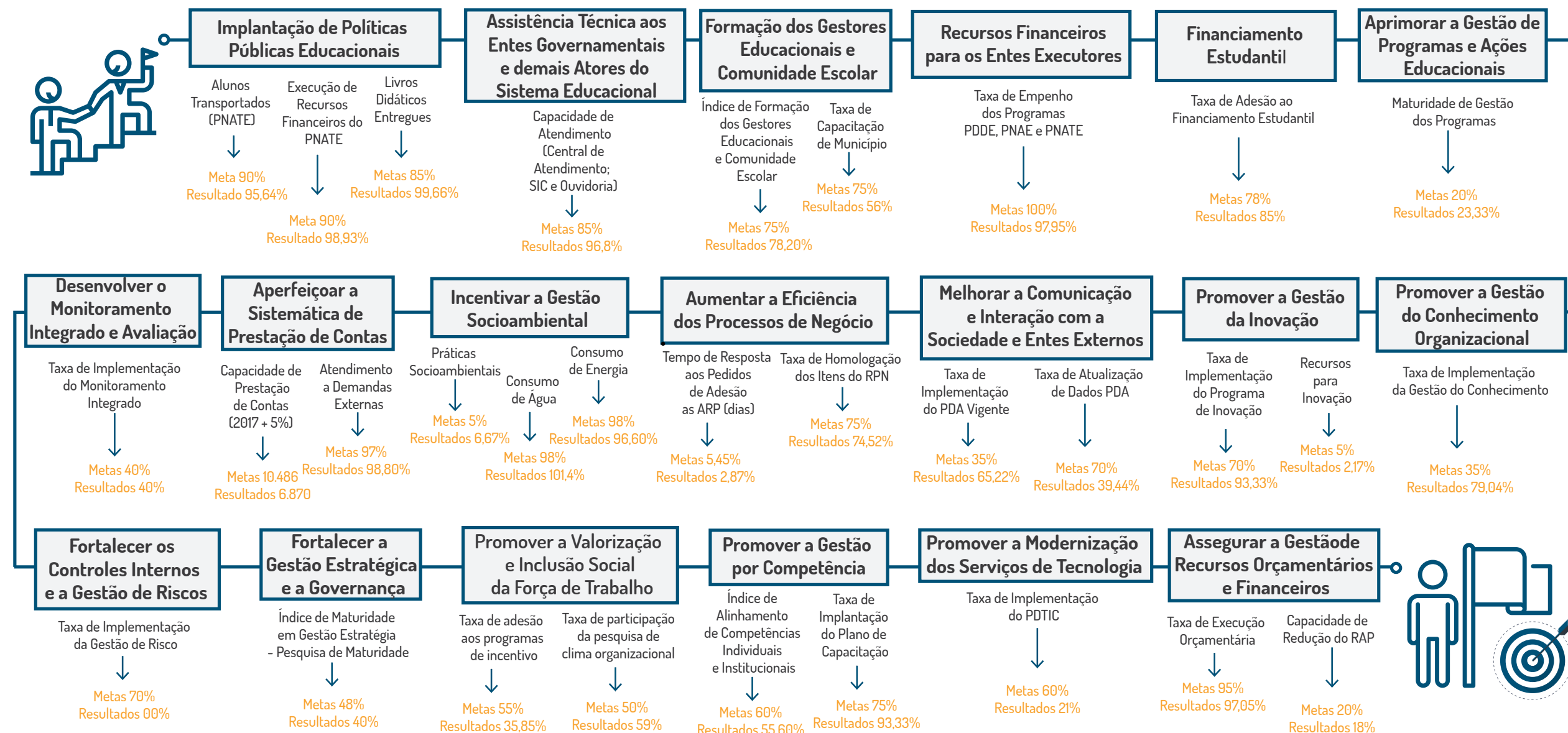


Desafios

- Revisar o mapa estratégico e o painel de indicadores, fazendo com que sejam representativos da atuação do FNDE e do valor público gerado, contemplando metas globais e intermediárias;
- Monitorar continuamente a estratégia, garantindo um processo de melhoria contínua e encadeando objetivos, indicadores e carteira de projetos;
- Aprimorar as atuais visões de informação gerencial, a partir do Núcleo de Métodos Quantitativos.



## Metas e Resultados dos Indicadores 2019







## **CAPÍTULO 02**

# **Resultados da Gestão**

**FNDE**

Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD

O PNLD se destaca como uma política pública consagrada da Educação Brasileira ao longo dos últimos 80 anos. Por meio do PNLD, o FNDE disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, dentre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma regular, às escolas públicas de educação básica e às instituições de educação infantil comunitárias sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. Tendo como pilares o pluralismo de ideias, o respeito à diversidade, à autonomia das instituições, à liberdade, à tolerância e a garantia da isonomia, bem como da publicidade no processo de aquisição das obras, o PNLD é o resultado da participação conjunta do MEC, do FNDE e das escolas, desde a publicação do Edital até a efetiva entrega dos livros.

Atualmente, o PNLD distribui livros didáticos e literários para todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo contemplados tanto os alunos quanto os professores. A execução desse Programa prevê diversas fases, começando com a publicação e divulgação do edital, inscrição dos fornecedores, validação das obras inscritas, análise de atributos físicos dos livros, avaliação pedagógica de todo o conteúdo das obras, habilitação jurídico-administrativa, negociação dos preços, contratação, distribuição e, paralelamente a essas fases, o monitoramento e o controle de qualidade.

Trata-se, portanto, de uma política pública complexa, que depende da colaboração de muitos parceiros para atingir seu êxito e o seu aprimoramento, a fim de que continue contribuindo efetivamente com a Missão Institucional do FNDE e, conseqüentemente, com o oferecimento de uma educação pública de qualidade a todos.

Para alcançar os objetivos propostos, o Programa é executado por meio da ação orçamentária 20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para a Educação Básica.

Com vistas a atender às despesas previstas, a dotação para

a ação em 2019 foi de R\$ 2,1 bilhões, representando um aumento da ordem de 35% em relação ao ano de 2018. Abaixo, apresenta-se um comparativo dos valores do orçamento efetivamente destinados ao PNLD nos últimos 3 anos.

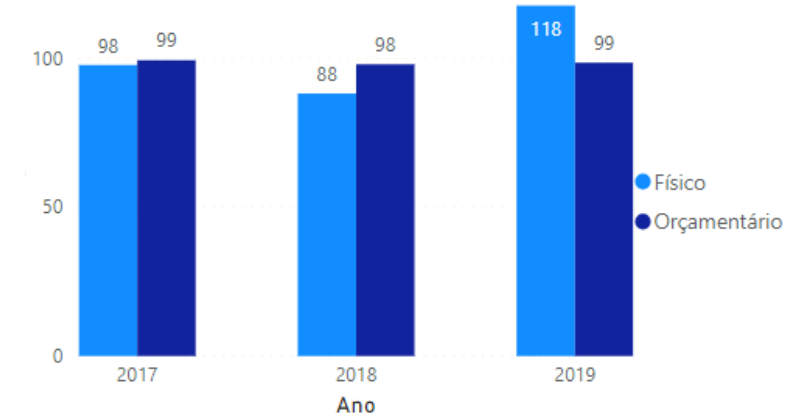
EXECUÇÃO DO PNLD 2017, 2018 E 2019

ANO	ORÇAMENTO EM R\$ BILHÕES NOMINAIS		QUANTIDADE DE EXEMPLARES EM MILHÕES
	ESTIMATIVA	EMPENHO	ESTIMATIVA
2017	1,73	1,72	160,79
2018	1,55	1,52	174,40
2019	2,16	2,13	184,90

Fonte: COAPE/FNDE

Verifica-se, assim, que a execução orçamentária de 2019 alcançou 98,34% do previsto, uma vez que, em termos absolutos, o orçamento disponível foi de R\$ 2.166.246.541,00, e o FNDE conseguiu empenhar R\$ 2.130.346.170,27.

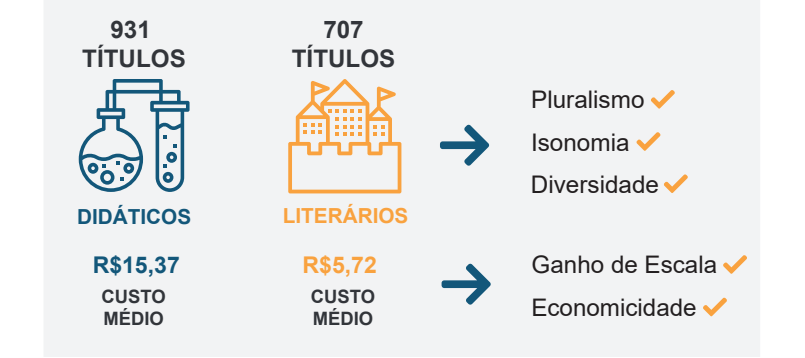
EXECUÇÃO DO PNLD 2017, 2018 E 2019



Fonte: FNDE/DIRAE/CGPLI

O desempenho físico de 2019 foi de 117,79%, quase 20% acima do inicialmente planejado. O resultado se deveu ao fato de parte significativa do PNLD Literário 2018 ter sido executada apenas em 2019. Esse programa teve seu edital publicado em abril de 2018 e não pôde ser executado em sua integralidade nesse mesmo ano.

Esse montante de livros foi diversificado em 931 títulos de livros didáticos e 707 literários, garantindo o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e às diversidades sociais, culturais e regionais, diretrizes norteadoras do Programa, conforme o Decreto nº 9.099/2017. A aquisição centralizada dos livros permite a existência de uma diversidade de títulos com economia de escala. A título ilustrativo, evidencia-se o custo médio dos livros didáticos e literários, que foi de R\$ 15,37 e R\$ 5,72, respectivamente, valores bem abaixo dos praticados pelo mercado privado.



No exercício de 2019, foram distribuídos 20.671 livros no formato tinta-braille atendendo a 3.402 alunos cegos matriculados em 1.177 escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (de 1º ao 5º ano) participantes do PNLD. Esse formato traz, em cada página, a transcrição do conteúdo em braille sobre o texto impresso, proporcionando um melhor suporte à aprendizagem desse público especial.



Em 2019, além da continuação do atendimento das escolas com obras em formato EPUB - livros digitais destinados a estudantes do ensino fundamental e médio com cegueira, com baixa visão e disléxicos - e livros em braille/tinta, que atendem estudantes com baixa visão e cegueira do 1º ao 5º ano, destaca-se a distribuição de mais de 30 milhões de livros literários para a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e o ensino médio.



### Resultados

- Conclusão da distribuição de obras literárias para estudantes e para compor acervos das bibliotecas e salas de aula;
- Nova metodologia de projeção de alunado para atendimento aos beneficiários do PNLD em 2020;
- Realização de encontros regionais para aproximação dos parceiros das redes de educação e escolas participantes do PNLD;
- Contratação dos materiais acessíveis diretamente dos produtores.



### Desafios

- Aquisição de materiais didáticos para atender às novas exigências do Ensino Médio;
- Publicação de uma nova Resolução para regulamentar a operacionalização do PNLD em consonância com o Decreto nº 9.099/2017, e promoção de sua disseminação entre os participantes do Programa;
- Aprimorar as ferramentas de monitoramento, assistência técnica e avaliação do programa.



**FNDE** MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO GOVERNO  
FEDERAL

CÓDIGO DO LIVRO:  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Arial 14 Negrito



## Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

### Aspectos Gerais

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma estratégia de combate à desnutrição e à obesidade infantil e de promoção da saúde, que visa atender às necessidades nutricionais dos alunos da educação básica durante sua permanência em sala de aula, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

Em 2019 foram atendidos aproximadamente 40 milhões de estudantes, fornecendo 200 bilhões de refeições aos estudantes matriculados na educação básica pública nas redes estadual, municipal e federal. Para isso, o Governo Federal repassa recursos que cobrem 200 dias letivos, os quais são distribuídos de acordo com a quantidade de alunos informados no censo escolar do ano anterior, conforme os valores por aluno discriminados por etapa e modalidade de ensino.

Para receber os recursos do PNAE é obrigatória a constituição de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no estado ou município.

A Entidade Executora (municípios, Secretarias de Educação) aporta recursos próprios complementares à aquisição de gêneros e contratação de serviços para oferta da alimentação escolar; adaptando-a às diferentes faixas etárias e respeitando hábitos. Além disso,

designa nutricionista responsável técnico pelo PNAE.

Pelo seu desenho, o PNAE combate a desnutrição, forma hábitos alimentares saudáveis, melhora a qualidade da educação e promove o desenvolvimento da agricultura familiar por meio da compra obrigatória de seus produtos de no mínimo 30% dos recursos do programa.

O FNDE fornece orientações técnicas gerais e monitora a execução do Programa junto aos estados, Distrito Federal e aos municípios.

Para gerenciar o Programa em nível nacional, que atende todos os estados, 5.570 municípios, 150.000 escolas e aproximadamente 40 milhões de estudantes, a gestão do PNAE propõe e aprimora resoluções que são utilizadas como manuais de procedimentos por todos os atores do programa. Para gerir o programa, as unidades atuam em diversos enfoques:

- Repasse de valores financeiros do PNAE aos estados, municípios e escolas federais e o acompanhamento do desembolso;
- Produção de pesquisas e projetos de segurança alimentar adotando parâmetros de alimentação e nutrição, fomentando a compra de produtos da agricultura familiar, promovendo a saúde e a Educação Alimentar e Nutricional, uma vez que nutricionistas elaboram cardápios de acordo com as diretrizes do PNAE;

- Coordenação das ações dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, seu cadastramento, capacitação e análise técnica da Prestação de contas;

- Ações de Monitoramento, atendimento de demandas dos órgãos de controle interno e externo, apurando as denúncias relacionadas ao PNAE, em articulação com o Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União, Auditoria Interna do FNDE e Procuradoria Federal.

O Programa tem alcançado um elevado nível de eficiência, de forma a reduzir custos e acelerar o processo de informação, visando à tomada de decisões tempestivas, criando novas propostas e procedimentos, estabelecendo a transformação digital para melhorar o desempenho mediante novos processos de gerenciamento, como a digitalização de processos de negócios e a utilização da internet, assim propiciando uma maior conectividade e obtendo benefícios garantindo melhores resultados.

Para todo esse universo de constante criação, supervisão e atendimento em nível nacional o PNAE contou em 2019 com uma força de trabalho de somente de 25 servidores do FNDE, 26 colaboradores e 4 estagiárias. Isso representa menos de 0,01 pessoa por município atendido.

### Impactos a Médio e Longo Prazo

A alimentação escolar é uma ação multidimensional. Por isso, tem objetivos focados nos aspectos biopsicossocial. Note-se que os recursos do PNAE não fazem parte do conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/1996), precisamente por seus benefícios multissetoriais, cabendo citar:

Na área de **Educação**, o PNAE contribui para a melhora nos indicadores como os de evasão e rendimento escolar, repetência e na formação de bons hábitos alimentares mediante a inclusão no currículo escolar no plano de aula do professor e material didático da educação nutricional e alimentar.


Na **Saúde**, combate a desnutrição e à obesidade mediante aumento do consumo de alimentos mais saudáveis, melhora a relação do crescimento e desenvolvimento e o estado nutricional dos estudantes (avaliação nutricional, que considera idade, peso e altura), favorecendo a redução das demandas na área da saúde.

Na **Agricultura Familiar**, pela compra obrigatória de 30% dos recursos do PNAE, o programa promove a produção do agricultor familiar, com qualidade e diversidade, priorizando produtos orgânicos e agroecológicos, gerando mais uma Fonte de renda de forma sustentável e contínua.



Na **Economia**, expande o mercado formal da agricultura familiar e promove o valor agregado dos seus produtos por meio do incentivo à criação de cooperativas. Os recursos investidos do PNAE movimentam a economia local, incrementando a receita dos municípios. Isso melhora a saúde e aumenta a expectativa e a qualidade de vida do cidadão, propiciando uma maior produtividade do indivíduo ao longo da vida. A distribuição de recursos do PNAE para os municípios e agricultores é um fator que contribui para a diminuição do Índice de Gini.

No aspecto do **Desenvolvimento Social**, propicia melhores condições de vida mediante um processo sustentável como o do apoio à agricultura familiar, além disso, e diretrizes do programa promovem a igualdade, possibilitando o acesso a uma boa alimentação e educação.



No **Meio Ambiente**, o PNAE tem políticas que resultam na compra de produtos agroecológicos, como os orgânicos, no contexto do meio ambiente sustentável, que levam à preservação da qualidade do meio ambiente.

Redução de Custos no Governo Federal

No PNAE, a compra local diminui o custo do transporte, que é computado no preço final do produto, reduzindo, dessa forma, o custo total do programa. Procedimentos eficientes, são definidos,

o que minimiza tecnicamente o desperdício dos alimentos. O PNAE criou os Conselhos de Alimentação Escolar, com a responsabilidade de supervisionar e monitorar o programa de forma local, elevando o nível de controle, procedimento eficiente considerando o quanto seria o custo operacional de supervisão e de trabalhos de auditoria nos municípios se fosse operacionalizado de forma centralizada em nível nacional. Por outro lado, garante a existência de gestão nacional, o que favorece a equidade e promove Assistência Técnica especializada.

Na **Saúde Pública**, pela formação de bons hábitos alimentares e aumento da expectativa de vida, se espera uma redução de custos pela diminuição de doenças derivadas da má alimentação, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

No **Meio Ambiente**, o PNAE promove a sua preservação, o que evita custos futuros de correções e recuperações.

**Impactos econômicos** a longo prazo, como o impulso ao desenvolvimento local, geração de renda e de emprego no campo, incentivam um mercado institucionalizado para os produtos da agricultura familiar, promovendo a permanência dos agricultores no campo. O PNAE contribui para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, por meio da obrigatoriedade da compra local dos agricultores familiares.

Resultados da Execução do PNAE

A dotação orçamentária do PNAE, que inclui, respectivamente, seu alcance financeiro (valores executados) e físico (estudantes atendidos) é apresentada na tabela a seguir:

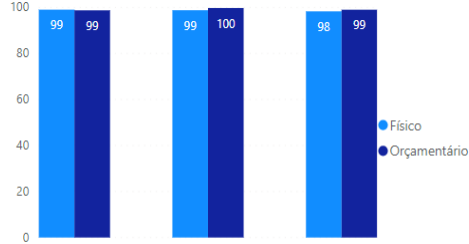
Tabela 1: Execução Físico-financeira do PNAE - 2017 a 2019

Ano	Orçamento em R\$ Bilhões Nominais			Quantidade de Estudantes em Milhões <sup>3</sup>		
	Estimativa <sup>1</sup>	Execução <sup>2</sup>	%	Estimativa	Execução	%
2017	3,96	3,91	98,70%	41,2	40,8	99,00%
2018	4,05	4,04	99,80%	41,2	40,7	98,80%
2019	4,02	3,98	99,00%	41	40,3	98,30%

<sup>1</sup> Estimativa - Dotação Atualizada  
<sup>2</sup> Execução - despesa empenhada + crédito concedido  
<sup>3</sup> Inclui alunos matriculados nas Escolas Federais

Fonte: Meta Física - Sistema de Gestão da Alimentação Escolar – SIGAE e Execução Orçamentária: Tesouro Gerencial

Percentual de Execução Financeira do PNAE



Fonte: FNDE/DIRA/CGPAE

Os gráficos ao lado apresentam a performance da execução físico-financeira do Programa. Em 2017, 98% dos recursos foram executados. Em 2018, esse percentual foi de 99%, e com tais recursos foi possível atender 99% da meta física nos dois exercícios. Em 2019, a execução financeira foi de 99%, o que representa uma execução de excelência, dados os requisitos para transferência dos recursos e a abrangência de seu alcance.

Considerando que o desenvolvimento de ações educativas favorecem aos estudantes se tornarem promotores de sua saúde, gerando autonomia; e também o cenário epidemiológico preocupante de sobrepeso e obesidade e a percepção da escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional - (EAN), o FNDE viabilizou a criação de espaços intersetoriais de construção coletiva e multiprofissional para a promoção da saúde no ambiente escolar. Nesse sentido, uma das ações realizadas foi a inclusão de mensagens de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar nas capas dos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - (PNLD). Em 2019, a estratégia alcançou aproximadamente 148 mil unidades escolares.





Destaca-se, também, a realização da terceira edição da **Jornada de Educação Alimentar e Nutricional – (EAN)**, que teve como objetivo incentivar o debate e a prática das ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar e dar visibilidade àquelas já desenvolvidas nas escolas públicas de educação infantil e Ensino Fundamental. A edição contou com o total de 788 escolas inscritas.

Com o objetivo de fortalecer o Conselho de Alimentação Escolar como instância de controle social para acompanhar e fiscalizar a execução do PNAE nos municípios, em 2019, o FNDE promoveu as seguintes ações:

- Curso a distância para conselheiros da alimentação escolar, por meio da Plataforma de Educação Corporativa do FNDE, que resultou na formação de 1.353 Conselheiros;

• Encontros presenciais, com a participação de 498 Conselheiros de 216 municípios;

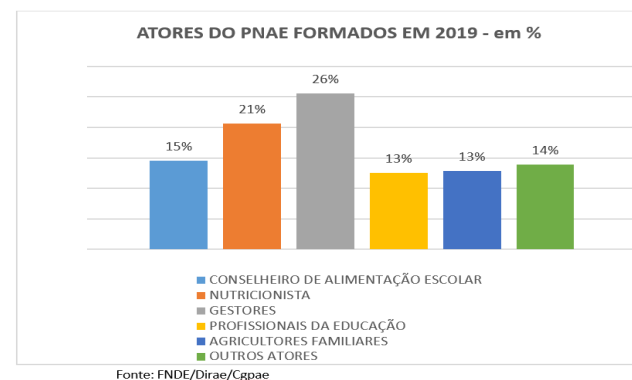
- Publicação de Caderno do Prêmio CAE de Participação Social, em versão digital. A edição reúne os relatos vencedores do Prêmio CAE, apresentando práticas exitosas de participação social relacionadas ao PNAE, que possam ser inspiradoras e indutoras da participação social.

Destaca-se também a implementação do e-PNAE como aplicativo do Controle Social, no qual pais, alunos, professores, nutricionistas, conselheiros da alimentação escolar e toda a comunidade poderão acompanhar e avaliar a alimentação escolar oferecida nas escolas públicas do país, por meio de interação com outros usuários. O aplicativo possibilita comunicação com nutricionistas e conselheiros da alimentação escolar e o contato direto com o e-OUV, o sistema de ouvidorias do poder executivo federal, para formalizar denúncias.

Visando aprimorar a execução do Programa nas Entidades Executoras, o FNDE tem parcerias com Universidades e Institutos Federais, culminando na constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecane).

Esses centros formam uma rede interinstitucional que contribui para a efetivação e consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no ambiente escolar, haja vista que prestam apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas; capacitam nutricionistas, gestores, profissionais da educação, merendeiras, conselheiros de alimentação escolar e outros atores envolvidos com o PNAE; elaboram material didático; e realizam estudos e pesquisas que contribuem para a melhoria do Programa.

Nesse sentido, destaca-se que, em 2019, o FNDE, em parceria com os Cecanes, realizou o monitoramento *in loco* em 424 Entidades Executoras (EEx), sendo 407 municípios e 17 Secretarias Estaduais de Educação, o que representa 7% dos municípios brasileiros e 63% das SEDUCs que, juntas, representam 42% do alunado total atendido pelo PNAE. Além disso, realizou-se a capacitação de aproximadamente 13 mil atores sociais. Nota-se no gráfico a seguir que o gestor foi o ator do PNAE mais representado nas formações no ano de 2019.



## Cooperação Técnica Internacional

O PNAE simboliza o espírito da cooperação internacional no Brasil e representa o desenvolvimento econômico e social em nível nacional e internacional. Existe grande interesse dos países em desenvolvimento e de instituições internacionais, tais como a ONU, Programa Mundial de Alimentação (PMA), FAO, e países desenvolvidos que investem estrategicamente na parceria para o desenvolvimento de programas de alimentação escolar na América Latina, Caribe, África e Ásia.

Devido a esse reconhecimento internacional, o FNDE mantém Acordos de Cooperação, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), visando apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar, fundamentados em princípios da soberania, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Do ponto de vista da cooperação internacional, é importante apoiar países que compartilhem os mesmos interesses estratégicos e valores fundamentais, como a liberdade, a democracia e o cumprimento das leis. O PNAE, com a visão do desenvolvimento, investe no futuro objetivando a prosperidade do mundo, colabora com o desenvolvimento e o crescimento da economia de forma inclusiva e fortalece conexões institucionais. Estabelece ainda novos padrões com diversos atores na sociedade civil, governos locais e organizações internacionais.

Dentre as ações realizadas, foram enviadas missões para Suriname, Peru, El Salvador, Roma, Panamá. Houve participação em eventos como os da REAF – XXXI Reunião Especializada em Agricultura Familiar; 46ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Diplomado de Educação Alimentar e Nutricional em El Salvador; Pacto de Milão e I Fórum Regional da Rede de Alimentação Escolar no Marco da Década de Nutrição; II Encontro Regional sobre Ações para Prevenção da Obesidade



Infantil no âmbito da Década da Nutrição também foram recebidas oito delegações estrangeiras com intuito de conhecer o PNAE e/ou dar sequência em projetos de cooperação: Jamaica, Chile, Panamá, Uganda, El Salvador, Equador, Guatemala e Paraguai.



### Resultados

- O FNDE também inovou ao inserir uma alteração nos editais de aquisição de livros didáticos para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental I visando a coerência dos conteúdos das obras a serem produzidas e distribuídas para os estudantes com o objetivo, as diretrizes e os princípios do Pnae. Isso fortalece a **integração entre programas**, visando alcançar os objetivos complexos da Educação.



### Desafios

- Reduzir o número de Entidades Executoras inadimplentes no Programa, com o intuito de atender a totalidade dos estudantes na educação básica dos sistemas de ensino, com a garantia do emprego da alimentação saudável e adequada;
- Aprimorar os procedimentos de controle do Programa (monitoramento, avaliação e prestação de contas), qualificando as informações gerenciadas;
- Fortalecer as aquisições da Agricultura Familiar de modo a alcançar o mínimo de 30% nas aquisições.



**FNDE**

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

GOVERNO  
FEDERAL

CÓDIGO DO LIVRO:  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Arial 14 Negrito



A inserção da **temática de educação alimentar nos livros didáticos** demonstra uma iniciativa de integração de programas, que mesmo singela deve ser exaltada e reconhecida como ruptura de paradigma da segmentação.





Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

O Dinheiro Direto na Escola é um programa federal que objetiva prestar assistência financeira suplementar às escolas, e existe a mais de duas décadas, com denominação inicial de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Desde a sua criação, tem sido um importante instrumento de financiamento da educação brasileira, por viabilizar o envio de recurso direto às escolas, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), entidades sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas das redes estaduais e municipais e Distrital de educação, cabendo-lhes planejar, executar e prestar contas dos recursos recebidos.

O foco do PDDE é dinamizar a solução de problemas diários de melhoria e manutenção escolar ao agilizar o processo de transferência. Assim, o PDDE reforça a autonomia gerencial das escolas, incentiva a participação da sociedade na gestão dos recursos e contribui para a melhoria da qualidade da educação, implementando um modelo inovador de gestão pública.

A princípio, destinado às escolas públicas de ensino fundamental das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de educação especial, qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, o PDDE, em 2009, mediante a publicação da Lei nº 11.947, teve o seu público-alvo ampliado para abranger todas as etapas da educação básica, incluindo o atendimento à educação infantil e ensino médio.

A destinação dos recursos do PDDE permite ampla utilização (exceto no pagamento de pessoal e agentes públicos da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria), podendo ser aplicada no financiamento de despesas com a manutenção e pequenos investimentos dos estabelecimentos de ensino beneficiários. O dinheiro é utilizado em quaisquer das seguintes finalidades:

- Aquisição de material permanente, nos casos em que são destinados recursos de capital às escolas;
- Manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- Avaliação de aprendizagem;
- Implementação de projeto pedagógico; e
- Desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

O sucesso do modelo de gestão adotado pelo PDDE e a crescente demanda da clientela atendida motivaram a ampliação do programa, que, a partir de 2007, nos mesmos moldes regulamentares e operacionais, passou também a destinar recursos por meio de Ações Agregadas do PDDE. No exercício de 2019, estiveram sob gestão da Secretaria de Educação Básica (SEB) os programas: PDDE Educação Integral (Novo Mais Educação), Mais Alfabetização, Novo Ensino Médio e Educação Conectada. Sob a responsabilidade da Semesp, lista-se: Escola Acessível, Escola do Campo e Água e Esgotamento Sanitário na Escola.

Diante do exposto, visualiza-se dentro da ação 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - o orçamento para atendimento do PDDE Manutenção (PDDE Básico e Educação Especial), o qual a gestão financeira e orçamentária compete a esta Autarquia, e a dotação destinada aos programas de governo, que são definidos e gerenciados pelas secretarias do MEC- Secretaria de Educação Básica (SEB) e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp).

O quadro abaixo sintetiza a execução financeira (% de recursos repassados) e física (quantidade de escolas atendidas):

Execução físico-financeira do PDDE Básico e Educação Especial – 2018 e 2019

Ano	Orçamento R\$ milhões			Quantidade de escolas em milhares		
	Estimativa	Execução		Estimativa	Execução	
2018	950	909,9	95,7%	145,5	127,6	87,7%
2019	974,6	796,6	81,7%	140	115,3	82,3%

Fonte: SIGEF

Impactaram no atingimento das metas de execução financeira a falta de atualização cadastral no Sistema PDDEWEB e a inadimplência das entidades com a prestação de contas do Programa. Os ajustes de repasses de anos anteriores, a menor, nos valores a serem repassados no exercício de 2019, por recomendação de auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), ocasionaram também a redução dos índices de execução neste exercício. A partir de ações para regularização, pretende-se o atendimento à totalidade das escolas públicas de educação básica e privadas de educação especial sem fins lucrativos, inscritas no Censo Escolar.

Quanto às ações agregadas, a execução é representada no quadro a seguir. Muito embora a meta financeira não tenha sido alcançada em sua totalidade, do ponto de vista orçamentário, cabe destacar que foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 847,8 milhões, a ser repassado às escolas selecionadas, pela SEB e Semesp, no início do exercício de 2020.



## Execução Financeira dos Programas do MEC- 2018 e 2019

Ano	Orçamento R\$ Nominais	
	Estimativa	Execução
2018	719,9 milhões	719,9 milhões
2019	1,05 bilhão	270,0 milhões

Fonte: SIGEF

Quanto à meta física, os estabelecimentos de ensino são atendidos conforme critérios das políticas educacionais das respectivas secretarias do MEC. O FNDE monitora o número de escolas atendidas; os indicadores de desempenho ficam a cargo das unidades gestoras do programa.

## Assistência Técnica e Monitoramento

O PDDE vai muito além da transferência de recursos, havendo diversas ações de assistência técnica e monitoramento. Um dos destaques mais recentes é a adoção do Cartão PDDE, que é um cartão na função débito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), válido para uso em todo o território brasileiro. O cartão é emitido em nome do presidente da UEx e não pode ser usado por outra pessoa. Possui limite de gastos, conforme o valor que a escola tem direito de receber de PDDE, calculado em função do número de alunos informados no Censo Escolar. Esse recurso favorece o controle na aplicação dos recursos em todo o território nacional.



O projeto de Expansão do Cartão PDDE (zona rural) em todo o território nacional tem o objetivo de contribuir para mais controle sobre a destinação de recursos, mais agilidade na execução e prestação de contas, mais segurança nas transações bancárias. Em 2019, foram

emitidos 62.401 cartões PDDE para UEx em todo o país. Deste total, 27.440 cartões foram emitidos para UEx localizadas em zonas rurais. Ainda é importante ressaltar a importância de ações que auxiliem na mobilização para habilitação e retirada do Cartão PDDE, que alcançou percentual de 94% de cartões habilitados nas agências bancárias no ano de 2018, mas em 2019 ficou em 76%.

## Cartões Emitidos e Retirados, localização UEX, 2018 e 2019

Localização da Uex	Cartões Emitidos		Cartões não Retirados	
	2018	2019	2018	2019
Rural	27	27.440	1	8.017
Urbana	41.538	34.876	2.337	6.636
Total	41.565	62.316	2.338	14.653

Fonte: DIGOV/ Banco do Brasil

Por fim, cabe salientar os avanços empreendidos na construção do Painel de Monitoramento do PDDE. A gestão do PDDE vem avançando no fortalecimento e ampliação do uso de indicadores, bem como na consolidação do uso de Business Intelligence (B.I.), para potencializar a eficiência da gestão financeira descentralizada e gerar rico terreno para análises, produção de conhecimentos e subsídios à tomada de decisão. Já estão disponíveis os indicadores de Monitoramento referente ao PDDE, compostos de indicadores sintéticos, a exemplo do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada (IDEGES - PDDE), e indicadores analíticos, a exemplo do Painel de Acompanhamento da Adesão das Escolas, o Painel de Acompanhamento do Cartão PDDE e o Painel de Acompanhamento dos Saldos. Eles podem ser acessados na página do Monitore PDDE: <https://www.fnade.gov.br/index.php/programas/pdde/area-para-gestores/monitore-o-pdde>



## Resultados

- Implantação e expansão do cartão PDDE em todo o território nacional;
- Ampliação do apoio técnico aos entes federados, intensificando a difusão de informações/orientações e a melhoria no fluxo de comunicação com os beneficiários do PDDE;
- Construção do painel interno do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE).



## Desafios

- Ampliar o índice de retirada e utilização do cartão PDDE;
- Estimular o uso do gerenciador financeiro do Banco do Brasil e a comunicação entre U.Ex e agência, tendo em conta as dificuldades de conectividade rural e a distância das agências mais próximas;
- Auxiliar às UEx para que possam sanar inadimplências com prestação de contas e os débitos com a Receita Federal do Brasil;
- Atualização cadastral tempestiva das UEx;
- Integrar o Sistema PDDEWeb à plataforma gov.br e modernizar a interface do sistema;
- Ampliar o painel de indicadores e transparência de dados do Monitore o PDDE.



## Política de Transporte Escolar

A política pública de transporte escolar é composta por dois Programas:

**Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – (PNATE)** – Instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, que utilizam transporte escolar;

**Programa Caminho da Escola** – Concebido em 2007, disciplinado pelo Decreto nº 6.768, de 2009, com objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos e embarcações de transporte escolar, garantindo segurança e qualidade e contribuindo para o acesso e a permanência dos alunos nas escolas da rede pública da educação básica.

### Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

A oferta de Transporte Escolar, em condições favoráveis, tende a melhorar o aprendizado dos alunos que dele necessitam. Deste modo, todas as ações que visam à melhoria das condições do serviço ofertado são relevantes para os alunos, que dele usufruem e contribuem para o desenvolvimento da educação nacional. Nesse sentido, surge o PNATE, uma política pública que objetiva viabilizar o acesso do educando às unidades escolares.

Nesse contexto, o PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes aos municípios, Distrito Federal ou estados: seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte

de alunos da educação básica pública residentes em área rural, além da contratação de serviços terceirizados de transporte escolar.

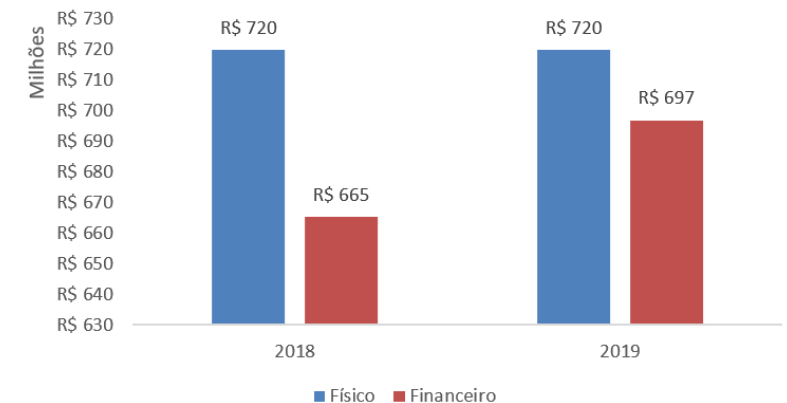
O montante de recursos transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o número de alunos da educação básica pública, residentes em área rural e que utilizam o transporte escolar, informados no Censo Escolar.

Para atender às despesas previstas, a dotação inicial destinada ao PNATE pela Lei Orçamentária Anual – (LOA) de 2019 foi de R\$ 720 milhões, mantendo os valores praticados no ano anterior, quando houve uma atualização dos valores per capita do Programa de 20%.

Em 2019, foram pagos 97% do orçamento total. Os recursos atingiram 5.224 Entidades Executoras, beneficiando diretamente quase 4.5 milhões de alunos das redes municipais, estaduais e distrital, mas com um potencial de ter feito a diferença na vida de muitos outros estudantes, visto que os recursos são repassados com base no número de alunos residentes nas áreas rurais, mas, na prática, a Política Pública de Transporte Escolar não dissocia esses estudantes. Ou seja, os veículos mantidos, mesmo que parcialmente, com os recursos do Programa, transportam não apenas os estudantes residentes em áreas rurais, mas todos os demais que se encontram no trajeto desses veículos.



### Orçamento Previsto x Execução Financeira, em milhões



Fonte: SIGEF

### Caminho da Escola

Por meio de pregões eletrônicos de registro de preços nacional, o FNDE **viabiliza a aquisição de ônibus, lanchas e bicicletas** do Caminho da Escola, que são fabricados com especificações adequadas ao tráfego em áreas rurais e ribeirinhas. Para tanto, existem três formas para estados, municípios e Distrito Federal participarem do Caminho da Escola:

- Com recursos próprios, bastando aderir à Ata de registro de preços disponibilizada pelo FNDE;
- Via assistência financeira, pelo FNDE, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR);
- Por meio de financiamento, linha de crédito a ser obtido junto a instituição financeira.





Dados do Censo Escolar apontam que, no Brasil, mais de 9 milhões de estudantes da educação básica da rede pública dependem do transporte escolar ofertado gratuitamente pelos entes públicos para irem às escolas. Destes, 4,5 milhões residem em área rural.

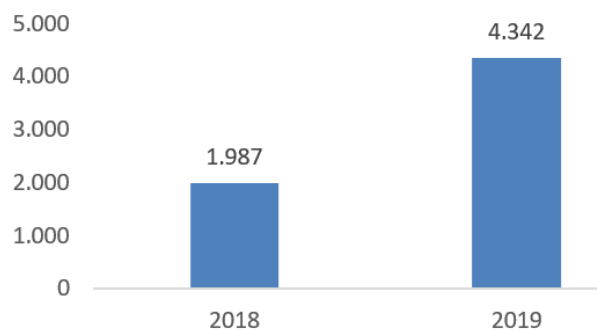
Considerando apenas o universo de estudantes rurais da educação básica pública, seria necessária uma frota de 145 mil veículos escolares, com capacidade média de 31 passageiros, para garantir o acesso à educação para esses estudantes.



Portanto, a qualificação técnica dos veículos do Caminho da Escola já é uma realidade, mas ainda é necessário ampliar as frotas para que todos os estudantes sejam atendidos com transporte de qualidade, seguro e acessíveis, uma vez que se passou a dispor de recursos de **acessibilidade** em todos os veículos.

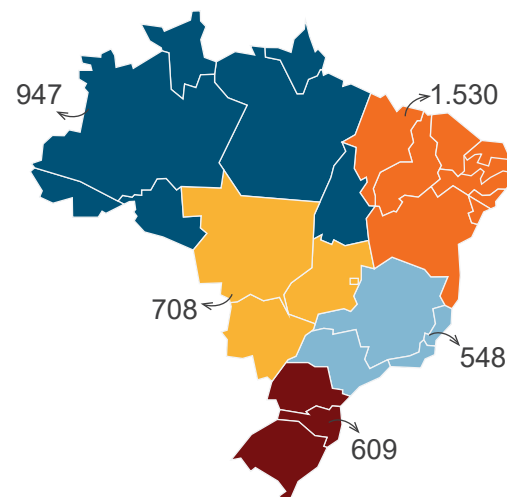
Nos anos de 2018 e 2019 foram viabilizadas aquisições, pelos entes federados, exceto lanchas e bicicletas, por intermédio das transferências financeiras realizadas pelo FNDE, de 6.329 veículos, com investimento superior a R\$ 1 bilhão. Ao todo, 5.500 dos 5.570 municípios brasileiros, que correspondem a aproximadamente 98,74%, foram beneficiados com ônibus escolares.

Quantidade de Ônibus Escolar



Fonte: SIMEC

Aquisição de Ônibus Escolares por Região (Unidades)



Fonte: SIMEC



## Resultados

- Implementação do 1º Centro Colaborador de Apoio ao Transporte Escolar (CECATE), que viabilizou a elaboração de módulos para formação de atores, com cursos de capacitação nas 5 Regiões do Brasil, capacitando 2.703 gestores e conselheiros do Cacs/Fundeb desde o final de 2018;
- Produção de software de gestão do transporte escolar, em plataforma livre, possibilitando que a operação da oferta de transporte escolar nas entidades executoras seja mais eficiente;
- Acessibilidade em todos os tipos de ônibus do Programa Caminho da Escola.



## Desafios e Riscos

- Desenvolver, com base no curso elaborado pelo CECATE, ações de Ensino à Distância, buscando ampliar significativamente o alcance desse curso;
- Ampliar a atuação do CECATE e implementar novas parcerias;
- Desenvolver ações de apoio técnico de ensino, pesquisa e extensão, para a melhoria da execução das Políticas Públicas de Transporte Escolar.
- Aprimorar a articulação junto os atores externos que exercem influência na efetivação da Política Pública de Transporte Escolar, buscando ampliar o alcance e a efetividade das ações.

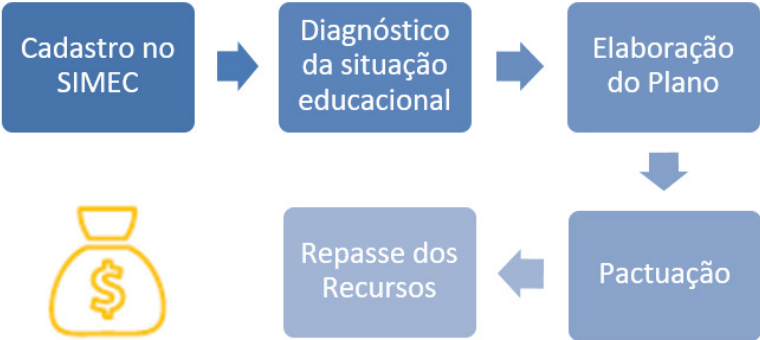


Plano de Ações Articuladas - PAR

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um planejamento multidimensional da política de educação que os Municípios, os Estados e o Distrito Federal devem fazer para um período plurianual. Pelas suas características sistêmicas e estratégicas, o plano favorece as políticas educacionais e a sua continuidade, constituindo-se como importante elemento na promoção de políticas de Estado na Educação.

O apoio técnico ou financeiro do FNDE é prestado no âmbito do PAR, em caráter suplementar e voluntário, pela União, às redes públicas de educação básica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme disposto na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012.

Nesse contexto, a figura abaixo demonstra o fluxo do PAR desde o cadastro até o repasse de recursos pelo FNDE.

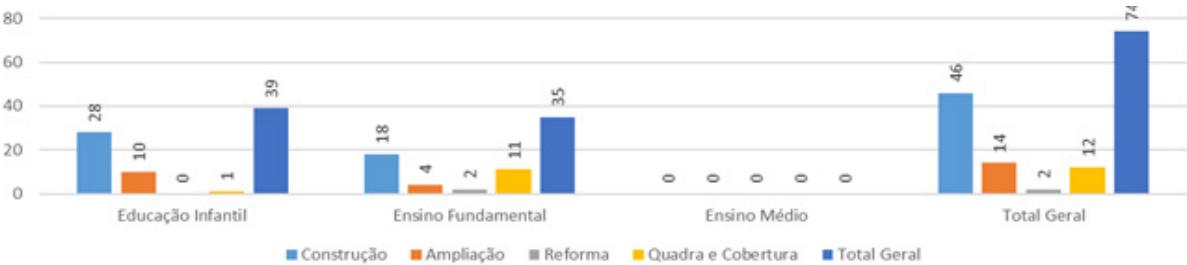


Infraestrutura Educacional

O FNDE presta assistência técnica aos entes federados e a todos os cidadãos interessados nas ações de infraestrutura educacional, por meio do e-SIC, PAR Fale conosco, Ouvidoria, e-mails e atendimentos presenciais.

No âmbito do PAR, na dimensão de infraestrutura física, são pactuadas ações importantes com o intuito de viabilizar o acesso do aluno a um espaço físico de qualidade, bem como atender as demandas sociais por matrículas na rede pública da educação básica em todas as esferas por meio de construção, ampliação e reforma de escolas, abrangendo o público escolar do campo, das áreas indígenas, quilombolas e urbanas. Ao longo de 2019, foram aprovadas 74 novas ações de infraestrutura escolar (obras), por meio do PAR, em todas as etapas da educação básica, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Quantidade de Ações Aprovadas

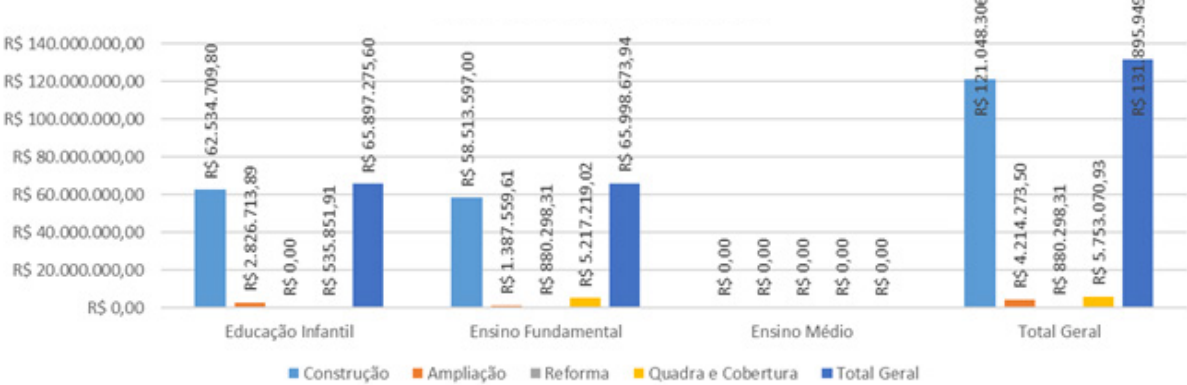


Fonte: SIMEC - Módulos PAR 2011 e PAR

No que se refere aos créditos orçamentários do exercício, importa esclarecer que além das ações mencionadas no gráfico acima, parte substancial dos recursos foi destinada a projetos em andamento, pactuados em exercícios anteriores. Além disso, foram destinados recursos para iniciativas oriundas de emendas parlamentares. Salienta-se, ainda, a limitação orçamentária e financeira imposta para transferências voluntárias nos últimos exercícios têm impactado significativamente no atendimento e execução das ações em referência.

Nesse contexto, o gráfico abaixo demonstra os recursos orçamentários investidos nas ações de obras aprovadas em 2019:

Valores das Ações Aprovadas



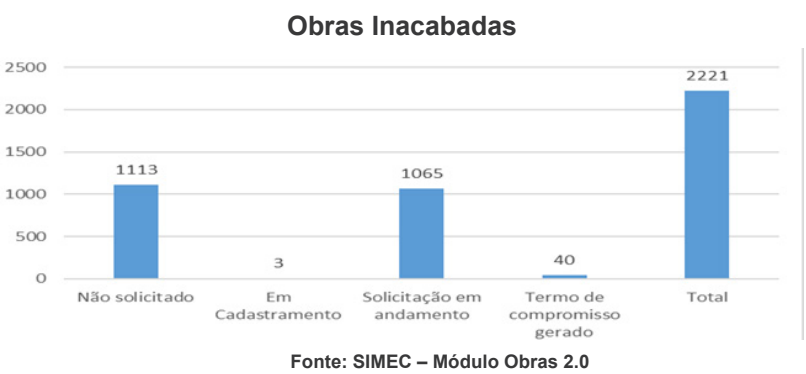
Fonte: SIMEC - Módulos PAR 2011 e PAR



No que concerne às obras com pacto firmado com a Autarquia, que tiveram sua execução interrompida em decorrência do término da vigência do instrumento, em 23 de fevereiro de 2018, foi publicada a Resolução nº 3, que dispõe sobre a possibilidade de se firmar novos termos de compromissos entre os entes federados e o FNDE, com fundamento na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para finalização das obras decorrentes de instrumentos cujos prazos de execução tenham se esgotado sem que o objeto inicialmente acertado entre as partes tenha sido concluído.

Além da manifestação expressa do ente quanto ao interesse em firmar novo Termo de Compromisso, o mesmo deverá encaminhar ao FNDE, via SIMEC, documentos que comprovem a possibilidade de consecução da obra, o estado atual da edificação, além de prestar contas dos recursos outrora recebidos. Após avaliação, e desde que cumpridas todas as etapas, o FNDE realizará a pactuação de novos Termos para que as obras sejam retomadas. O prazo para que gestores municipais e estaduais solicitem a retomada dessas obras será até 23 de março de 2020, já prorrogado, conforme Resolução nº 6 de 25 de setembro de 2019.

Nesse cenário, constam no gráfico abaixo informações quanto à situação da solicitação de nova pactuação para as obras inacabadas:



O ano de 2019 se destaca como um período de reestruturação interna, que deve ser concluída já no início de 2020. Foram implementadas mudanças na organização das unidades internas à diretoria responsável, visando à redução do retrabalho e eficiência dos processos.

Monitoramento de Obras

O FNDE repassa recursos aos entes federados para a construção, reforma e ampliação de escolas. Para monitorar a execução física e financeira desses projetos, a Autarquia estabelece critérios e parâmetros e propõe diretrizes e estratégias que contribuam para a melhoria contínua do processo de monitoramento.

Para realizar o monitoramento das ações, o FNDE utiliza várias ferramentas, sendo a principal delas o SIMEC. Para acompanhamento físico das obras, foi disponibilizado um módulo específico no SIMEC, denominado Obras 2.0, e foram realizadas vistorias *in loco* por empresas contratadas pela Autarquia, especializadas em serviços de engenharia.

O monitoramento das obras por meio do SIMEC foi iniciado com os convênios de 2007. Desde esse período, quadruplicou o número de obras cadastradas, passando de 7.000, no ano de 2007, para 28.702, em 2019. O objetivo é que todas as obras que receberam recursos do FNDE sejam monitoradas continuamente, para garantir a qualidade de execução no prazo estabelecido, cumprindo, consequentemente, o objetivo pactuado.

Nesse contexto, como resultado das ações de monitoramento de obras em 2019, o sistema registrou 1.176 obras que iniciaram a execução, 1.373 concluídas, das quais 334 são do Proinfância.

O processo de monitoramento das ações no âmbito do PAR e Proinfância se encontram em constante revisão, contando com modificações e melhorias de procedimentos e sistematização, com o intuito de tornar o controle e o acompanhamento do cumprimento dos objetos pactuados junto ao FNDE mais eficientes.

As liberações de parcelas são realizadas mediante comprovação do avanço físico da obra, permitindo que o FNDE exerça um controle maior sobre como está sendo realizada a gestão do recurso Federal por parte do gestor municipal ou estadual.

Ao longo do ano de 2019, foram realizadas 12.063 análises de solicitações de desembolso. Dessas, 4.960 solicitações foram indeferidas e 7.103 deferidas, demonstrando um percentual de 59% de deferimentos. A maior parte dos indeferimentos acontece porque a obra possui alguma restrição impeditiva de pagamento.

Outro procedimento é a análise de restrições e inconformidades, principalmente do tipo executiva (referente às falhas na execução das obras), que possui uma equipe própria para esse fim. Em 2019, foram realizadas 76.552 análises de restrições e inconformidades, conforme o quadro que segue.

Quantidade de Análises de Restrições e Inconformidades

Tipos de Registros	Analisadas em 2019
Financeiras	322
Executivas	59.674
Diligência	2.396
Checklist Administrativo	3.871
Checklist Técnico	2.805
Checklist Obra Vinculada	2.727
Checklist Administrativo Simplificado	4.757
Total	76.552,00

Fonte: Simec - Obras 2.0



A equipe de monitoramento possui o prazo de 10 dias para dar prosseguimento a qualquer análise de documentação inserida no SIMEC – Obras 2.0. A agilidade para análise das respostas cadastradas pelos entes beneficiados é importante para evitar a demora no repasse dos recursos e paralisações das obras, sem que os atrasos impeçam os estados e municípios de realizarem novas solicitações no PAR, além de garantir que os serviços e falhas observados possam ser corrigidos no momento oportuno, sem prejuízos à qualidade das obras.

Resultados

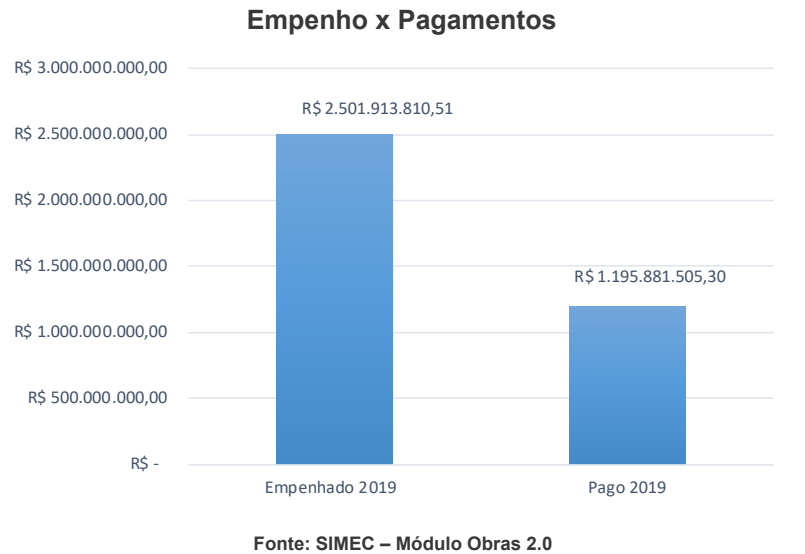
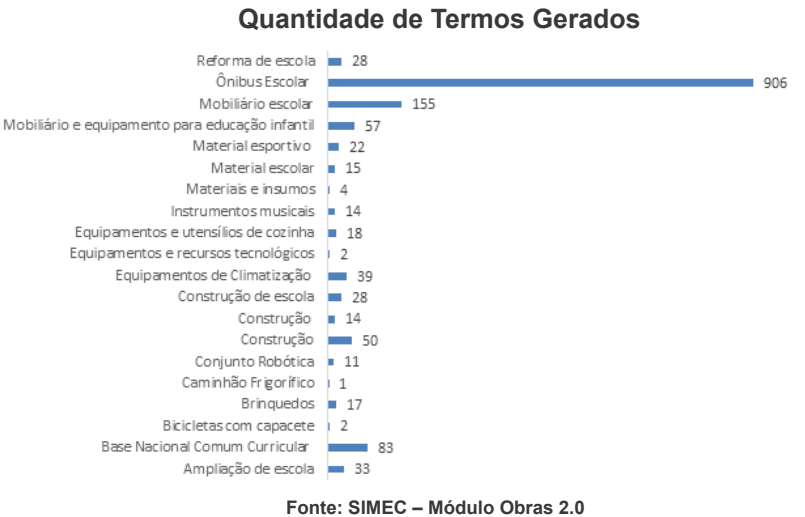
A fim de prestar assistência técnica e financeira às entidades, em 2019, o FNDE transferiu, por meio de convênios, termos de fomento, termos de compromisso e termos de execução descentralizada (TED), mais de R\$ 1,3 bilhão para o atendimento de iniciativas do PAR, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outros programas, projetos e ações educacionais atendidos por esses instrumentos.

A execução das ações objetos dos instrumentos mencionados é realizada de forma descentralizada, ou seja, os entes e as entidades são responsáveis pela aplicação, execução e prestação de contas dos recursos repassados, devendo comprovar os resultados alcançados por meio de sistemas informatizados disponibilizados pela Autarquia.

O PAR representa em números a principal forma de transferência discricionária de recursos, haja vista que, em 2019, foram empenhados cerca de 2,5 bilhões de reais e celebrados 1.499 Termos de Compromisso.

Entre as principais iniciativas de celebração de instrumentos destacam-se a aquisição de ônibus e mobiliário escolar, cujas ações implicaram a geração de 1.061 Termos de Compromisso, correspondentes a 71% dos instrumentos gerados. Quanto ao empenho, destacam-se as ações de aquisição de ônibus escolar e construção de escolas, somando 1,52 bilhão, totalizando 61% do total de recursos empenhados. Ao total foram pagos 1,2 bilhão aos entes federados, visando à execução das

iniciativas do PAR. Esse total representa 48% do valor empenhado referente ao exercício de 2019. Abaixo, os resultados da execução em 2019:



Quantidade de Processos e Valor Empenhado por Iniciativa

Iniciativa	Valor Empenhado	Valor Pago
Ações de apoio ao transporte escolar	R\$ 7.258.856,55	-
Ampliação de escolas	R\$ 112.077.794,32	R\$ 12.434.863,20
Base Nacional Comum Curricular	R\$ 24.690.725,18	R\$ 12.907.218,00
Bicicletas com capacete	R\$ 3.700.976,56	R\$ 618.263,75
Brinquedos	R\$ 22.422.687,34	-
Caminhão Frigorífico	R\$ 1.473.553,02	-
Conjunto Robótica	R\$ 11.294.116,72	R\$ 5.896.440,00
Construção de creches	R\$ 285.413.628,56	R\$ 322.426.630,24
Construção de Escolas	R\$ 511.335.311,98	R\$ 391.563.331,44
Contratação de serviços	R\$ 7.800,00	-
Equipamentos de climatização	R\$ 59.663.603,33	R\$ 2.618.964,82
Equipamentos e recursos tecnológicos	R\$ 46.940.067,31	R\$ 8.942.296,37
Equipamentos e utensílios de cozinha	R\$ 27.449.253,62	R\$ 436.778,84
Formação de profissionais	R\$ 166.924,61	R\$ 565.362,81
Instrumentos musicais	R\$ 14.700.970,54	R\$ 3.910.581,80
Materiais e insumos	R\$ 6.311.904,38	R\$ 95.562,12
Material escolar	R\$ 10.833.528,09	-
Material esportivo	R\$ 6.996.226,36	R\$ 63.727,46
Mobiliário e equipamento para educação infantil	R\$ 5.342.722,49	R\$ 24.414.472,78
Mobiliário escolar	R\$ 105.164.641,18	R\$ 7.418.161,18
Ônibus escolares	R\$ 1.012.817.719,04	R\$ 313.572.191,00
Realização de eventos	R\$ 158.427,32	-
Reforma de escolas	R\$ 225.692.372,04	R\$ 6.467.995,10
Construção de quadras		R\$ 81.376.974,29
Uniforme Escolar		R\$ 151.690,10
Total geral	R\$ 2.501.913.810,54	R\$ 1.195.881.505,30

Fonte: SIGEF e SIMEC – Módulo PAR



### Melhorias, Dificuldades e Desafios

Entre os muitos desafios que impactaram as transferências de recursos no âmbito do FNDE relativos a convênios, termos de fomento, termos de compromisso e termos de execução descentralizada (TED), é importante destacar o contingenciamento orçamentário e financeiro que implicou o aumento do passivo de pagamentos, cuja liquidação é alvo recorrente de demandas de órgãos de controle. Atrelada ao contingenciamento dos recursos a serem transferidos, há ainda a redução de orçamento destinado à capacitação de servidores, fato que impacta a qualidade e eficiência da assistência técnica e financeira prestada pelas áreas responsáveis pelas transferências de recursos, tendo em vista a especificidade das atividades por elas exercidas.

Além disso, a prestação de auxílio técnico aos entes e entidades, por meio da ferramenta Par Fale Conosco foi uniformizada, de forma a acompanhar e controlar quantitativa e qualitativamente as dúvidas cadastradas. Também contribui com a qualidade da assistência técnica prestada às entidades o desenvolvimento de manual para cadastro de Secretários Municipais e respectiva equipe técnica, na ferramenta utilizada para diagnóstico, planejamento e execução do Plano de Ações Articuladas, o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC/PAR).

Ainda, podemos citar como fator positivo o mapeamento do fluxo do processo que envolve o desenvolvimento, uniformização e a análise dos projetos, bem como a posterior verificação do cumprimento do objeto das obras de infraestrutura educacional, financiadas pelo FNDE, além da uniformização da metodologia das análises, em que pese o contingenciamento de pessoal.

Como desafio, pontua-se a necessidade de evolução e automação dos sistemas utilizados no âmbito da Diretoria; inovação e atualização das metodologias de elaboração e análise dos projetos de arquitetura e engenharia e a compatibilização das respectivas planilhas orçamentárias referentes aos projetos analisados, objetivando dirimir erros e atrasos na execução das obras e a criação de cadastro único para os entes e entidades atendidos pela Autarquia.





## Programas Suplementares

Além dos programas mais renomados, o FNDE atua em diversos outros programas, cuja gestão técnica é feita pelas secretarias do MEC, e a execução financeira com consequente acompanhamento e assistência técnica é feita na Autarquia. A Coordenação de Transferências Diretas (COTDI/CGAUX) é responsável pela transferência de recursos financeiros dos seguintes programas:

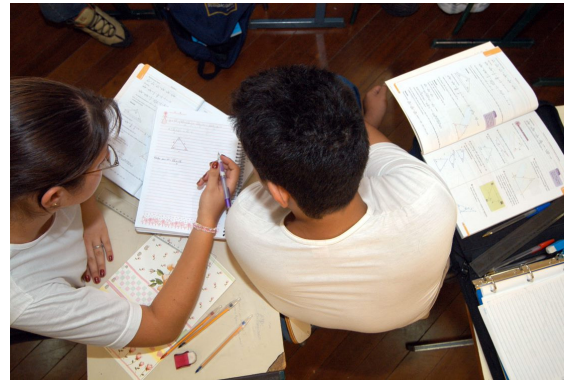
### Voltados à Educação Infantil:

- Programa de apoio a novas turmas de Educação Infantil;
- Programa de apoio a novos estabelecimentos de Educação Infantil;
- Programa de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Infantil.



### Voltado ao Ensino médio:

- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)



### Voltados à Educação de Jovens e Adultos:

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA);
- Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA);
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano); e
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra).



### Voltado à Educação Profissional e Tecnológica:

- Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).



As resoluções desses programas determinam que é responsabilidade do FNDE prestar assistência técnica sobre a correta utilização dos recursos transferidos.

Essas ações buscam contribuir para que os recursos financeiros sejam utilizados de acordo com as normas e com os objetivos dos programas e também têm o propósito de favorecer a aproximação entre entes executores e FNDE, de modo que nossa atuação esteja em consonância com as necessidades de apoio dos entes subnacionais.

Em 2019, estas foram as principais iniciativas no âmbito dos programas suplementares:

- Envio de ofícios-circulares comunicando 1.856 entes executores sobre a existência de saldos nas contas correntes que poderiam ser utilizados nas despesas permitidas pelos programas;
- Envio de 903 ofícios-circulares informando os entes com saldos em conta sobre a

existência de atas de registro de preços disponíveis para adesão;

- Criação de folhetos com orientações resumidas sobre a execução financeira dos nossos programas. Os folhetos foram distribuídos em ações presenciais na sede da Autarquia;
- Atendimento de mais de 920 demandas de informação dos entes (por telefone, por e-mail e presencialmente). As demandas de atendimento recebidas pela COTDI tratam dos assuntos mais diversos: adesão aos programas, normativos que os regulamentam, utilização dos recursos, prestação de contas etc.

Em tempos de sérias restrições orçamentárias e diante da existência de saldos em contas dos entes, transferidos em anos anteriores, as ações de assistência técnica são de fundamental importância para a utilização correta dos recursos dos programas educacionais



Por essa razão, essa foi uma atividade na qual a COTDI investiu em 2019. Acreditamos que, sem a oferta de uma **assistência técnica** de qualidade, a transferência de recursos financeiros perde o potencial de garantir o cumprimento dos objetivos dos programas.



Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

Prover Bolsas de Estudos a Participantes de Programas Educacionais

O pagamento de bolsas e auxílios divide-se em quatro eixos de atuação: (i) formação continuada de profissionais da educação básica; (ii) alfabetização de jovens e adultos; (iii) permanência de alunos em cursos de graduação em instituições federais de ensino; e (iv) educação tutorial para iniciação científica de estudantes de graduação de instituições públicas, sob a supervisão de professor tutor. No ano de 2019, foi pago o total de R\$ 225 milhões em bolsas para 42 mil bolsistas nos quatro eixos de atuação, conforme detalhamento na tabela seguir.

Tipo de Programa	Programa	Bolsistas	Bolsas	Valor pago (R\$)
Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica	Escola da Terra	237	912	712.085,00
	Formação Continuada SEB	73	349	439.875,00
	Formação Continuada SECADI	584	2.322	2.294.300,00
	Formação de Tutores	354	641	384.600,00
	Formação pela Escola	1.197	3.446	2.890.400,00
	Mais Alfabetização	55	294	323.400,00
	PNAIC	188	328	249.485,00
	PROBNCC	1.092	7.940	8.734.000,00
	PROBNCC - Ensino Médio	647	3.858	4.243.800,00
	Saberes Indígenas na Escola	717	979	325.885,00
	Pacto Ensino Médio	10	38	7.600,00
Alfabetização de Jovens e Adultos	Brasil Alfabetizado	653	918	410.900,00
Permanência na Universidade	Bolsa Permanência	21.976	188.799	135.138.100,00
Educação Tutorial	PET Custeio	682	682	2.940.800,00
	PET-Aluno	13.707	112.388	44.955.200,00
	PET-Tutor	975	10.020	21.930.600,00
TOTAL		43.147,00	333.914,00	225.981.030,00

Fonte: Sistema de Relatórios (Sisrel).

Já o pagamento de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) é devido a servidor ou a colaborador que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino básico ou superior, público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional efetivado por diretorias do FNDE e secretarias do MEC no âmbito da educação básica, da educação superior e da educação profissional e tecnológica, inclusive nas modalidades da educação especial e de jovens e adultos, presencial ou a distância.

Em 2019, foram pagos R\$ 11.213.758,74 a título de AAE, conforme detalhamento a seguir.

Auxílio Avaliação Educacional - Valores executados em 2019	
Secretaria ou diretoria solicitante	Valor pago (R\$)
DIGAP/FNDE	1.391.174,34
DIRAD/FNDE	5.500,00
SEB/MEC	8.695.164,40
SERES/MEC	413.520,00
SESu/MEC	427.200,00
SETEC/MEC	281.200,00
TOTAL	11.213.758,74

Fonte: Tesouro Gerencial.

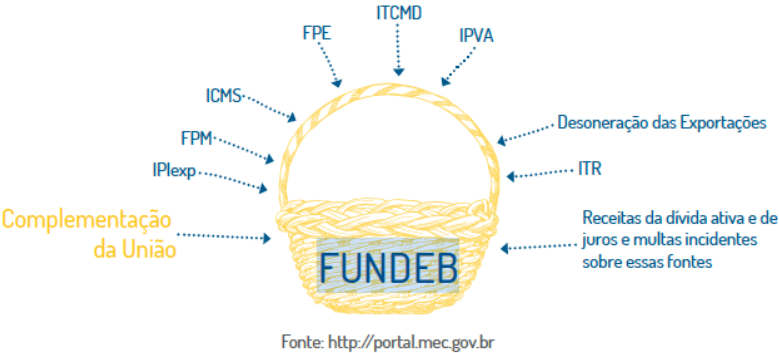


FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007.

Com vigência estabelecida para o período de 2007 a 2020, é um fundo de natureza contábil e constitui-se como principal mecanismo de distribuição de recursos vinculados à educação básica no país. Nesse contexto, segundo o art. 211 da Constituição Federal de 1988, os municípios recebem os recursos do Fundeb considerando o número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base nos alunos do ensino fundamental e médio.

A composição do Fundo, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, provém de uma cesta integrada por 20% (vinte por cento) dos seguintes impostos:



Além das receitas que compõem o Fundeb, sempre que os recursos arrecadados no âmbito de cada Estado não forem suficientes para custear o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente (VMAA), a União complementar o Fundo com recursos federais no montante de, no mínimo, 10% do total arrecadado. Assim sendo, não são todos os estados/Distrito Federal que fazem jus à Complementação da União, mas tão somente aqueles que não alcançam, com seus próprios recursos, o VMAA.

Por esta razão a Complementação da União objetiva, tanto quanto possível, reduzir as desigualdades sociais e regionais e atender às necessidades mínimas educacionais existentes, assegurando a manutenção e o desenvolvimento da educação básica em âmbito nacional.

Observa-se, desse modo, que os recursos do Fundeb não são provenientes de um valor fixo repassado aos entes federados pelo FNDE. De maneira contrária, são recursos pertencentes aos próprios entes governamentais, os quais se encontram vinculados constitucionalmente, na proporção de 20%, ao Fundeb.

A arrecadação dos recursos é realizada pela União e pelos Governos Estaduais, ficando a cargo da

Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia a apuração dos valores efetivamente arrecadados, os quais são, periódica e automaticamente, creditados em favor dos estados e municípios em contas únicas e específicas instituídas para essa finalidade, no Banco do Brasil S/A ou na Caixa Econômica Federal.

Em 2019 o Fundeb foi operacionalizado com base nos parâmetros publicados pela Portaria Interministerial nº 7, de 28 de dezembro de 2018, substituída posteriormente pela Portaria Interministerial nº 3, de 13 de dezembro de 2019, em razão, principalmente, da reestimativa de arrecadação das receitas que compõem o Fundo, apurada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, conforme pode ser observado na documentação constante do processo 23034.051855/2018-44.

A Portaria Interministerial nº 3/2019 definiu em R\$ 3.440,29 (três mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e nove centavos) o valor anual mínimo nacional por aluno (VMAA) para 2019, e, ainda, reestimou as receitas que compõem o Fundo em R\$ 165,10 bilhões, com vistas a atender um total de 39.465.039 de alunos da educação básica.

A referida portaria também divulgou os valores que a União deveria aportar para o Fundo em 2019, elevando para R\$ 15,15 bilhões o valor da Complementação da União em benefício dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, o que ocasionou um acréscimo de aproximadamente R\$ 801,28 milhões na previsão inicial da arrecadação das receitas, conforme tabela abaixo:

Restimativa da Coomplementação do FUNDEB em 2019

UF	Portaria Interministerial nº 7/2018	Portaria Interministerial nº 3/2019	Incremento
AL	458.953.219,61	542.498.517,44	83.545.297,83
AM	1.139.204.629,98	1.266.781.657,39	127.577.027,41
BA	2.693.243.484,64	2.743.200.923,63	49.957.438,99
CE	1.548.597.701,14	1.577.771.366,34	29.173.665,20
MA	3.351.205.623,59	3.485.889.275,79	134.683.652,20
PA	3.711.994.782,61	3.967.358.246,96	255.363.464,35
PB	162.896.292,57	185.695.046,51	22.798.753,94
PE	507.312.619,36	550.561.378,27	43.248.758,91
PI	772.284.960,98	827.220.985,34	54.936.024,36
BR	14.345.693.314,48	15.146.977.397,68	801.284.083,20

Fonte: Processo 23034.009861/2019-80 e 23034.051855/2018-44



Com isso, em razão das disposições do § 1º do art. 6º da Lei nº 11.494/2007, a Complementação da União ao Fundeb foi executada da seguinte forma:

Complementação da União ao Fundeb 2019 ( \* ) - em reais (R\$)

UF	Valores Pagos	Valores Inscritos em RPNP	DEA-2020 ( ** )	TOTAL
AL	461.123.739,83	81.374.777,62	0,00	542.498.517,45
AM	1.076.764.408,78	190.017.247,45	1,16	1.266.781.657,39
BA	2.331.720.785,09	411.480.138,54	0,00	2.743.200.923,63
CE	1.341.105.661,39	236.665.704,95	0,00	1.577.771.366,34
MA	2.963.005.884,42	522.883.391,37	0,00	3.485.889.275,79
PA	3.372.254.509,91	595.103.737,05	0,00	3.967.358.246,96
PB	157.840.789,53	27.854.256,98	0,00	185.695.046,51
PE	467.977.171,53	82.584.206,74	0,00	550.561.378,27
PI	703.137.837,54	124.083.147,80	0,00	827.220.985,34
TOTAL	12.874.930.788,02	2.272.046.608,50	1,16	15.146.977.397,68

(\*) Arts. 4º ao 7º da Lei nº 11.494/2007 - Processo 23034.051855/2018-44.  
(\*\*) Valor indicado no Ofício In nº 24/2019/COSEF (1688610) - Processo 23034.009861/2019-80

Fonte: Tesouro Gerencial

De acordo com as disposições do § 2º do Art. 6º da Lei nº 11.494/2007, a apuração dos valores efetivamente arrecadados em 2018 por cada ente governamental foi encaminhada ao FNDE pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 10 de abril de 2019, por meio do Ofício nº 2/2019/GERED/COINT/SURIN/STN/FAZENDA-ME, SEI nº 1331685, constante do processo 23034.057373/2017-17.

Em razão do prazo previsto no § 2º do Art. 6º da Lei nº 11.494/2007, onde é indicado que o respectivo ajuste dos valores, a maior ou a menor, deve ser debitado ou creditado da conta específica de cada ente federado, conforme o caso, no 1º quadrimestre do exercício imediatamente subsequente ao de referência, o Ministério da Educação publicou em 29 de abril de 2019 a Portaria MEC nº 946, indicando o pagamento de R\$ 601,64 milhões aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Com isso, o montante de R\$ 601,64 milhões foi classificado como despesas de exercícios anteriores em 2019, por se enquadrar nas condições dispostas na alínea “c” do § 2º do art. 22 do Decreto nº 93.872/1986, e,

ainda, em razão da obrigatoriedade do cumprimento das disposições do § 3º do Art. 6º da Lei nº 11.494/2007.

Em relação ao montante de R\$ 1,77 bilhão, pago a título de despesas de exercícios anteriores em janeiro de 2019, por força do cronograma previsto no § 1º do Art. 6º da Lei nº 11.494/2007, este refere-se a parte dos R\$ 2,13 bilhões, relativos a 15% do total estimado para 2018, divulgados em 28 de dezembro de 2018, pela Portaria Interministerial nº 6. Desse total, R\$ 359,66 milhões foram pagos em janeiro de 2019 como restos a pagar.

A Portaria Interministerial nº 6 foi publicada em 28 de dezembro de 2018, o que, inevitavelmente, ocasionou a oneração do orçamento de 2019 em R\$ 1,77 bilhão e condicionou o enquadramento desta despesa nas disposições da alínea “c” do § 2º do art. 22 do Decreto nº 93.872/1986.

Nesse ínterim, para cumprir as obrigações legais de pagamento do exercício de 2019, impostas pela Lei 11.494/2007, tanto da Complementação da União quanto das despesas de 2018, e, ainda, em razão da reestimativa de receitas divulgadas por meio da Portaria Interministerial nº 3/2019, com um acréscimo da arrecadação de R\$ 801,28 milhões, foi necessário solicitar crédito suplementar no total de R\$ 2,27 bilhões, os quais elevaram a dotação orçamentária da ação 0E36 – Complementação da União ao Fundeb para R\$ 17,52 bilhões, conforme tabela a seguir:

Execução Orçamentária e Financeira 2019 ( \* ) - em reais (R\$)

ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR ( ** )	DOTAÇÃO FINAL	VALORES PAGOS	VALORES INSCRITOS EM RPNP
41 - Contribuições	15.248.832.774,00	0,00	15.248.832.774,00	12.874.930.788,02	2.272.046.608,50
92 - DEA	0,00	2.266.359.990,00	2.266.359.990,00	2.368.215.367,48	0,00
TOTAL	15.248.832.774,00	2.266.359.990,00	17.515.192.764,00	15.243.146.155,50	2.272.046.608,50

(\*) Processo 23034.051855/2018-44.  
(\*\*) Processo 23034.009861/2019-80.

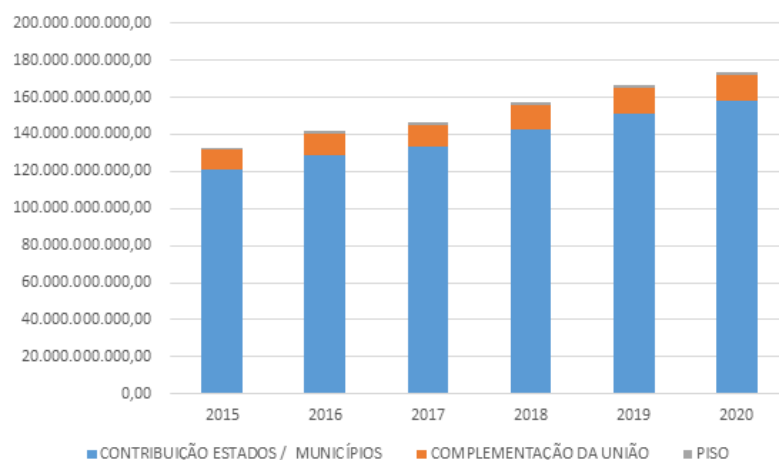
Fonte: Tesouro Gerencial

A referida suplementação, além de cumprir as condições legais da correta execução orçamentária e financeira do exercício de 2019, atendeu, principalmente, a necessidade de não onerar o exercício de 2020, último ano da vigência do Fundeb nos moldes da Lei nº 11.494/2007.



Isto posto, e, Para melhor exemplificar a evolução dos recursos destinados ao Fundeb, a tabela abaixo indica as receitas que compuseram o Fundo nos últimos cinco anos, bem como a previsão para 2020. Ressalta-se, porém, que as receitas do exercício de 2019 ainda estão sendo computadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e serão divulgadas até o final do primeiro quadrimestre de 2020, conforme prevê o § 2º do Art. 6º da Lei nº 11.494/2007.

Composição do FUNDEB



Fonte: CGFSE/DIGEF

Não obstante à execução evidenciada no exercício de 2019, de acordo com a previsão do Art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a vigência do Fundeb expirar-se-á em 31 de dezembro de 2020.

Nesse sentido, registre-se que em 2020 as discussões no âmbito do Poder Legislativo se concentram na Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2015. A referida proposta prevê a criação do art. 212-A na Constituição Federal, para tornar o FUNDEB perene. Ademais,

inaugura um modelo de distribuição baseado em três critérios, sendo o primeiro nos moldes como hoje já é operacionalizado, ou seja, a União complementa os recursos do Fundo sempre que o valor anual por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Porém, a novidade está nas duas outras formas de complementação.

O segundo critério buscará observar se o valor anual total por aluno em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital alcançará o mínimo definido nacionalmente, ou seja, buscar-se-á atender mais municípios com recursos complementados pela União. Por fim, o terceiro modelo prevê a complementação da União quando as condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei foram cumpridas e alcançarem significativa evolução de indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades.

As metodologias de cálculo e os detalhes da operacionalização dessas novas formas de distribuição da complementação ao Fundeb serão tratadas quando da tramitação da lei de regulamentação, ainda no transcorrer do ano de 2020. Portanto, sob o ponto de vista operacional, compete ao FNDE contribuir para os desenhos metodológicos e operacionais da consecução dos objetivos desta política pública, de modo a atingir, de fato, os fins propostos na reformulação do Fundeb.



### Desafio

- Preparar um ambiente em que o novo Fundeb possa ser operacionalizado, com a participação de diversos atores, inclusive de outros ministérios, para a coleta dos dados que subsidiarão os cálculos e o desenho operacional do modelo proposto.

## FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi criado para subvincular os recursos da educação ao Ensino Fundamental, bem como para assegurar uma melhor distribuição desses recursos. Apesar de ter sido substituído pelo Fundeb, ainda vigoram ações judiciais que culminaram em precatórios a serem cumpridos pela União. Atualmente os precatórios vigentes são oriundos das ACOs nºs 660, 683, 700 e 722, relativas aos Estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, dentre outras.

Embora a competência para fiscalizar a aplicação dos recursos dos precatórios das ações judiciais relacionadas ao Fundef seja do TCU, a competência concorrente dos demais tribunais de contas não pode ser afastada.

Para tanto, o recente Acórdão nº 2866/2018-Plenário-TCU determinou que os entes federados beneficiários de recursos da complementação da União ao Fundef, previamente à sua utilização, elaborarem plano de aplicação dos recursos que sejam compatíveis com as ações do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e do art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), bem como com os planos estaduais e municipais de educação de cada Unidade Federada, além de contarem com a anuência do respectivo conselho do Fundeb.



### Desafio

- Auxiliar os tribunais de contas na fiscalização dos recursos dos precatórios do Fundef, por meio de abertura de contas correntes específicas que possibilitem rastrear a correta utilização dos recursos por parte dos entes federados.



Salário-Educação

O Salário-Educação foi criado por meio da Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, com o objetivo de promover a suplementação das despesas públicas com a educação elementar (ensino fundamental).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o Salário-Educação foi inserido nos parágrafos 5º e 6º do art. 212 da Carta da República, adquirindo o status de Fonte adicional de financiamento da educação básica pública.

Nos termos do dispositivo constitucional, o salário-educação configura-se como uma contribuição social cuja arrecadação e distribuição foram regulamentadas pelo art. 15 da Lei nº 9.424/96, com alterações promovidas pelas Leis nº 9.766/98, 10.832/2003 e 11.457/2007, as quais, por fim, transferiram as competências de planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento da referida contribuição para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A distribuição dos recursos do Salário-Educação consta do art. 9º do Decreto nº 6.003/2006, que prevê que do montante arrecadado é deduzida a remuneração da RFB, correspondente a 1% (um por cento), a título de taxa de administração, e o restante é repassado ao FNDE que, por sua vez, tem a competência de repartir e distribuir os recursos da seguinte forma:

a) 10% da arrecadação líquida para o próprio FNDE, que a aplica no financiamento de programas, projetos e ações da educação básica; e,

b) 90% da arrecadação líquida, que é desdobrada sob a forma de quotas e distribuída da seguinte forma:

b.1) quota federal – correspondente a 1/3 dos recursos, que é mantido no FNDE para o financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócioeducacionais entre os municípios e os estados brasileiros; e,

b.2) quota estadual e municipal – correspondente a 2/3 dos recursos, os quais são creditados, mensal e automaticamente, em contas bancárias específicas das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na proporção do número de matrículas, com vistas ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica (§ 6º do art. 212 da CF/88).

Em 2019 o total das receitas líquidas arrecadadas com o Salário-Educação alcançou R\$ 20,79 bilhões, os quais foram distribuídos da seguinte forma:

Arrecadação e Distribuição do Salário Educação - em reais (R\$)

2019	GPS - REFIS(RFB)	TX. ADM. (1%RFB)	GPS -REFIS (LÍQUIDO)	DARF	Total Arrecadado	Desvinculação 10% - FNDE	Total a Distribuir	Quota Federal	Quota Estadual	Quota Municipal	Quotas Estadual e Municipal
Total	6.776.531.895	67.765.319	6.708.766.576	14.079.430.597	20.788.197.173	2.078.819.717	18.709.377.456	6.236.459.147	5.557.716.489	6.915.201.820	12.472.918.309

Fonte: STL-FNDE Processo 23034.000637/2019-22

Os valores relativos à desvinculação dos 10% e à quota federal foram destinados ao custeio de importantes programas a cargo do FNDE, como, por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Já os valores destinados às quotas estadual e municipal do Salário-Educação foram operacionalizados observando as disposições da Portaria FNDE nº 65, de 8 de fevereiro de 2019, a qual divulgou, por Unidade da Federação, os coeficientes de distribuição dos recursos por esfera de governo, bem como a respectiva estimativa anual de repasse, visando atender 38.101.716 alunos da Educação Básica Pública.

Dos R\$ 12,47 bilhões destinados às quotas estadual e municipal, R\$ 10,89 bilhões foram pagos em 2019 e R\$ 1,58 bilhão em janeiro de 2020, em razão do cronograma de repasse estabelecido no § 2º do inciso II do art. 9º do Decreto nº 6.003/2006, conforme tabela a seguir:

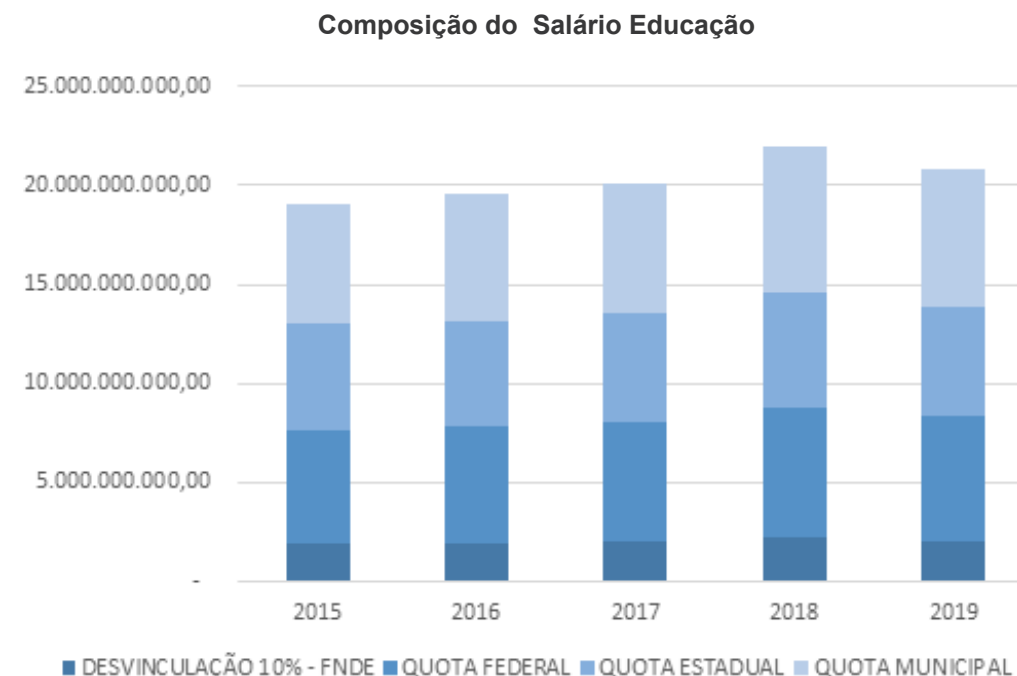


## Repasse da Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação - em reais (R\$)

UF	VALORES PAGOS (JAN-NOV/2019)	VALORES PAGOS (DEZ/2019) - RPNP	TOTAL
AC	24.626.204,14	3.992.609,25	28.618.813,39
AL	64.609.831,76	9.325.924,45	73.935.756,21
AM	124.680.942,64	17.155.878,77	141.836.821,41
AP	16.468.894,97	2.433.209,89	18.902.104,86
BA	379.526.440,73	55.156.640,62	434.683.081,35
CE	226.988.361,22	31.317.909,88	258.306.271,10
DF	439.417.958,68	74.944.946,04	514.362.904,72
ES	188.285.255,56	26.622.528,89	214.907.784,45
GO	349.063.441,57	55.573.341,49	404.636.783,06
MA	122.754.110,26	18.561.911,43	141.316.021,69
MG	1.019.367.163,17	149.869.253,36	1.169.236.416,53
MS	159.135.936,53	24.672.167,88	183.808.104,41
MT	254.088.012,13	41.127.450,27	295.215.462,40
PA	208.579.269,68	31.581.969,17	240.161.238,85
PB	94.060.636,92	14.931.554,22	108.992.191,14
PE	277.251.974,56	40.356.775,69	317.608.750,25
PI	59.693.601,68	7.565.409,48	67.259.011,16
PR	650.948.823,98	92.341.947,83	743.290.771,81
RJ	1.033.447.342,19	150.668.241,44	1.184.115.583,63
RN	85.529.078,46	13.682.772,50	99.211.850,96
RO	64.049.213,71	9.407.990,55	73.457.204,26
RR	18.459.533,52	2.818.138,94	21.277.672,46
RS	658.665.548,10	93.213.542,78	751.879.090,88
SC	490.874.918,32	64.469.496,00	555.344.414,32
SE	61.447.967,74	9.036.963,27	70.484.931,01
SP	3.765.828.725,98	530.006.985,81	4.295.835.711,79
TO	55.848.450,52	8.385.110,40	64.233.560,92
<b>TOTAL</b>	<b>10.893.697.638,72</b>	<b>1.579.220.670,30</b>	<b>12.472.918.309,02</b>

Fonte: Tesouro Gerencial e STL-FNDE Processo 23034.000637/2019-22

O gráfico abaixo indica a evolução da arrecadação e distribuição dos recursos do Salário-Educação nos últimos cinco anos:



Fonte: CGFSE/DIGEF

Ressalta-se, ainda, que em 2020 o FNDE pretende obter da Receita Federal do Brasil informações mais detalhadas em relação às receitas arrecadadas, principalmente em razão da utilização gradativa do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, conhecido como eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, como ferramenta para o recolhimento dos tributos previdenciários.

Ademais, deverão ser enviados esforços para que tais informações sejam migradas eletronicamente para a base de dados do Sistema de Transferências Legais/Constitucionais (STL), sistema do FNDE que calcula os valores das quotas estadual e municipal do Salário-Educação a serem distribuídos a todos os entes federados, visando garantir tempestividade e fidedignidade na coleta das informações.



Fundo de Financiamento Estudantil - Fies

O Fies é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso ao Ensino Superior e uma importante estratégia de equalização das oportunidades de ingresso a esse nível de ensino, o que contribui para o desenvolvimento econômico do país.

A partir da Medida Provisória nº 785/2017, convertida na Lei nº 13.530/2017, o Fies foi reformulado, tendo como foco a sustentabilidade, a redução do risco e do ônus fiscal, a transparência e a melhoria da governança do programa, em consonância com as recomendações constantes no Acordão nº 3001/2016 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a reestruturação do programa a partir dos novos ordenamentos jurídicos, a gestão e governança do Fundo contam com quatro atores: Ministérios da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Caixa Econômica Federal (CEF) e o Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies), conforme atribuições abaixo:

Gestores do Fies	
Ministério da Educação	<b>Fomulador</b> da política de oferta de vagas e seleção de estudantes, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies e <b>Supervisor</b> do cumprimento das normas do programa.
Caixa Econômica Federal	<b>Agente Operador</b> dos contratos a partir de 2018, na forma a ser regulamentada pelo Ministério da Educação, nos termos da portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, e de contrato celebrado com o MEC.
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	<b>Agente Operador</b> dos contratos até 2017, cuja transição com a CAIXA será regulamentada pelo Ministério da Educação. <b>Administrador</b> de Ativos e passivos do Fundo (Portaria MEC nº 80, de 01 de fevereiro de 2018) e <b>Secretário Executivo</b> do CG-Fies.
Comitê Gestor do Fies	<b>Formulador</b> da política de oferta de financiamento e <b>Supervisor</b> da execução das operações do Fies sob coordenação do Ministério da Educação.

O programa tem como parceiros as entidades mantenedoras das instituições de ensino superior aderentes ao programa, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e a PRAVALER, que representa o Itaú, a BV Financeira e o Andbank. Esses parceiros do Fies estão, sobretudo, alinhados ao objetivo de permitir o acesso ao ensino superior privado de qualidade.

A governança do Fies, por conseguinte, está a cargo do CG-Fies, o qual aprovou em 2019 o Plano Trienal do Fundo para o período de 2020 a 2022, em prol do aperfeiçoamento da gestão do Fies e em consonância com a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que se refere à meta especificamente e não ao PNE todo, a qual objetiva melhorar os índices educacionais do país em todos os níveis de educação.

Observa-se, portanto, que o Plano Trienal é uma das principais ferramentas para aprimoramento do processo de planejamento e governança do Fies, que busca garantir o crescimento contínuo e sustentável do programa, com definição de estratégias para se atingir objetivos da política pública e controle dos impactos fiscais, orçamentários e financeiros. Por meio desse instrumento é que se determina a quantidade de vagas planejadas para o Fies para os próximos três anos, com o propósito de minimizar a volatilidade de ofertas de vagas de um ano para o outro e dar oportunidades equânimes aos entrantes a cada ano, trazendo previsibilidade tanto para o Governo Federal quanto para os interessados no financiamento estudantil - estudantes, instituições de ensino, agentes financeiros, entre outros.

Em contrapartida à oferta de vagas no Fies, as entidades mantenedoras recebem títulos públicos (CFT-E), que são utilizados, preliminarmente, para a quitação de seus débitos fisco-previdenciários, contribuindo para sua adimplência com o Governo Federal e, por conseguinte, a arrecadação da União. Somente em situação de adimplência, as mantenedoras podem solicitar a recompra de seus CFT-E remanescentes do pagamento de tributos, momento no qual os títulos são transformados em pecúnia e o valor é depositado em conta bancária.

Dentre as medidas adotadas no âmbito do Novo Fies em prol dos estudantes, além do juro real zero, destacam-se o pagamento das prestações vinculadas à renda do trabalhador, a transparência e previsibilidade sobre o valor total do curso e da dívida e a criação de uma nova modalidade denominada P-Fies, para atendimento a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 5 salários mínimos, concedido diretamente por instituições financeiras que assumem integralmente o risco do financiamento.

Para se inscrever no programa, o estudante deve ter realizado as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em edições a partir de 2010, com média mínima de 450 pontos, sem ter zerado a redação. Além disso, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal per capita de até 3 ou 5 salários-mínimos



para se inscrever no Fies ou no P-Fies, respectivamente. Ademais, o CG-Fies deliberou que para o primeiro semestre de 2021, além da nota mínima na média aritmética das cinco provas do Enem, o estudante deverá ter obtido nota igual ou superior a quatrocentos pontos na prova de redação.

O processo seletivo do Fies é realizado, geralmente, duas vezes ao ano, em fevereiro e julho. Para se inscrever no processo seletivo do Fies e do P-Fies, basta acessar o Sistema de Seleção do Fies - FiesSeleção, no endereço eletrônico: <http://Fies.mec.gov.br>.

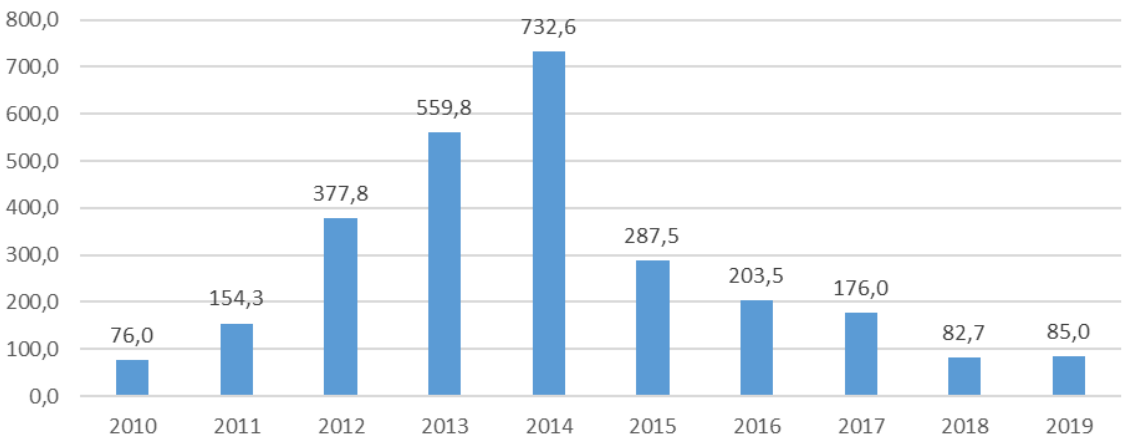
Durante o período em que o estudante está realizando o curso, é preciso efetuar o pagamento do boleto único, que inclui os valores referentes aos encargos educacionais não financiados (coparticipação), seguro prestamista e à taxa operacional do banco.

Após terminar o curso, o pagamento do Fies já se inicia, desde que o estudante financiado tenha renda. Se não houver renda nesse momento, será cobrado o valor do pagamento mínimo, que é um valor próximo ao que ele já pagava durante o curso.



Resultados

Estudantes Atendidos pelo Fies ao Longo dos Anos



Fonte: SisFies, FNDE e Caixa

Desde a sua criação em 1999, foram atendidos pelo Fies mais de 3,3 milhões de estudantes, dos quais 85 mil obtiveram o financiamento em 2019, já na vigência do Novo Fies.

Para assegurar as novas contratações (85 mil) e a continuidade dos financiamentos concedidos em anos anteriores (774 mil), foram alocados R\$ 12,39 bilhões no exercício. Para 2020, a estimativa orçamentária é de R\$ 8,86 bilhões, com previsão de 100 mil novos contratos.

Relativamente aos processos seletivos de 2019, destaca-se a quantidade de inscrições realizadas no primeiro semestre, que alcançou mais de 345 mil estudantes, conforme tabela a seguir:

Dados dos Processos Seletivos do Fies em 2019

Edição	Mantenedoras participantes	IES participantes	Vagas Ofertas FIES	Vagas Ofertas P-Fies	Vagas FIES Distribuídas - MEC	Inscrições Concluídas - Inscrições por CPF	Contratos Firmados FIES (regular e remanescente)	Contratos Firmados P-Fies	Contratos Firmados Remanescentes
2019/1	898	1.569	879.613	419.322	53.400	345.218	43.932	321	-
2019/2	792	1.452	696.377	244.002	46.600	140.349	41.082	568	9.819

Fonte: SisFies, FNDE e Caixa



Conforme se observa, o P-Fies, modalidade de financiamento estudantil operada tanto com *funding* privado quanto por Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento Regional, ainda está em desenvolvimento e consolidação, com alto potencial de crescimento, e tem contado com apoio do MEC e das instituições financeiras participantes no sentido de ampliar gradativamente o acesso ao ensino superior por meio dessa modalidade.

No primeiro semestre de 2019, o Fies possuía mais de 500 mil estudantes com atraso no pagamento das prestações superior a 90 dias. Nos termos aprovados pelo CG-Fies, no período de 29 de abril a 10 de outubro de 2019, foi permitida a renegociação desses contratos, com parcelamento mínimo em 48 meses. Cerca de 11 mil estudantes renegociaram seus débitos com o Fies, trazendo de volta à normalidade um saldo devedor da ordem de R\$ 354 milhões e possibilitando o ingresso de R\$ 12,4 milhões ao Tesouro Nacional, referente ao valor da entrada paga pelos financiados.

Inovações e Melhorias

Em 2019, o CG-Fies aprovou uma série de medidas que serão implementadas em 2020 e em 2021, com o objetivo de prestigiar o mérito acadêmico e tornar mais eficiente a operacionalização do P-Fies, conforme destaques abaixo:

No Fies:

- A exigência de nota mínima de 400 pontos na redação do Enem para inscrição nos processos seletivos do Fies realizados a partir de 2021;
- Exigência de nota mínima no Enem para permitir a transferência do estudante para novo curso.

No P-Fies:

- Ausência de classificação pela nota do Enem;
- Fim da limitação máxima de renda para participar dos processos seletivos;
- Solicitação do financiamento a qualquer momento do ano;
- Independência em relação aos processos do Fies; e
- Valor máximo e mínimo de financiamento definido pelo Agente Financeiro.

Desafios e Riscos

Dentre os desafios para a completa implementação do Novo Fies, destacam-se a implementação dos procedimentos tendentes ao pagamento das prestações mensais mediante a retenção diretamente na Fonte pagadora, que constitui respeito à capacidade de pagamento do trabalhador e redução de risco de inadimplência para o Fundo, e a regulamentação dos critérios para permitir a migração voluntária dos contratos firmados até 2017 às condições de pagamento do Novo Fies, notadamente relacionadas à contingência à renda.

Dessa forma, a mitigação dos riscos decorrentes da inadimplência decorrerá da implementação do novo modelo de pagamento do financiamento mediante a retenção na Fonte pagadora.

Indicador

O indicador está alinhado com o objetivo estratégico Financiamento Estudantil, que tem por finalidade consolidar a atuação do FNDE como administrador dos ativos e passivos do Fies e estabelecer mecanismos para ampliar o atendimento de acesso ao ensino superior.

Em 2019, a meta prevista era 78%, tendo sido apurado o resultado de 85%. Das 100 mil vagas ofertadas no exercício, 85 mil foram ocupadas.

Taxa de Adesão ao Financiamento Estudantil:

Fórmula de Cálculo	2019	2020	2021	2022
Relação entre o Número de Alunos Entrando no Programa e o Número Total de vagas no período.	78%	85%	85%	85%

Dentre os fatores que contribuíram para o atingimento da meta prevista, podemos destacar o ajuste no cronograma do processo seletivo do Fies, de forma a compatibilizar os calendários de inscrições com os outros programas de acesso ao ensino superior, como SISU e ProUni. Outro destaque é o fato de o programa estar mais atrativo, com taxa de juros real zero para estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos per capita.



## Prestação de Contas

Inerente à assistência financeira prestada pelo FNDE para o desenvolvimento de ações no âmbito educacional, o ato de prestar contas realizado pelos gestores dos recursos federais transferidos impõe ao FNDE a obrigação de proceder com as análises dessas prestações de contas.

No curso histórico dessa atuação foram sucessivas as ampliações da capacidade de prestar assistência financeira e, em consequência desta, do número de obrigações de prestar contas a serem geridas, sem o respectivo acompanhamento da capacidade operacional de análise da Autarquia.

Esse cenário impôs, ao longo do tempo, um expressivo acúmulo de obrigações de prestar contas não cumpridas, prestações de contas apresentadas não analisadas e medidas administrativas pendentes de adoção para apuração de responsabilidade por danos ao erário referentes a processos de prestações de contas. Essas circunstâncias têm sido reportadas anualmente nos relatórios de gestão desta Autarquia e o conjunto desses processos pendentes de conclusão constitui o passivo de análise do FNDE que, diante do desequilíbrio entre essas obrigações e a capacidade de análise, aumenta a cada ano.

Especialmente na última década, após explorar estratégias de enfrentamento do passivo, a exemplo da criação de grupos de trabalho e redesenho de processos internos operacionais, entendeu-se pertinente potencializar a automação do processo de cumprimento das obrigações de prestar contas, a partir do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC.

No contexto, a partir de 2012, iniciou-se o processo de recebimento on-line de prestação de contas que, de plano, reduziu as atividades inerentes ao recebimento das prestações de contas realizadas em papel e almejava encerrar todo o ciclo de análise e adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

referentes a processos de prestações de contas de forma automática. Não obstante, os desafios relativos às análises do passivo constituído em exercícios anteriores permanecem.

Paralelamente ao desenvolvimento do SiGPC, a partir de 2018, e com o intuito de tratar no mesmo Sistema de Gestão dos Termos de Compromisso e das obrigações de prestar contas referentes a esses Termos estabeleceu-se o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC como gestor dos processos decorrentes dessas obrigações.



Ante a não conclusão da automatização das análises dos processos relativos às obrigações de prestar contas no contexto do SiGPC e do SIMEC, acumularam-se também as obrigações de análises e de providências relativas a serem adotadas pelo FNDE, uma vez que essas passaram a ser realizadas apenas parcialmente, de forma manual, em casos específicos alcançados pela capacidade operacional e gerenciamento de riscos da unidade regimentalmente responsável. Reconhece-se, então, que os avanços tecnológicos parciais não foram suficientes para o enfrentamento desse passivo registrado no SiGPC e no SIMEC.

Diante desse cenário, no exercício de 2019, com base em estudos fomentados pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo Federal, a partir de 2017, avançou-se na construção de metodologia preditiva de resultados de prestação de contas por meio de ciência de dados e técnicas estatísticas em busca da instituição da chamada Malha Fina do FNDE, reservada ao passivo de prestações de contas registrado no SiGPC.

O referido projeto contempla inicialmente as prestações de contas do PNAE, PNATE e PDDE (este último na sua ação mais elementar) e estima-se que, no exercício de 2020, sejam finalizados os ciclos de encontros técnicos com equipes da Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública da Controladoria-Geral da União, especialmente, com a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação Básica, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, em razão de seus trabalhos bem sucedidos em mineração de dados aplicada às atividades de prevenção à corrupção. Esses ciclos têm o objetivo de fortalecer a metodologia preditiva desenhada com a expertise da CGU, de forma a alcançar o refinamento técnico necessário dessa abordagem que permita, além da sua aplicação nos programas propostos, sua utilização nas análises de prestação de contas de outros programas e projetos educacionais financiados pelo FNDE.

Perpassado o contexto fático, resta-nos reconhecer o passivo de análise de prestações de contas, por Sistema de Origem, Tipo de Transferência, Quantitativo de Obrigações de Prestar Contas e Valores:



Passivo de Análise Conclusiva de Prestação de Contas

Tipo de Transferência	Sistema de Origem	Tipo de Transferência	Quantitativo de OPC	Valor (R\$)
Voluntária ou Discricionária	SIAFI	Convênio	631	583.598.583,16
		Convênio	4.776	4.469.713.565,58
	SiGPC	Termo de Compromisso	1.179	825.213.648,66
		Termo de Compromisso	11.891	3.889.829.810,13
	SIMEC	PAR - OBRA	794	706.926.088,36
		PAC	3.436	2.123.674.985,14
Automática	SiGPC	Repasse Automáticos	260.123	59.139.551.020,77
Total			282.830	71.738.507.702

CGAPC/DIFIN

Como forma de ilustrar a capacidade operacional da autarquia frente ao passivo relatado, em 2019, foram realizadas 7.022 análises de prestação de contas, na forma abaixo:

Análises de Prestação de Contas

Tipo de Transferência	Tipo de Análise	
	Análises não Conclusivas	Análise Conclusivas
Voluntária ou Discricionária	1.129	783
Automática	4.197	913
Total	5.326	1.696

CGAPC/DIFIN

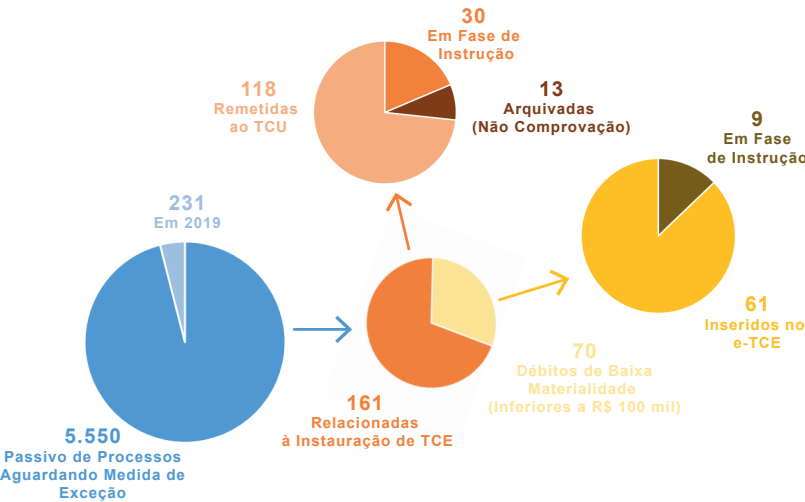
Das análises das prestações de contas em que se registram a não aprovação das prestações de contas com indicação de dano ao erário ou na ocorrência da omissão no dever de prestar contas, são adotadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade.

Conforme mencionado, as análises encaminhadas para adoção dessas medidas compõem também um passivo de gestão de processos relativos às prestações de contas. No exercício de 2019, o acumulado dessas obrigações de análise importava em 5.781 processos.

Diante desse passivo, foram adotadas 231 dessas medidas administrativas, entre as quais se incluem aquelas relacionadas a débitos de baixa materialidade (70) e à instauração de Tomadas de Contas Especiais – TCE (161), conforme determina a Instrução Normativa TCU nº 71/2012. Essas providências foram registradas no Sistema e-TCE, de gestão do Tribunal de Contas da União, respectivamente, para compor o banco de débitos do sistema e para permitir o julgamento das contas dos gestores faltosos naquelas TCEs remetidas ao TCU.

A figura abaixo ilustra a adoção dessas medidas:

Medidas Administrativas de Ressarcimento ao Erário



CGAPC/DIFIN

No cenário de acúmulo do passivo e adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidade impõe-se como desafio para inovação dos processos a integração do SiGPC ao Sistema e-TCE.

Para além disso, nas atividades relacionadas às medidas de ressarcimento ao erário já adotadas pelo FNDE, procedeu-se, em 2019, com o regular monitoramento dos créditos em recuperação, ou seja, aqueles para os quais houve julgamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU). Essas medidas se relacionam à adequação dos registros e cadastros pertinentes quanto ao resultado do julgamento da Corte de Contas, não se confundindo, entretanto, com a cobrança executiva de débitos, de competência da Procuradoria Federal junto ao FNDE. Assim, foram analisados, em números aproximados, 340 acórdãos, contidos em 232 processos do TCU, referentes a 281 transferências.







### Resultados

- Avanços na implantação do projeto Malha Fina do FNDE;
- Avanços no desenvolvimento do SiGPC e do SIMEC para automação dos processos inerentes às obrigações de analisar as prestações de contas;
- Realização de 7.022 análises referentes aos processos de prestação de contas, dos quais 1.696 foram de caráter conclusivo;
- Adoção de 231 medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, com encaminhamento ao TCU de 118 TCEs.

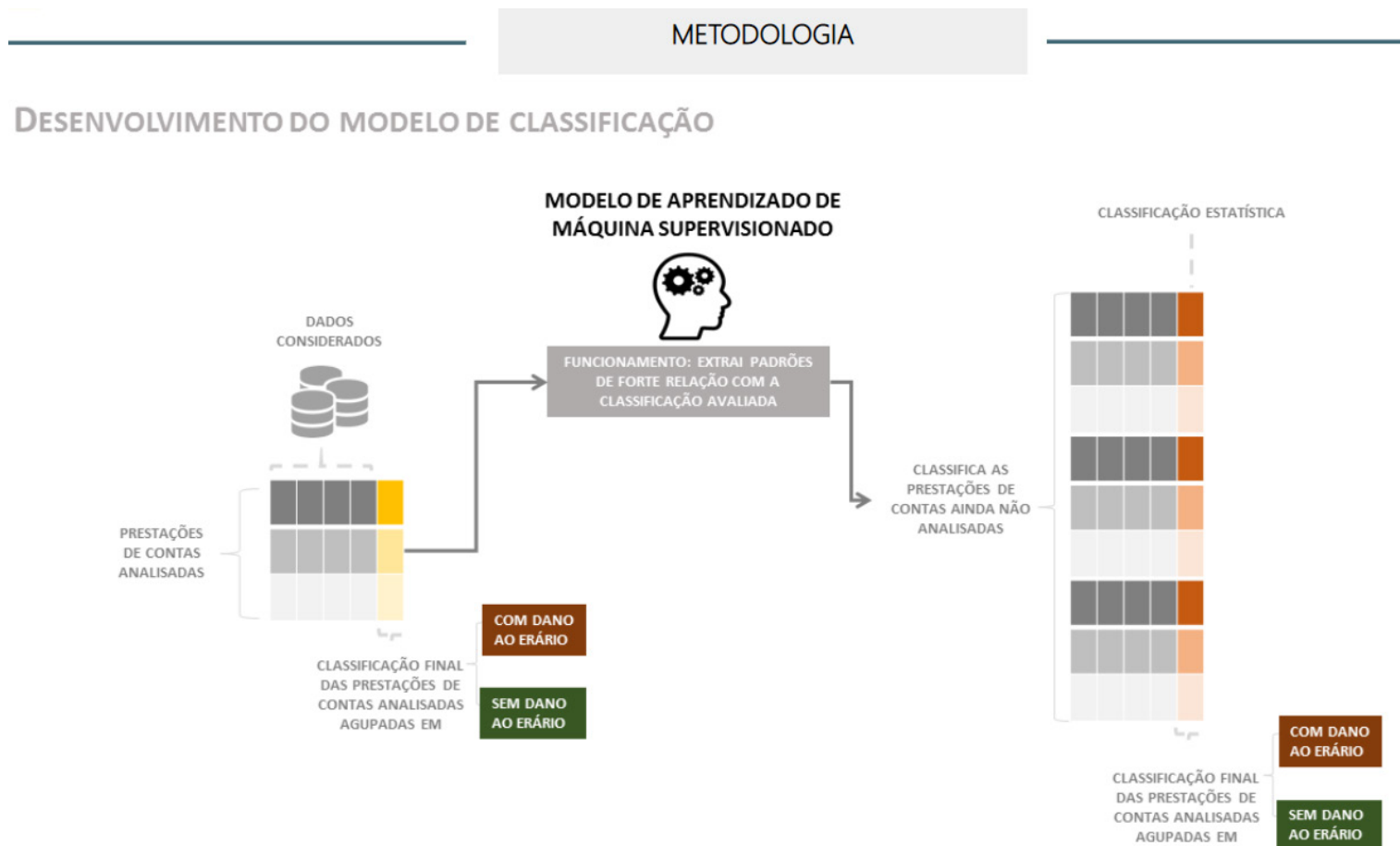


### Desafios

- Desenvolver soluções para enfrentamento do passivo de processo de análise de prestações de contas anteriores a 2012;
- Execução do Malha Fina para as prestações de contas de 2012 a 2018 do PNAE, PNATE e PDDE;
- Integrar o SiGPC ao e-TCE.

No início de 2020, o projeto Malha Fina foi assumido como prioridade institucional, deixando de estar sob alçada e recursos apenas da Coordenação-Geral de competência regimentar e assumindo um caráter estratégico, a fim de ampliar o foco em resultado. O desafio posto é de gerar os primeiros resultados efetivos ainda no primeiro semestre, com escopo em PDDE, PNAE e PNATE, dos exercícios de 2012 a 2018. A partir de avaliação dos resultados desta primeira etapa, será definida a estratégia de extensão da solução.

O esquema abaixo expressa a metodologia adotada no Projeto:





Assistência Técnica

A assistência técnica aos entes governamentais e demais atores do sistema educacional tem por finalidade auxiliar técnicos e gestores de educação na execução dos programas vinculados ao FNDE, considerando as peculiaridades e as necessidades dos entes federados e demais agentes públicos educacionais. Conforme demonstrado até aqui, há ações de assistência técnica em relação a cada um dos programas e, ainda, ações de caráter transversal.

As ações de assistência técnica visam à difusão de informações e de conhecimentos de forma sistematizada, com vistas a dar transparência das ações, projetos e programas educacionais, assim como contribuir para o fortalecimento de competências necessárias à melhoria da execução e do controle das políticas educacionais.

Resultados

No exercício de 2019, várias frentes foram fortalecidas, tais como: realização de encontros técnicos nos estados, oferta de cursos a distância, participação em eventos técnicos via webconferência, entre outros.

Foi adquirido e implementado o estúdio de multimeios, o que possibilitará, em 2020, a oferta de videoaulas, vídeos interativos e podcast como novas mídias de aprendizagem e estratégia de comunicação com os entes.

Além disso, foi criado e implantado por meio do TED SIMEC 7730, no valor de R\$ 185.000,00, o game PPDE, a ser lançado brevemente. Esse recurso deverá auxiliar estados e municípios a entender mais sobre a utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Foi criado e implantado o repositório digital, que tem por objetivo dar visibilidade aos recursos digitais produzidos no âmbito do FNDE.

Foram investidos R\$ 657.000,00 (TED SIMEC 5203) na

reformulação do conteúdo e adaptação de 9 cursos na modalidade educação a distância, do formato com tutoria para o formato autoinstrucional, visando dar mais alcance e eficiência à formação.

Foi criado, por meio do TED SIMEC 7205, no valor de R\$ 160.000,00, o curso sobre o PAR (Plano de Ações Articuladas), na versão autoinstrucional e com tutoria.

Ademais, a produção de conteúdo foi fortalecida pela modernização das ferramentas tecnológicas que auxiliam no processo pedagógico.

Taxa de Capacitação por Município

Fórmula de Cálculo	2018	2019	2020	2021	2022
Relação entre o número de municípios capacitados pelos programas do FNDE em um ciclo de 3 anos e o total de municípios.	50%	75%	95%	95%	95%

Encontro Técnico

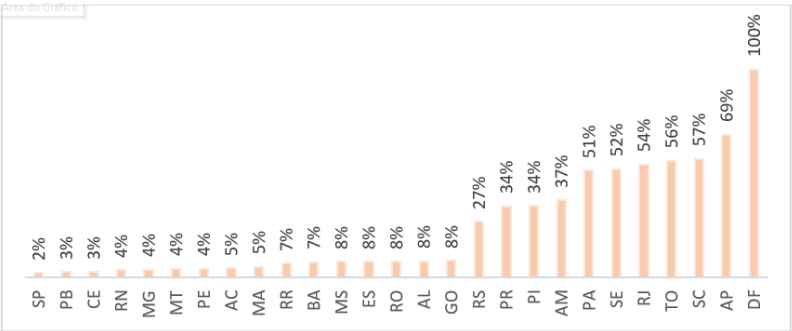
O projeto “Encontro Técnico” é uma iniciativa que leva assistência técnica aos gestores e profissionais de educação, por meio de palestras e capacitações sobre os programas do FNDE, além de atendimento técnico qualificado com soluções para diversas pendências no âmbito dos programas e ações educacionais.

Foram capacitados 56% dos municípios ao longo do ano, ou seja, técnicos de 3.111 municípios participaram da programação, onde foram registrados mais de 4.000 atendimentos, distribuídos em 18 ações *in loco*.

Uma ação que contribuiu bastante com esse resultado foram os encontros técnicos nos estados e na sede do FNDE, em Brasília. Essa é uma iniciativa que leva aos estados e municípios brasileiros assistência

técnica por meio de palestras e capacitações sobre os programas do FNDE, além de atendimento técnico qualificado com soluções para diversas pendências educacionais. Destina-se a gestores e técnicos estaduais e municipais de educação e contribui para a melhoria da execução de todos os programas do FNDE.

Percentual de Municípios Atendidos por Estado



Para o custeio de diárias e passagens para cumprimento das agendas nos estados, foram gastos R\$ 484 mil, sendo 22% do valor em diárias e 78% em passagens.







### Resultados

- Customização do conteúdo a ser apresentado, de acordo com o levantamento de pendências dos usuários;
- Dimensionamento da força de trabalho de acordo com métricas de atendimento;
- Apresentação de problemas em momento prévio ao evento, possibilitando resolutividade ágil;
- Desenvolvimento de trilhas de aprendizagem, de acordo com especificidades e necessidades levantadas durante os encontros técnicos.



### Desafios

- Criação de metodologia para geração de índice de necessidade de capacitação para priorização das ações *in loco* e EAD;
- Implantação de novas mídias que possam atender à necessidade de acesso à informação;
- Mensuração de avaliação de resultados por meio da construção de indicadores;
- Automação de processos digitais como melhoria no Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA) que proporcione ações de sustentabilidade na redução de utilização de papel.





Formação dos Gestores Educacionais e Comunidade Escolar

Os Programas Formação pela Escola e Formação de Tutores têm como objetivo principal contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e para o fortalecimento do controle social dos recursos públicos destinados à educação, por meio da utilização da metodologia de educação a distância para a oferta de cursos de capacitação com foco no aprimoramento da gestão educacional.

Esses programas funcionam por meio de uma rede estruturada em todos os Estados, que contam, cada um deles, com coordenação estadual, multiplicadores e tutores. A manutenção das redes estaduais é feita pelo FNDE, por meio do pagamento bimestral de bolsas, após a comprovação do trabalho executado. O público-alvo é composto, principalmente, por profissionais envolvidos com a comunidade escolar, tais como professores da rede pública de ensino, servidores da rede municipal e estadual, gestores, conselheiros da educação e cidadãos em geral. Os parceiros, de acordo com as Resoluções nº 35/2012 e 37/2013, são as secretarias de educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e prefeituras.

TOTAL: 181.999 formações em 2019

Aproveitamento de 78,2% em aprovações nos cursos do Programa Formação pela Escola

	Pessoas Formadas	Bolsas Concedidas	Valor das Bolsas
Formação de Tutores	597	654	R\$ 392.400,00
Formação pela Escola	181.402	3.924	R\$ 3.377.400,00



Resultados

- Estratégia de capacitação focada em públicos-alvo definidos em conjunto com as diretorias dos programas do FNDE. Aproveitamento de 78,2% em aprovações nos cursos do Programa Formação pela Escola.



Desafios e Riscos

- Alcance de 100% dos municípios;
- Modernização do ambiente virtual de aprendizagem, com integração entre o ambiente administrativo (Sife) e o pedagógico (Moodle);
- Estruturação do Portal de Educação Corporativa.





Outras Ações de Assistência Técnica

O FNDE também atua em frentes que contribuem expressivamente para a gestão e o financiamento de políticas educacionais, ainda que sem a alocação direta de recursos. É o caso do SIOPE, que tem em sua essência averiguar se todos os entes federados destinaram à educação o percentual de impostos vinculados constitucionalmente. Outro exemplo é a gestão dos conselhos do FUNDEB, que além de atuarem na fiscalização do bom uso dos recursos do próprio Fundo, também possuem a atribuição de acompanhar e emitir parecer sobre a execução de diversos programas.

Sistema SIOPE

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) é um sistema eletrônico do FNDE instituído para a coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em 2019, por meio do módulo “Fale Conosco”, a equipe técnica responsável pelo SIOPE atendeu 13.984 solicitações de ajustes ou informações registradas pelos respectivos gestores estaduais e municipais e também pela sociedade civil.

Ainda em 2019, em atendimento à recomendação da CGU em “apresentar de forma mais cidadã” os dados captados pelo sistema SIOPE, o FNDE inseriu em sua página, no endereço, ([https://www.fnde.gov.br/fnde\\_sistemas/siope](https://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope)), o módulo “SIOPE GERENCIAL”, composto por painéis onde é possível visualizar graficamente, inclusive com mapas, diversas informações relevantes relativas aos dados do SIOPE.

O SIOPE constitui-se num importante banco de dados para a geração de indicadores relacionados à educação, pois mede e avalia a capacidade de execução dos entes federados. Por meio do SIOPE é possível, por exemplo, identificar os entes federados que não atingiram o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no Art. 212

da Constituição Federal, em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Para melhor exemplificar, as tabelas abaixo apresentam o quantitativo de estados e municípios que não transmitiram ao SIOPE os dados anuais de sua execução nos últimos 10 anos. Ressalta-se, no entanto, que as inadimplências relativas ao exercício de 2019 estão vinculadas ao prazo para o recebimento dos dados relativos a este exercício. Estados inadimplentes:

UF / Ano	AL	AP	DF	MA	MG	PE	PI	RJ	RN	RO	RR	RS	SE	Total Geral
2013												x		1
2014	x				x							x		3
2015	x				x							x		3
2016	x				x							x		3
2017	x				x							x		3
2018	x		x		x		x	x	x			x		7
2019	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13
Total Geral	6	1	2	1	6	1	2	2	2	1	1	7	1	33

Fonte: SIOPE, posição em 09-03-2020 - <https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>

Municípios Inadimplentes:

UF / Ano	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total Geral
2009							1				1		1	1									1	2				7
2010							1				1		1	1									1	2				7
2011							1				1		1	1									1	2				7
2012							1				1		2	1	1								1	2				9
2013	1						1				1			1	1				1									6
2014	1						1						1	2	1				1									7
2015	1						1						2	2	1				1									8
2016	1						1			2			5	2	3				1									15
2017	3	1					1		1	3			1	8	4	3	7	3	5	3						4		47
2018	2	15	5	1	10		1	5	3	6	15		5	27	8	5	17	11	9	7		1		1	5	21	5	185
2019	9	72	40	11	208	31	1	46	92	100	242	13	42	79	107	59	169	125	53	84	15	13	109	78	48	277	57	2180
Total	11	94	47	14	234	32	15	51	96	117	270	22	50	142	120	88	222	143	67	112	16	15	118	99	53	304	63	2615

Fonte: SIOPE, posição em 09-03-2020 - <https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>

É importante esclarecer que dentre os estados que não transmitiram as informações, Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuem ações no Supremo Tribunal Federal com liminares que os desobrigam da transmissão dos dados ao SIOPE, o que, de certa forma, prejudica a avaliação das políticas públicas a serem destinadas a essas unidades federadas.

Não obstante, dentre aqueles entes que transmitiram as informações é possível identificar os que não cumpriram o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de investimento em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), exigido no Art. 212 da Constituição Federal. Nesse sentido, as tabelas abaixo indicam a quantidade de estados e municípios em desacordo com o referido preceito constitucional:

Ano/UF	AC	AL	ES	MT	RJ	RN	RR	RS	TO	Total Geral
2009 Anual								x		1
2010 Anual						x		x		2
2013 Anual		x				x				2
2014 Anual						x			x	2
2016 Anual				x						1
2017 Anual					x					1
2018 Anual	x		x				x			3
2019 Anual			x							1
Total Geral	1	1	2	1	1	3	1	2	1	13

Fonte: SIOPE, posição em 09-03-2020 - <https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>



ANO / UF	AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total Geral
2008		4	3	1	6	1		1	9	1		2	11		1	8	1		4			1			1	1	56
2009		3	2						5	4		1	3	1	3			3	4		1				3		33
2010	1	5	6	1	6	1	1	1	2	7		1	9	1	2	8	7	2	5		1	9		1	6	1	84
2011	1	5	4		17	2		1	7	3	1		18	2	6	12	6	4	11	1	2	5		1	7	3	119
2012	1	10	8	1	29	1		4	24	5		1	28	2	3	18	3	3	14		2	2		1	6	3	169
2013		1	1		1			1		2	1		7	4	1		2	1	1			8	1	4	7		43
2014		1			3				1	5			4	1	1		2	1	3			1	2	3	6		34
2015		1			10	1			3	8			4	3	2	1	3	1	7	1	1	5	3	4	4		62
2016	1	4	3		15	2	1	1	4	6		1	3	1	15	1	7	4	1		2	4	2	2	4	3	87
2017															1	1			1		1		1				5
2018									1	1		1	1		1	4	3	1	3			7		1	3	2	29
2019			1		2			1		14			4	5	3	1		2	4			6		1	12	1	57
Total Geral	4	34	28	3	89	8	2	10	56	56	2	7	92	20	39	54	34	22	58	2	9	49	8	19	59	14	778

Fonte: SIOPE, posição em 09-03-2020 - <https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>

Ainda assim, é importante que sejam envidados esforços no sentido de institucionalizar o uso do SIOPE, bem como atuar no fortalecimento dos normativos que amparam sua utilização, a fim de garantir o envio de dados dentro dos padrões necessários à produção de informações que permitam a gestão e o emprego de políticas públicas vinculadas à educação.

Ademais, sua institucionalização deve vir acompanhada de parâmetros que garantam que os entes federados, os Conselhos de Controle Social e os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais adotem metodologia uniforme em relação à qualidade, tempestividade e validação de informações que permitam a adoção de políticas públicas voltadas à melhoria dos índices educacionais em âmbito nacional.

Subsistema MAVS/SIOPE

O Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE (MAVS) é um subsistema do SIOPE que permite aos Secretários de Educação e aos Presidentes dos CACS – Fundeb, pertencentes a todas as Unidades da Federação, a validação das informações prestadas pelos entes federados no SIOPE. O MAVS foi desenvolvido em cumprimento às decisões estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2017 – FNDE/ATRICON/IRB e também é responsável pela integração do SIOPE com os Tribunais de Contas, por meio do Módulo de

Controle Externo (MCE).

Em 17/10/2019 foi realizado, na sede do FNDE, o 3º Fórum do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2017, firmado entre o FNDE, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), para discutir novas ações relativas à utilização do Módulo de Controle Externo (MCE) pelos Tribunais de Contas do Brasil. O referido fórum contou com a participação de 28 técnicos de 19 tribunais de contas.

Para integrarem o MCE, em 2019 foram habilitados os seguintes tribunais: TCM/BA, TCE/ MG, TCE/SC, TCE/SP e TCE/TO, os quais passaram a validar as informações inseridas no SIOPE por todos os municípios sob a sua jurisdição.

Sistema CACS-FUNDEB

Em 2019, por meio do sistema “Fale Conosco”, a equipe técnica responsável pelo cadastramento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS) atendeu 5.810 solicitações de ajuste registradas pelos respectivos gestores municipais e estaduais.

No referido sistema foram implementadas novas funcionalidades e rotinas que passaram a validar o CNPJ do município/estado, bem como o CPF dos membros dos CACS, com as informações da base de dados da Receita Federal do Brasil, aferindo assim maior qualidade nos dados cadastrais inseridos no sistema.



## Canais de Atendimento

O Atendimento Institucional reflete o compromisso do FNDE com o financiamento e a execução de um grande número de políticas públicas no âmbito da educação, no que tange aos repasses de recursos financeiros e também ao gerenciamento e à fiscalização da fiel aplicação dessas verbas públicas.

**a)E-SIC (Lei 12.527, 18 de novembro de 2011):** Operacionaliza o acesso do cidadão à informação, recebendo, consolidando e controlando as demandas captadas pelo sistema E-Sic.

**b)Central de Atendimento ao Cidadão com ligação gratuita (0800-616161):** Composta por estruturas físicas e de pessoal, tem por objetivo centralizar o recebimento de ligações telefônicas, distribuindo-as de forma automática e aleatória aos atendentes, possibilitando o atendimento aos usuários finais de forma receptiva.

**c)Atendimento Institucional – Presencial:** Espaço físico, de fácil acesso, com dimensões, instalações físicas e acústicas adequadas, localizado no térreo do seu edifício sede, para atendimento presencial ao público em geral, com funcionamento ininterrupto, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

O espaço é equipado com cadeiras destinadas aos usuários que aguardam o atendimento, balcões com dimensões de altura que permitem acesso diferenciado a cadeirantes, **assistência diferenciada aos portadores de necessidades** especiais, idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo, disponibilizando para este fim senhas de atendimento preferencial.

**d)Atendimento Presencial Agendado (Sala para audiências):** O Atendimento a gestores municipais é realizado presencialmente, com agendamento prévio ou decorrente de solicitações emergenciais. Previamente à realização da audiência procede-se a um levantamento detalhado quanto aos assuntos informados na pauta, especificamente, sobre a situação dos programas no município, pendências documentais

e de todo o fluxo administrativo na Autarquia, de modo a garantir celeridade e eficácia no atendimento, além de antever soluções dos entraves identificados na análise. Esses atendimentos contam com o apoio da área técnica demandada, quando necessário.

## Ouvidoria

A Ouvidoria do FNDE é um canal de interlocução com a sociedade, atendendo a comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações, críticas, sugestões, solicitações de informações e elogios. Assim, recebe e examina as demandas dos cidadãos, encaminha aos setores competentes, quando o caso assim exigir, e, principalmente, responde a todas essas demandas formuladas pela sociedade civil.

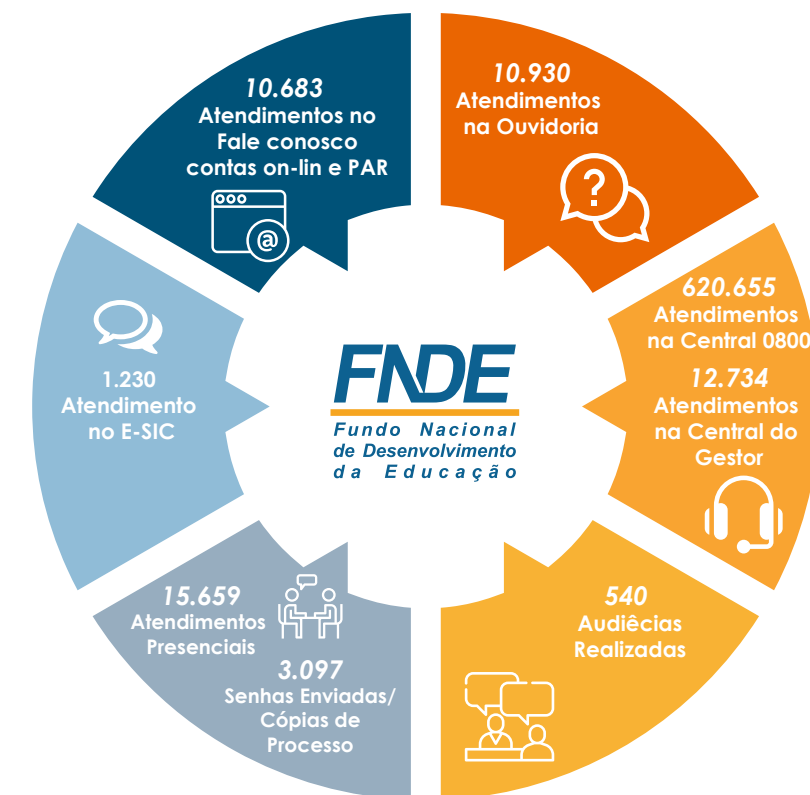
As demandas da Ouvidoria são recebidas por meio de diversos canais, como documentos oficiais, correspondências físicas, link “Fale Conosco” no site do FNDE, ligação gratuita (0800-616161), pelo Sistema de Ouvidorias do Governo Federal (E-Ouv) <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2ff> e formulário disponível na sala de atendimento.



## Resultados

- 76% das avaliações como satisfatório ou muito satisfatório no 0800.

## Canais de Comunicação



Fonte: Ouvidoria FNDE

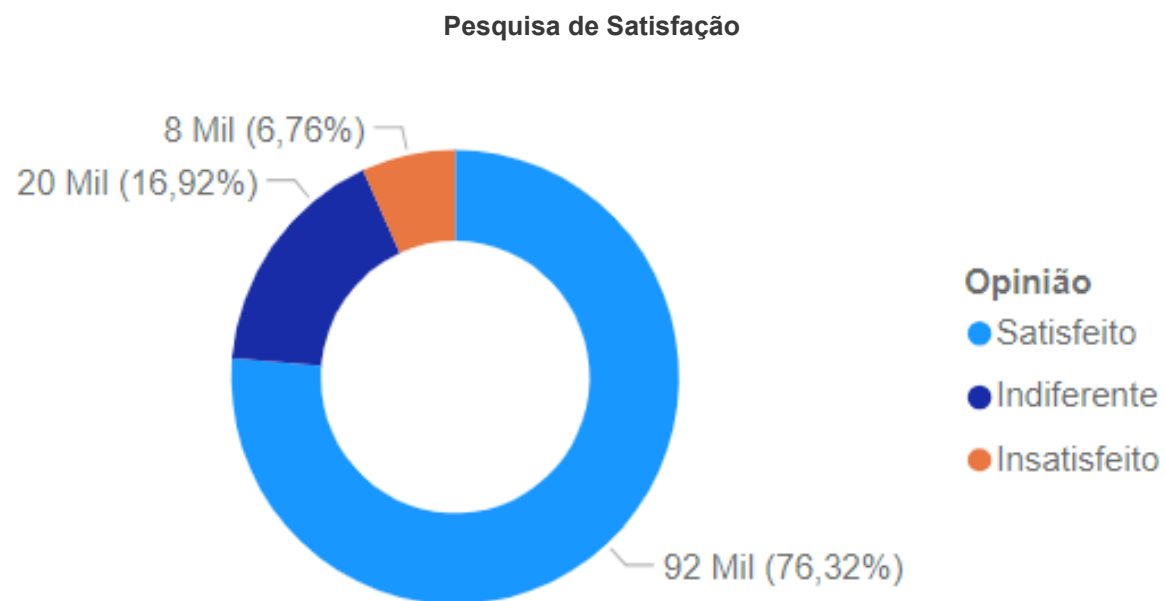


### Aferição do Grau de Satisfação do Usuário

Com vistas à aferição da satisfação do público alvo, foi implementada pesquisa de satisfação diferenciada por canal de atendimento.

Na central de atendimento 0800 a pesquisa de qualidade é realizada por meio da URA (atendimento eletrônico), realizada pelos usuários, de forma voluntária, após a finalização do atendimento humano.

No atendimento via web, após a demanda ser encerrada, o cidadão recebe uma mensagem contendo a pesquisa que também contém as cinco alternativas para aferição dos serviços prestados.



Fonte: OUVIDORIA FNDE







## **CAPÍTULO 03**

# **Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão**

**FNDE**  
Fundação Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



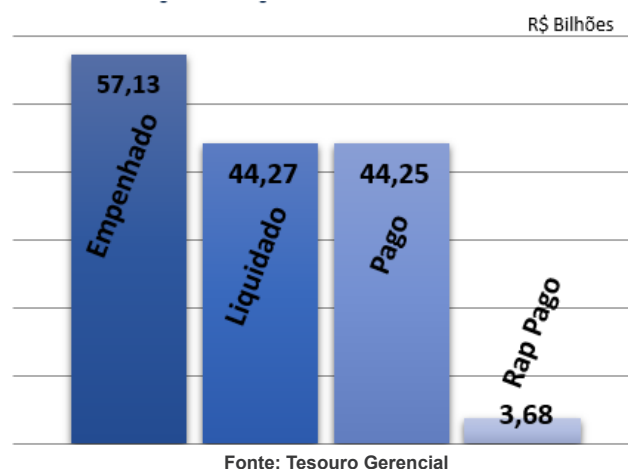
## Gestão Orçamentária e Financeira

## Perfil Geral do FNDE

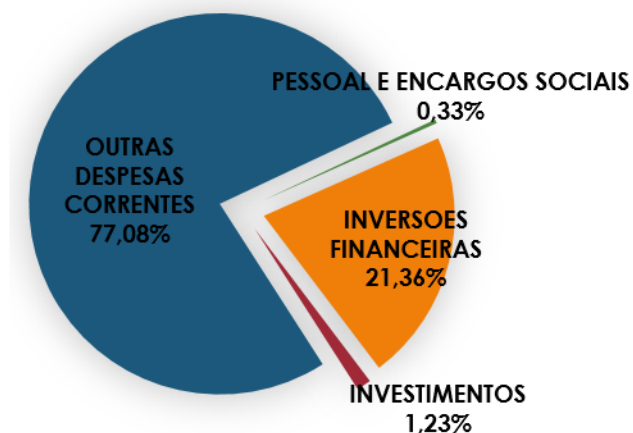


Foi consignada ao FNDE pela Lei Orçamentária Anual de 2019 (LOA) a dotação orçamentária inicial de R\$ 54,48 bilhões. Houve, durante o exercício, um acréscimo no montante de R\$ 4 bilhões que redimensionou o orçamento para R\$ 58,49 bilhões, sem considerar, contudo, os destaques recebidos, os quais totalizaram R\$ 11,4 milhões no período. Desse total, foram empenhados 97,68%, liquidados 75,68% e pagos 75,65%. Os valores estão dispostos no gráfico posterior.

## Execução Orçamentária e Financeira



## Valores Pagos no Exercício (%)



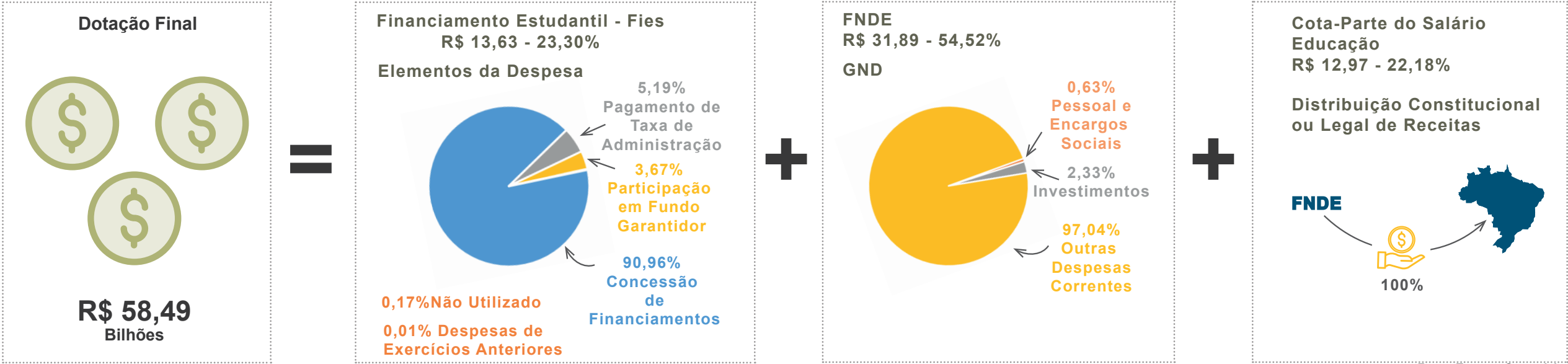
Fonte: Tesouro Gerencial

O gráfico anterior contém os percentuais dos valores pagos com orçamento de 2019, segregados por grupos de natureza da despesa (GND), classificação agregadora de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. A mais representativa das naturezas – outras despesas correntes – está relacionada, principalmente, a gastos com transferências constitucionais e legais a estados, municípios e Distrito Federal, relativas aos programas e projetos educacionais financiados pelo FNDE. Por sua vez, as inversões financeiras estão vinculadas ao Programa Fies.



Perfil do FNDE por Unidade Orçamentária e Finalidade da Despesa

O orçamento do FNDE está distribuído entre as Unidades Orçamentárias – UO: 26298 (FNDE); 74902 (Fies) e 73107 (COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO).



Detalhamento das despesas por GND – Fies e Cota-Parte do Salário-Educação

		2018					2019					R\$ Bilhões	
Finalidade	Despesa	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	Variações R\$ (k=i-d)	Variações % (l=k/i)
Cota-Parte do Salário Educação**	Outras Despesas Correntes	13,01	13,01	11,78	11,78	0,98	12,97	12,97	11,03	11,03	1,23	-0,75	-0,06
	Total	13,01	13,01	11,78	11,78	0,98	12,97	12,97	11,03	11,03	1,23	-0,75	-6%
Financiamento Estudantil***	Inversões Financeiras	18,25	17,88	11,98	11,98	0,25	12,9	12,9	9,45	9,45	0,3	-2,53	-21%
	Outras Despesas Correntes	0,8	0,8	0,42	0,42	0,1	0,73	0,71	0,45	0,45	0,05	0,03	7%
	Total	19,05	18,69	12,41	12,41	0,35	13,63	13,61	9,9	9,9	0,36	-2,51	-20%

\* RP: Restos a pagar processados e não processados pagos  
\*\* Recursos sob Supervisão do MEC  
\*\*\* Recursos sob Supervisão do FIES

Fonte: Tesouro Gerencial

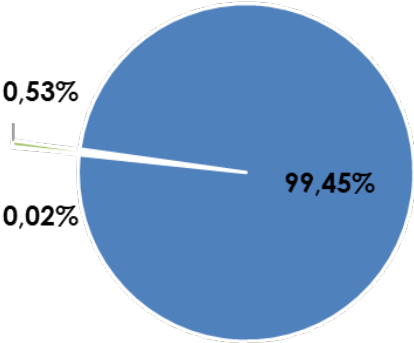


Detalhamento das Despesas por Elemento de despesa – UO FNDE

Os elementos da despesa indicam os objetos de gastos que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Para “Outras despesas correntes” o elemento da despesa mais representativo, em 2019, foi o de Contribuições. No caso de Investimentos, o elemento foi o de Auxílios aos entes federados.

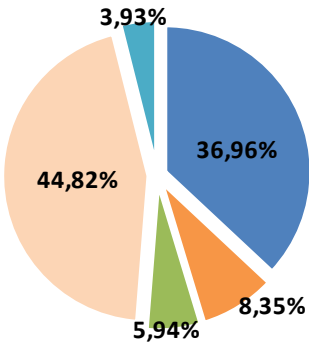
Investimentos

R\$ Milhões		
Elemento da Despesa	Pago	% Pago
Auxílios	540,43	99,45%
Demais Despesas	0,09	0,02%
Tecnologia Da Informação	2,89	0,53%
Total	543,40	100,00%



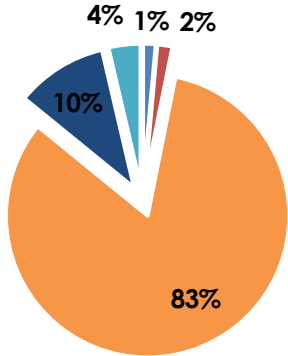
Pessoal e Encargos Sociais

R\$ Milhões		
Elemento da Despesa	Pago	% Pago
Aposentados	54,19	36,96%
Obrigações Patronais	12,25	8,35%
Pensões	8,70	5,94%
Pessoal Ativo	65,72	44,82%
Demais Despesas	5,76	3,93%
Total	146,62	100,00%



Outras Despesas Correntes

R\$ Milhões		
Elemento da Despesa	Pago	% Pago
Demais Despesas	325,08	1,44%
Auxílio Financeiro a Estudantes	388,94	1,72%
Contribuições	18.720,65	82,72%
Despesas de Exercícios Anteriores	2.371,10	10,48%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	825,53	3,65%
Total	22.631,30	100,00%



Fonte: Tesouro Gerencial

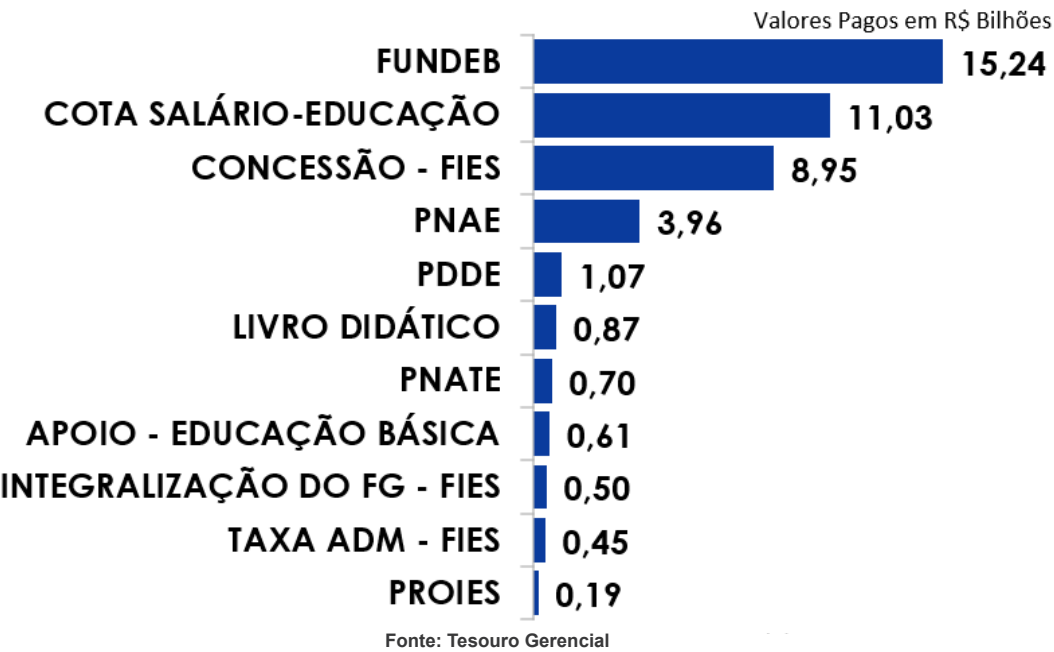
Detalhamento das Despesas por GND- UO FNDE

Despesa	2018					2019					R\$ Bilhões	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c )	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	Variações R\$ (k=i-d)	Variações % (l=k/i)
Investimentos	1,88	1,85	1,02	1,02	1,55	3,86	3,07	0,54	0,54	1,16	-0,48	-47%
Outras Despesas Correntes	24,37	24,3	22,98	22,97	1,6	27,82	27,33	22,64	22,63	0,91	-0,34	-1%
Pessoal e Encargos Sociais	0,16	0,16	0,16	0,15	0	0,17	0,16	0,16	0,15	0,01	0	0%
Total	26,42	26,3	24,15	24,14	3,15	31,89	30,55	23,34	23,32	2,08	-0,82	-0,03

Fonte: Tesouro Gerencial



Perfil do FNDE pelos Programas de Maior Vulto

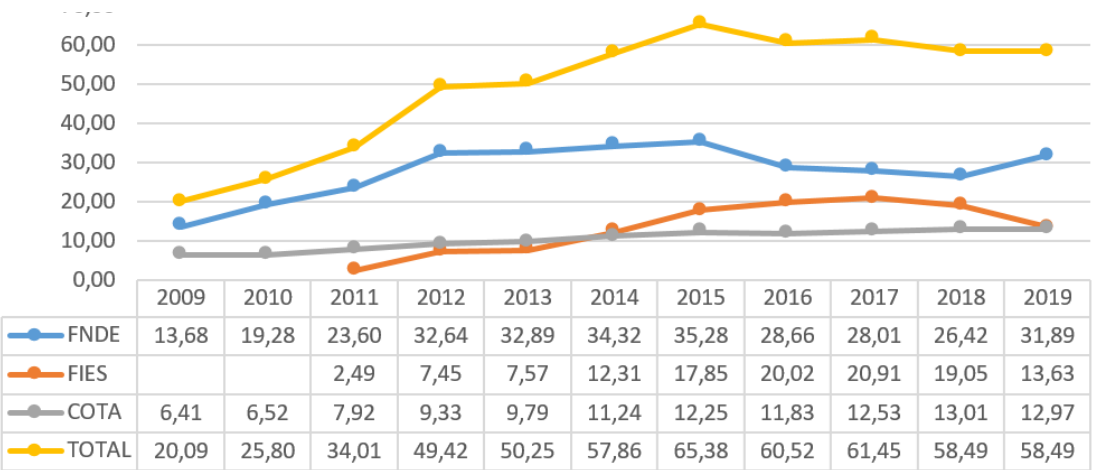


Evolução do Orçamento por UO

O orçamento total do FNDE apresentou crescimento entre 2009 e 2015. No período de 2013 a 2015, a variação foi de 30%, influenciado basicamente pelo Fies - variação de 136% - contra apenas 7% do FNDE. No período seguinte, de 2015 a 2018, em que houve queda de 11%, novamente o Fies teve um papel relevante. Enquanto o orçamento do FNDE nesse período caiu 25%, o do Fies cresceu 7%. Em 2019, a manutenção do orçamento total do FNDE deveu-se ao crescimento de 17% do orçamento do FNDE acompanhado de queda de 40% do orçamento do Fies.

Desempenho Orçamentário

O desempenho orçamentário do exercício de 2019 demonstrou uma realização (despesas liquidadas) de 75,68% em relação à despesa prevista. Considerando o orçamento empenhado, o resultado foi de 97,68%. O desempenho apresentado decorre, principalmente, da execução orçamentária das despesas com impacto primário obrigatório, ou seja, o grupo de ações orçamentárias responsável pela execução das transferências constitucionais (Complementação da União ao FUNDEB e transferência da Cota-Parte do Salário Educação) e legais (PDDE, PNAE e PNATE) e das despesas financeiras relativas ao Fies.

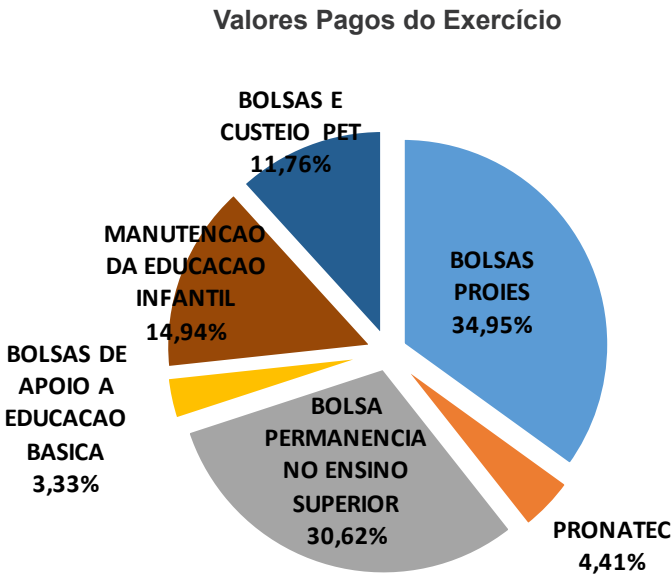


Fonte: Tesouro Gerencial



Despesas sob Gestão do MEC Executadas pelo FNDE

Algumas ações orçamentárias que compõem o orçamento do FNDE, apesar de serem executadas na Autarquia, são de gestão do MEC. Assim, em 2019, o orçamento dessas ações foi de R\$ 1,19 bilhão, representando, aproximadamente, 2% do orçamento total do FNDE. São despesas com Bolsa Permanência, PRONATEC, PROIES, dentre outras. Dessa forma, o FNDE é o responsável pelo repasse dos recursos decorrentes de programas suplementares e concessão de bolsas e auxílios, enquanto as secretarias do MEC são responsáveis pela gerência e definição de critérios para a transferência desses recursos.



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesa	R\$ Milhões									
	2018					2019				
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP* Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP* Pago
Bolsas PROIES**	322,17	320	313,59	313,59		248,18	248,18	185,99	185,99	
PRONATEC	300,74	292,45	211,45	210,3	149,31	54	45,38	23,69	23,47	64,71
Bolsa Permanência no Ensino Superior	179,5	178,54	161,31	161,31	12,65	184,58	181,01	162,93	162,93	12,4
Bolsas de Apoio a educação Básica	131,1	129,71	113,75	113,75	58,23	26,35	20,97	17,97	17,72	2,58
Demais Ações de Bolsas e Auxílios	109,01	26,91	23,23	23,23	2,96	24,62	19,2	1,78		0,22
Manutenção da Educação Infantil	78	78	78	78	1,35	332,46	82,44	79,5	79,5	
Bolsa e Custeio PET***	74,77	74,77	63,4	63,4	6,06	74,77	74,77	62,57	62,57	6,13
Total	1.195,28	1.173,68	994,51	993,36	278,96	1.068,97	780,63	534,49	532,25	96,87

Fonte: Tesouro Gerencial

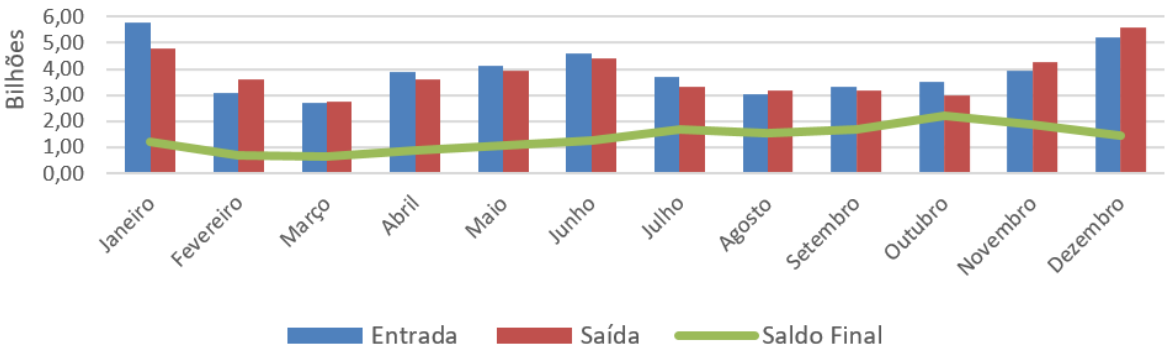
\* RP: Restos a pagar processados e não processados pagos.  
\*\* PROIES: Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.  
\*\*\* PET: Programa de Educação Tutorial



Desempenho Orçamentário

O gráfico abaixo representa o fluxo financeiro do exercício por mês de execução. As entradas de financeiro são transferidas pelo MEC de acordo com a demanda de pagamento. As saídas se concentraram em janeiro devido ao ajuste do FUNDEB; junho e novembro ao Fies; e dezembro à maior liberação do limite de pagamento das discricionários.

Fluxo Financeiro 2019

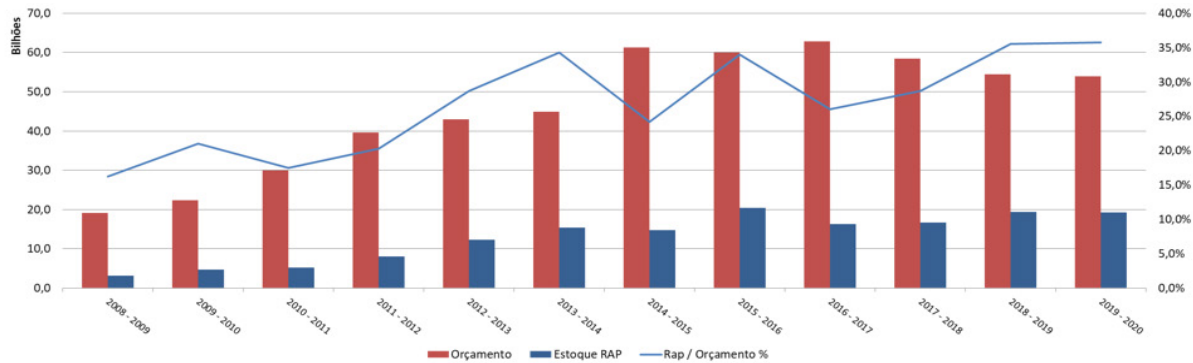


Fonte: Tesouro Gerencial

Foi inscrito para o exercício 2020 o estoque de R\$ 19,3 bilhões de restos a pagar (RAP), o que representa aumento de 0,2% em relação à inscrição em 2019.

O FNDE apresentou no ano de 2019 índice de pagamento de 18% em relação ao estoque inscrito, valor pouco inferior aos 20% estabelecidos pelo indicador do Ciclo Estratégico - 2018-2022. O cancelamento de RAP foi o maior no período de 10 anos atingindo 43%, bem acima da média histórica de 12%, isso devido a alteração do Decreto 93.872/86,, que mudou a sistemática de bloqueio e cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (RPNP).

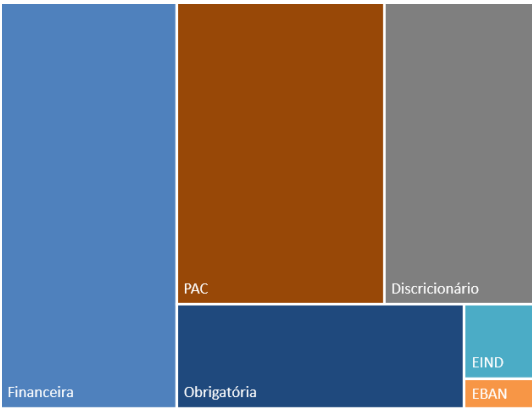
Histórico da Relação Orçamento e RAP



Fonte: Tesouro Gerencial

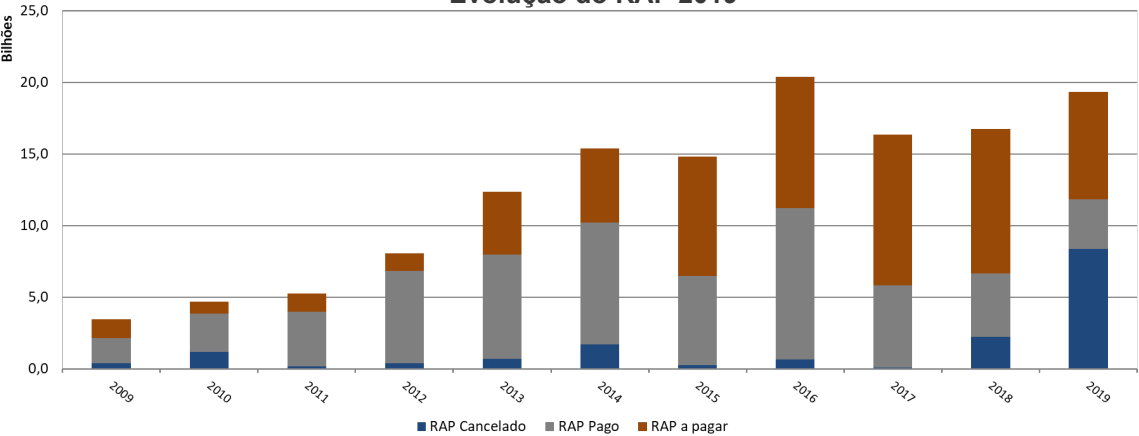


Composição RAP 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

Evolução do RAP 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

Receita Realizada

Receitas próprias são aquelas arrecadadas e controladas diretamente pelas entidades da Administração Pública. No âmbito do FNDE, as Fontes próprias de receita são: (i) 250 - Recursos Próprios Não-Financeiros; (ii) 280 - Recursos Próprios Financeiros; e (iii) 293 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação.

A seguir, estão apresentados os valores das arrecadações previstas e realizadas dessas Fontes, referentes aos exercícios 2019 e 2018:

R\$ Milhões				
Fonte	2019		2018	
	Previsão	Receita Realizada	Previsão	Receita Realizada
280	1.920,43	3.049,08	1.370,94	2.287,49
293	132,83	355,41	143,56	203,66
250	7,29	16,98	9,64	14,43
Total	2.060,56	3.421,47	1.524,14	2.505,58

Fonte: Tesouro Gerencial

250

A composição da fonte 250, de forma geral, refere-se a restituições provenientes do empenho do FNDE em reaver prejuízos, por meio administrativo e/ou judicial, que não sejam advindos de convênios.

Para a estimativa da fonte 250 são considerados os valores arrecadados no exercício anterior, levando-se em conta circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a realização da receita.

293

A Fonte 93 é o produto da aplicação financeira dos recursos à conta do Salário-Educação, em uma carteira de investimentos de renda fixa fechada do Banco do Brasil (BB Extramercado FNDE). A receita da carteira sofre volatilidade ao refletir nas cotas os preços de mercado. Ela destina-se ao ensino fundamental, regular e especial, à educação pré-escolar e ao pagamento dos encargos administrativos atinentes a essas etapas e modalidade de ensino.

280

A fonte 280 trata de recursos próprios originários da amortização de empréstimo concedido aos estudantes de ensino superior beneficiários do Financiamento Estudantil – FIES, bem como, da arrecadação de juros, encargos e rendimentos decorrentes das operações de financiamento. O recurso arrecadado recompõe a carteira de financiamento do FIES.

Para a estimativa da fonte 280 considera-se a série histórica de arrecadação dos últimos dois anos e projeção de amortização dos contratos firmados, como também dos aditamentos de renovação semestral dos financiamentos concedidos, deduzindo-se a inadimplência esperada.





### Desafios e Riscos

- Risco potencial de atraso dos pagamentos dos programas geridos pelo FNDE, realizados através do Sistema de Integrado de Gestão Financeira (SIGEF), devido ao não atendimento tempestivo de demandas de manutenção e evolução do sistema, além da falta de manual de rotina do usuário;
- O reduzido quadro de servidores gera risco de: atraso nos pagamentos, principalmente os que necessitam de maior análise; resposta intempestiva de demandas de informação; e aumento do passivo de prestação de contas.
- Alteração da sistemática de limites de empenho e de movimentação financeira em decorrência do novo texto do §16 do art. 60 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).





## Renúncia de Receita

As informações sobre renúncias tributárias referem-se ao disposto nos incisos VIII e IX do art. 28 da Lei nº 10.865/2004, que tratam da redução a zero das alíquotas para o Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), sobre a receita bruta da venda de veículos e embarcações novos destinados ao transporte escolar da Educação Básica das redes estadual e municipal, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.

Referem-se também aos artigos 24 a 27 da Lei nº 12.715/2012, que instituem regime especial de tributação para a construção e reforma de estabelecimento de Educação Infantil. O prazo de vigência dessa renúncia expirou em 31/12/2018.

Tais renúncias recaem sobre o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, que são geridos pelo FNDE.

É importante esclarecer que a Autarquia não é responsável por gerir, estimar e/ou quantificar as renúncias de receitas mencionadas anteriormente. A Receita Federal do Brasil – RFB é a unidade jurisdicionada responsável pela estimativa e quantificação dessas renúncias tributárias e os relatórios com as informações estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal>.

## Gestão de Custos

Segundo o art. 50, § 3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e a Portaria STN 157, de 9 de março de 2011, a Gestão de Custos configura um instrumento que visa evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal, a fim de permitir sua avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O FNDE não possui, em sua estrutura organizacional, uma unidade responsável pela apuração de custos de programas e projetos educacionais. No entanto, colabora com o órgão setorial do Sistema de Custos do Governo Federal no âmbito do MEC, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC), que é responsável, dentre outras, por apurar os custos dos projetos e atividades do Ministério da Educação, considerando informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física.

## Desafios, Riscos e Ações Futuras

O FNDE é uma Autarquia Federal pertencente ao Orçamento Fiscal da União e, dessa forma, sua execução orçamentária e financeira obedece a uma série de normativos constitucionais e legais, tais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, além da EC/95, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Dentre as diversas regras estabelecidas pela LRF, encontra-se a limitação de empenho e movimentação financeira, prevista no artigo 9º da referida Lei Complementar, a qual condiciona a ação das autoridades competentes aos limites de sua efetiva capacidade de gasto, de forma a assegurar, assim, o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Dessa forma, essa exigência trazida pela LRF, conjugada com a nova política de redução de gastos discricionários estabelecida pela EC/95, afeta diretamente os gastos iniciais da Autarquia de natureza discricionária, os quais sofrem algum tipo de restrição orçamentária quando da limitação de empenho e movimentação financeira imposta ao FNDE.

Por outro lado, as despesas que constituam obrigações constitucionais (FUNDEB e COTA SALÁRIO EDUCAÇÃO) e legais (PNAE, PNATE e PDDE), inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, não são objeto da limitação de empenho, assim como as despesas ressalvadas pela LDO. Assim, as despesas discricionárias da Autarquia representaram, no exercício de 2019, 13,57% da sua dotação orçamentária atualizada, ou seja, R\$ 7,94 bilhões.

Tendo em vista a alteração da sistemática de limitação de empenho e movimentação financeira em decorrência do novo texto do parágrafo 16 do artigo 60 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 – Lei das Diretrizes Orçamentárias LDO/2019 o FNDE deverá atuar na priorização alocativa de recursos em seus programas educacionais de caráter discricionário e nas ações de funcionamento da Autarquia e de seu parque tecnológico.

As limitações impostas pelo contingenciamento de crédito orçamentário no exercício podem dificultar a melhoria das políticas educacionais geridas pelo FNDE, assim como a eficiência do aparelho administrativo que dá suporte a elas. Para superar esses desafios, torna-se necessário que o FNDE seja referência em gestão financeira da educação brasileira. Os primeiros passos para isso passam por constantes aperfeiçoamentos tecnológicos e de recursos humanos.



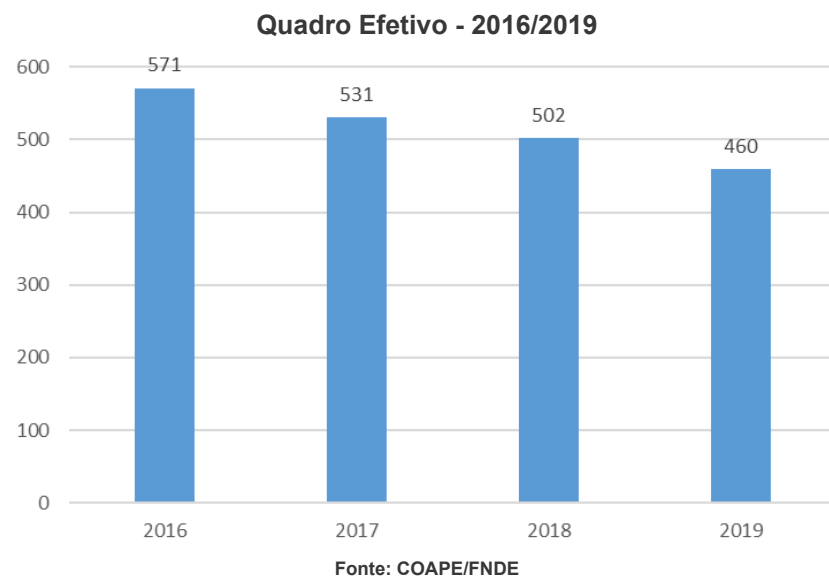
## Gestão de Pessoas

A dinâmica das ações que envolvem a administração, a integração e a gestão de competências do corpo de servidores ativos e inativos, prestadores de serviços e colaboradores do FNDE, responsáveis pela execução bem-sucedida ao longo das mais de 5 décadas de existência, de forma direta pela governança do financiamento federal, um dos principais pilares da política de educação pública do País, dando suporte indispensável a diversos programas e projetos com assistência técnica e financeira às Secretarias de Educação, Escolas, Professores e Estudantes, colaborando para a concretização do direito constitucional de todos os brasileiros à Educação, é descrita resumidamente nas atividades realizadas, nos resultados e nos problemas vivenciados no exercício de 2019, relatados a seguir.

## Avaliação da Força de Trabalho

### Evolução do Quadro de Pessoal

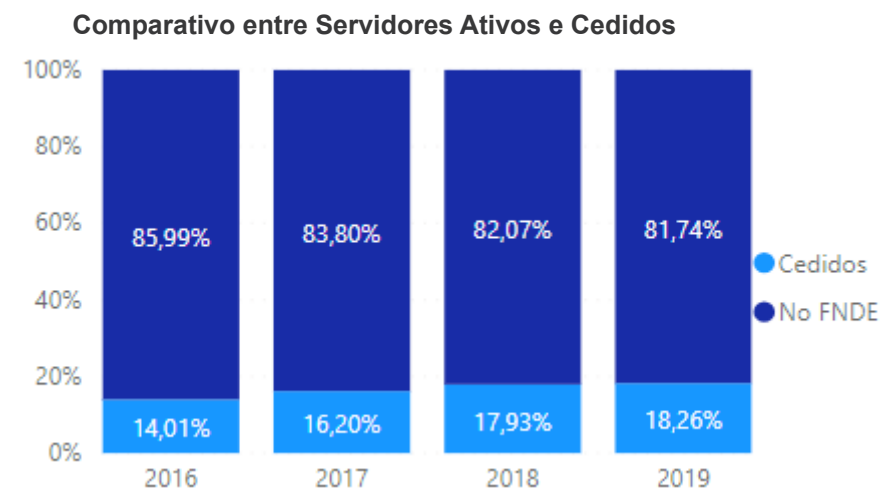
Nos últimos anos, em decorrência do elevado número de vacâncias, ocasionadas por desligamentos, aposentadorias, cessões para outros órgãos e requisições, o quadro efetivo vem sofrendo acentuada redução.



460 Servidores = 376 em exercício no FNDE + 84 cedidos

### Requisição/Cessão

O percentual de servidores cedidos já representa 18% do quadro efetivo do FNDE.



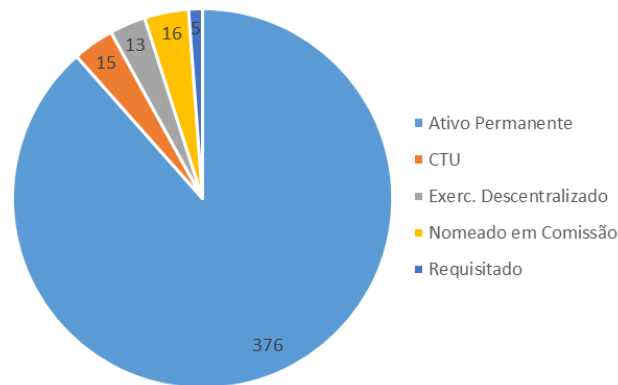
Importante registrar que 63% desses 84 (oitenta e quatro) servidores encontram-se requisitados por órgãos públicos com prerrogativa de irrecusabilidade, tais como Advocacia-Geral da União e Presidência da República, inviabilizando a adequada gestão da movimentação de pessoal.

### Distribuição da Força de Trabalho

Além dos servidores permanentes, a força de trabalho em exercício no FNDE conta com contratados temporários e requisitados, sendo composta por 425 (quatrocentos e vinte e cinco) servidores. Mais de 85% dos servidores se encontram na situação funcional do ativo permanente, e cerca de 43% estão lotados em áreas finalísticas, responsáveis pela gestão dos programas e projetos educacionais.



Força de Trabalho por Situação Funcional

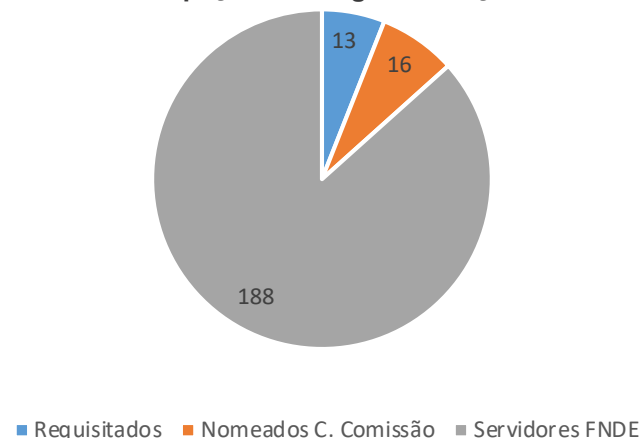


Fonte: COAPE/FNDE

### Cargos em Comissão e Funções de Confiança

Para gerenciar as atividades e equipes de cada área, a estrutura regimental do FNDE é composta por 237 (duzentos e trinta e sete) cargos em comissão e funções de confiança, definidos no Decreto nº 9.007/2017. Do total dos cargos, 217 se encontram ocupados.

Ocupação de Cargos e Funções



Fonte: COAPE/FNDE

## Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

### Necessidade de Recursos Humanos

Para solucionar a escassez de servidores, o FNDE vem atuando para restabelecer o provimento dos cargos efetivos do FNDE perdidos nos últimos anos, no entanto a ação depende de realização de concurso público, conforme previsão da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.112/1990. O último concurso realizado no FNDE foi em 2012, e uma necessidade para atenuar a escassez de servidores é a realização de concurso público.

- 1 Solicitação de autorização para a realização de concursos
- 2 Pedido para a realização de Processo Seletivo Simplificado.
- 3 Verificação sobre a possibilidade de retorno de servidores cedidos.
- 4 Movimentação de servidores de acordo com perfis necessários.

Como não houve ingresso de novos servidores, a busca tem sido por conciliar necessidades a partir da realocação de pessoal. No decorrer de 2019 foram efetuadas, aproximadamente, 111 (cento e onze) movimentações/lotações de servidores, todas na modalidade de movimentação interna ou de servidores que retornaram de cessão ou afastamentos.

### Capacitação: Estratégia e Números

Buscando promover o desenvolvimento contínuo dos servidores com foco na efetividade do alcance dos objetivos do FNDE, alinhando as competências individuais às competências institucionais, as ações de capacitação no ano de 2019 foram realizadas em sintonia com as áreas de atuação definidas na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), voltadas para os temas de Políticas Públicas; Gerencial; Liderança; Organização e Inovação Institucional; Estratégia e Planejamento; Logística e Compras Públicas; Documentação e Arquivo; Orçamento e Finanças; Gestão de Pessoas; Tecnologia da Informação e Comunicação; Auditoria e Controle Interno; Comunicação e Ética.

Do orçamento de 2019, em que a dotação orçamentária foi de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), o valor total de despesas empenhadas foi de R\$ 1.481.670,94 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta reais e noventa e quatro centavos).

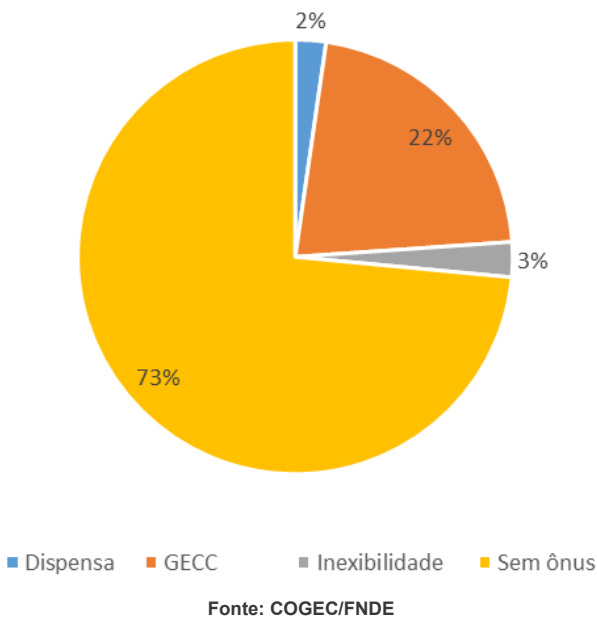
Para potencializar as capacitações, considerando a diminuição do orçamento, e atender o maior número de servidores, a promoção de capacitação mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores do próprio quadro de pessoal, na qual são remunerados por meio da Gratificação por Encargos de Curso ou Concurso (GECC), foi adotada como estratégia.

A utilização dessa estratégia teve como objetivo desenvolver competências a partir das já existentes na Autarquia, disseminar e compartilhar conhecimento e valorizar os servidores do FNDE. Alinhado a isto, houve, também, um número significativo de capacitações sem ônus, contando com cursos, oficinas, workshops e palestras.



A realização de cursos sem ônus e pela GECC permitiu a participação de 615 (seiscentos e quinze) cursistas.

Capacitação por Modalidade



Nessa direção, deu-se continuidade à parceria iniciada em 2018, com a Universidade de Brasília, para oferta de mestrado profissional.

Como resultado alcançado, 4 (quatro) servidores iniciaram o curso de Mestrado Profissional em Educação e 5 (cinco) no Mestrado Profissional em Gestão Pública. Para esse último curso, também foram selecionados mais 10 (dez) servidores com início das aulas previsto para 2020.

Outra estratégia de desenvolvimento e retenção de servidores foi a concessão de incentivos educacionais sob a forma de ressarcimento parcial de despesas com cursos de idiomas, graduação e pós-graduação.

Beneficiários por Modalidade de Incentivo Educacional

Incentivo	Quantidade de Beneficiários
Graduação	17
Idioma Estrangeiro	38
Especialização	16
Mestrado	11
Doutorado	4

Fonte: COGEC/FNDE

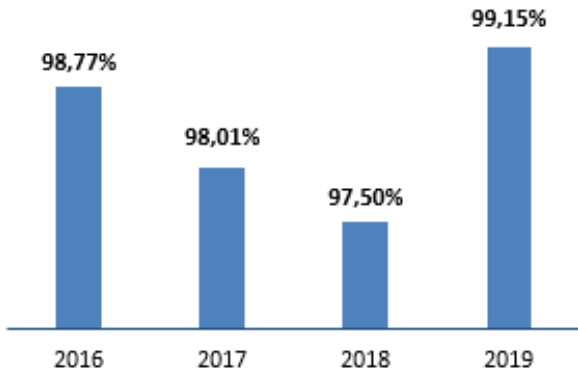
Devido à restrição orçamentária imposta a partir de 2019, a Autarquia suspendeu o início de novas capacitações, tanto de incentivos como individuais, o que vem ocasionando uma queda na quantidade de servidores capacitados.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho individual dos servidores do FNDE, prevista pela Lei nº 11.357/2006, pelo Decreto nº 7.133/2010 e, internamente, por meio da Portaria nº 1.073/2010, é um importante instrumento de gestão para monitorar a produtividade, a iniciativa, o cumprimento das normas, o trabalho em equipe e o comprometimento com o trabalho pelos servidores.

Histórico Avaliação de Desempenho no FNDE – 2016/2019



Fonte: COGEC/FNDE

Progressão Funcional

O processo de progressão e promoção dos servidores do quadro efetivo do FNDE é regido pelo Decreto nº 8.150/2013 e pela Portaria nº 603/2013.

- **Progressão:** passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe;
- **Promoção:** passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

No ano de 2019, um total de 152 (cento e cinquenta e dois) servidores progrediram e outros 145 (cento e quarenta e cinco) foram promovidos.



### Remuneração das Carreiras

De acordo com a Lei nº 11.357/2006, a estrutura remuneratória dos cargos que integram o quadro próprio de pessoal do FNDE é composta de:

**REMUNERAÇÃO** = **Vencimento Básico** + **Gratificação de Desempenho**



O infográfico a seguir registra os valores das remunerações finais para cada cargo do plano de carreira.



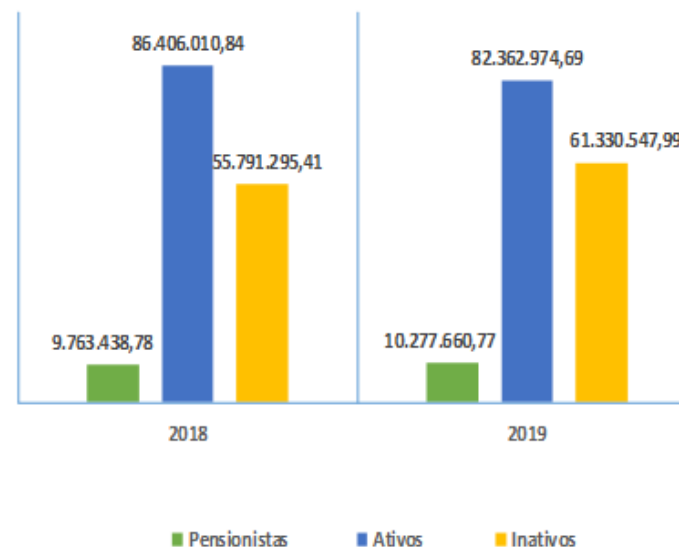
Fonte: COAPE/FNDE

### Detalhamento da Despesa de Pessoal

#### Evolução do Gasto de Pessoal (2018-2019)

Considerando as carreiras, para a remuneração do pessoal da Autarquia em 2019, as despesas corresponderam a R\$ 153,9 milhões (cento e cinquenta e três milhões e novecentos mil), superando em 1,3% as despesas do exercício 2018.

Total de Despesas com Pessoal 2018-2019



Fonte: COAPE/FNDE

Os dados revelam maior crescimento nas despesas com beneficiários de pensão civil e inativos. Por sua vez, o custo com a folha de pagamento de servidores ativos apresentou redução de aproximadamente R\$ 4 (quatro) milhões em relação a 2018.

### Reposição ao Erário

Outro fator que reflete no gasto de pessoal se trata das devoluções de recursos. Em 2019 foi contabilizado o total de R\$ 1.094.350,07 (um milhão, noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e sete centavos) a serem restituídos ao erário, em 53 diferentes processos, decorrentes de pagamentos indevidos a servidores.

Os ajustes foram realizados de acordo com a orientação normativa nº 05/2013/MP, respeitados, em todos os casos, o contraditório e a ampla defesa dos servidores.

### Comunicação Institucional

Como estratégia de comunicação institucional, a área de gestão de pessoas buscou manter canais de comunicação transparentes com o servidor, inovando em ferramentas que possibilitaram uma melhor divulgação de suas ações. Investiu em novas ações de comunicação interna, primeiramente a fim de melhor divulgar atividades de capacitação. Em seguida, expandiu essas ações sobre todos os assuntos relacionados à Gestão de Pessoas na Casa. Destacam-se em 2019:





- Reformulação da intranet, com a finalidade de melhorar a visualização. Agora, as notícias possuem maior destaque em página inicial, além dos avisos de seminários, palestras e cursos voltados para a formação e atualização profissional dos servidores. Os links levam o usuário para as páginas dos projetos de Capacitação, de Avaliação de Desempenho e das iniciativas da Gestão do Conhecimento e o Programa Qualidade de Vida. Além disso, o menu “Agenda” informa os dias e horários de cursos previstos durante o mês, enquanto o “Acontece” informa sobre os principais eventos institucionais.



- O Informativo Pessoas em Foco, em seu 4º Ano, teve cinco números publicados, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro. Foi transformado em Newsletter Pessoas em Foco no fim do segundo semestre, contando, a partir daí, com publicação eletrônica quinzenal. Composto por pequenas chamadas, fotos ilustrativas e links diretos para uma média de cinco novas matérias na página da CGPEO na intranet por edição, o formato simplificou o processo de produção do informativo. Ainda, além de destacar as informações mais importantes divulgadas, funciona atualmente como um convite para que o leitor saiba mais sobre os assuntos de seu interesse na intranet. O Pessoas em Foco ganhou mais dinamismo e a atualização das notícias passou a ser mais rápida e frequente.

## Ações Voltadas para Saúde e Qualidade de Vida

No ano de 2019, o Programa Qualidade de Vida (PQV) promoveu uma série de ações em prol da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de toda a Autarquia, alinhadas com os objetivos estratégicos de promover a valorização e a inclusão social da força de trabalho e de assegurar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros.

### Ações Programa Qualidade de Vida

Atividade	Descrição
Ação de Carnaval (Semana de Prevenção)	Prevenção da Saúde: Medição de Índice Glicêmico; Aferição de pressão arterial; Medição de pressão ocular; Oficina de óculos; Audiometria e Bioimpedância.
Campanhas de Doação de Sangue	Três campanhas totalizando 56 doações.
Campanha do Agasalho	Arrecadação de doações para lares carentes.
Oficina de Meditação	Meditação guiada, 1 vez por semana para todos os colaboradores.
Homenagem ao dia do estagiário	Homenagem com palestras para os estagiários.
Oficina Solidária de Tricô e Crochê	Produção de toucas para Instituto de Câncer de Brasília.
Oficina de xadrez	Aulas de xadrez uma vez por semana.
Clima Organizacional	Pesquisa para verificar as percepções das pessoas sobre o FNDE. Em 2019 apresentou a taxa de adesão correspondente a 58,97% dos seus colaboradores.
Campanha Solidariedade de Natal	Papai Noel dos Correios. Adoção de 234 cartas.

Fonte: COLEP/FNDE



### PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

✓ **1.200 colaboradores responderam ao questionário**

✓ **69% de índice de favorabilidade**

O resultado demonstra que a qualidade do clima organizacional ainda se encontra em desenvolvimento, e necessita de maior atenção por parte do FNDE, considerando que a percepção dos servidores retrata o ânimo e afeta o rendimento das atividades.

### Conformidade legal

#### Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, envolvendo todos os aspectos apresentados neste relatório, o FNDE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

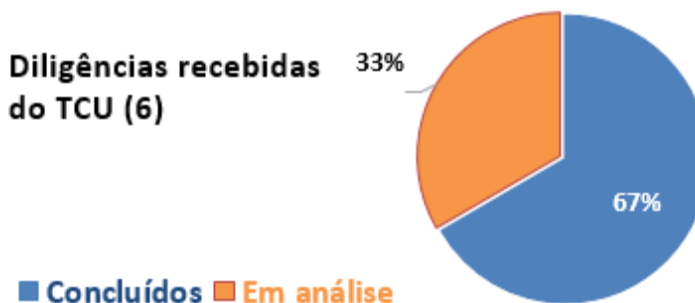
O ano de 2019 foi marcado por diversas mudanças nos normativos que regem a gestão de pessoas no Poder Executivo Federal, por meio de novos Decretos e outras normas regulamentadoras. Podemos citar o Decreto nº 9727/2019, o Decreto nº 9.991/2019, Instrução Normativa nº 201/2019, Decreto nº 10.139/2019, Instrução Normativa nº 213/2019, dentre outros.

Com isso, surgiu a necessidade de revisão e atualização de diversos normativos internos do FNDE, para adaptá-los às novidades trazidas pela legislação. Podemos citar como principais exemplos: a retribuição por titulação, o processo seletivo para ocupação de DAS e

FCPE, a capacitação dos servidores, e o Teletrabalho.

### Apontamentos dos Órgãos de Controle

**Diligências recebidas do TCU (6)**



Fonte: COAPE/FNDE

As diligências recebidas trataram de acumulação irregular de cargos e do descumprimento da jornada de trabalho por servidores. Dessas, 67% foram concluídas após abertura de processo administrativo, com deliberação baseada em análise técnica e jurídica, tratadas individualmente com cada servidor.





### Indicadores de Conformidade

A avaliação quanto à legalidade dos atos de Gestão de Pessoas no FNDE foi medida a partir dos seguintes parâmetros:

- Controle e Acompanhamento dos registros de informação no e-pessoal;
- Controle e Acompanhamento dos processos de reposição ao erário pelo SIPEC;
- Manifestações exaradas em comparação com o resultado final do processo administrativo;
- Revisão periódica do teto constitucional.

Todas as concessões de aposentadorias, pensões e desligamentos, durante o exercício 2019, foram devidamente cadastradas no e-Pessoal, sendo que não houve ocorrência de admissão no referido exercício.

No que se refere a manifestações exaradas, dos 156 (cento e cinquenta e seis) pareceres emitidos, somente 10 (dez) não obtiveram resposta conclusiva, sendo que nove destas manifestações, trataram de demandas de informações com temas relativos às competências da área.

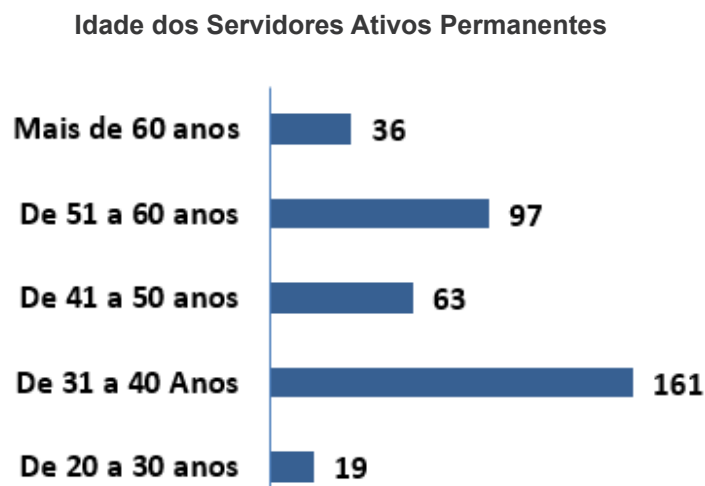


Fonte: COLEP/FNDE

### Principais Desafios e Ações Futuras

#### Envelhecimento do Quadro

Um dos principais desafios é que exige especial atenção para manter o conhecimento, os saberes e a memória histórica do FNDE é a concentração de servidores com idade superior a 50 (cinquenta) anos. Dos 376 (trezentos e setenta e seis) servidores ativos permanentes, 133 (cento e trinta e três) já se encontram nessa faixa etária, sinalizando uma proximidade do momento de aposentadoria. Inclusive, desse total, 87 (oitenta e sete) já recebem o abono de permanência, preenchendo todos os requisitos para aposentaria imediata.



Fonte: COAPE / FNDE

#### Gestão do Conhecimento

Pensando nesse desafio que envolve o desligamento dos servidores, foi recomendado projeto com o objetivo de desenvolver ações que resgatem e institucionalizem a gestão do conhecimento e a educação corporativa no FNDE. A iniciativa foi incluída no projeto de cooperação técnica internacional “Resgate e Fortalecimento de Ações de

Educação Corporativa” (Código 914BRZ1073.3), firmado entre o Ministério da Educação – MEC, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, iniciado em 2018, com continuidade em 2019.

O desenvolvimento do projeto seguiu três eixos estratégicos, voltados para retenção, consolidação e superação das lacunas de conhecimento, e sua execução ocorreu com as seguintes ações:

- **História Oral**, ação voltada para a preservação da memória contando com capacitação e coleta de saberes e experiências dos servidores;
- **Periódico de publicação seriada**, para divulgar pesquisas realizadas por servidores e instituições científicas;
- **Pesquisa com reunião de experiências e estratégias**, para definição do modelo integrado de assistência técnica no FNDE;
- **Café do Conhecimento**, encontros entre servidores para proporcionar reflexão, criação de soluções, troca de ideias;
- **Projeto Diálogos FNDE**, para oportunizar diálogo, interação e troca de experiências e de conhecimentos entre áreas;
- **Seminário de pesquisa**, realizado para promover a disseminação do conhecimento produzido pelos servidores participantes dos programas de mestrado e doutorado, valorizar a produção científica da Casa e impulsionar novas pesquisas.

#### Implantação do Modelo de Teletrabalho

Destaca-se ainda, como desafio e ação futura, com início previstos para 2020, a implementação do Programa de Gestão em Teletrabalho, regulamentado pela Instrução Normativa nº 1/2018. A experiência piloto foi regulamentada internamente pela Portaria nº 475/2019, com previsão de 100 (cem) vagas. Nesse modelo de gestão, o servidor executa suas atribuições funcionais integralmente fora das dependências da unidade com o uso de equipamentos próprios, dispensado do controle de frequência, sendo o acompanhamento feito por meio de metas superiores em 30% àquelas estabelecidas para o trabalho presencial.



A utilização do **Teletrabalho** busca conciliar o interesse dos servidores e a busca pela eficiência da Administração Pública. Além disso, o programa possibilita a economia dos recursos públicos que seriam utilizados na manutenção da infraestrutura necessária ao trabalho de tais servidores, além de reduzir os impactos socioambientais referentes a seu deslocamento para a sede do FNDE.



Em 2019 foram apresentados 48 (quarenta e oito) planos de trabalho, com a indicação de 85 (oitenta e cinco) servidores para ocupação. Após avaliação prévia pela área de gestão de competências, 31 Planos de Trabalho se encontram em análise pelo Comitê Gestor do Teletrabalho (CGT).

### Proposta de Seleção para Cargos Gerenciais

A publicação do Decreto nº 9.727/2019, que estabeleceu a autorização formal de realização de Processos Seletivos para “subsidiar a escolha para a ocupação de DAS ou FCPE”, fortaleceu a proposta que já vinha sendo elaborada no âmbito do FNDE para regulamentar os procedimentos e critérios a serem utilizados, para a retomada da realização desses processos seletivos.



### Resultados

- Aumento de capacitações sem custo e por GECC;
- Implementação de critérios para publicação de DAS e FCPE;
- Implantação do Programa de Gestão do Teletrabalho;
- Início das Ações de Gestão do Conhecimento.



### Desafios e Riscos

- Manutenção das capacitações e ampliação das ações de qualidade de vida;
- Autorização para seleção por concurso público e CTU;
- Continuidade ao Projeto de Gestão do Conhecimento por meio de Acordo de Cooperação com a UNESCO;
- Ações para desenvolvimento do clima organizacional.



## Gestão de Licitações e Contratos

A área de Licitações e Contratos passou, no ano de 2019, por uma reformulação, tendo alterado seu organograma e suas estruturas internas, com as respectivas cadeias de comando, por meio da Portaria nº 566, de 30/10/2019, tem-se a Coordenação de Contratos, a de Licitações e a de Planejamento.

### Base Legal e Marcos Normativos

Em sua atuação diária, a Coordenação Geral de Articulação e Contratos (CGARC) fundamenta suas práticas em diversos textos legais, instruções normativas, bem como na legislação específica concernente aos contratos administrativos, à gestão dos contratos e aos procedimentos relacionados à licitação, dentre os quais pode-se citar:

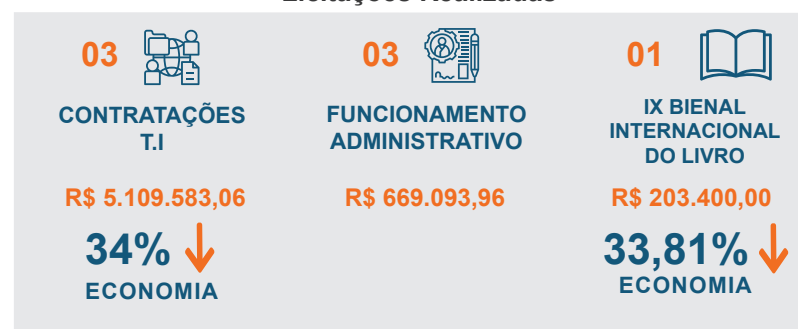
- I. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II. Decreto Lei 200/67;
- III. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- IV. Portaria nº 9.784, de 1999;
- V. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- VI. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- VII. Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 MCTIC
- VIII. Resolução CD/FNDE nº 20, de 03/10/2014
- IX. Resolução/CD/FNDE nº 14 de 08 de junho de 2012.

## Licitações

### Modalidade Pregão Eletrônico em 2019

A Assessoria Técnica, área específica que promove licitações na modalidade pregão eletrônico, realizou, em 2019, 26 certames com os mais diversos objetos, sendo que, destes, 07 foram finalizados, adjudicados e homologados, a saber:

### Licitações Realizadas



O conjunto das contratações de Tecnologia da Informação estão relacionadas com os seguintes objetivos estratégicos do FNDE:

- Promover a modernização dos serviços de tecnologia da informação;
- Aumentar a eficiência dos processos de negócio.

Já no que concerne a contratação para IX Bienal Internacional do Livro, esta se justifica pela necessidade de acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações *in loco* e propiciar a representação do FNDE em eventos oficiais e está relacionada com os seguintes objetivos estratégicos:

- Melhorar a comunicação e interação com a sociedade e entes externos.
- Desenvolver o monitoramento integrado e avaliação.

### Interpretando os Valores

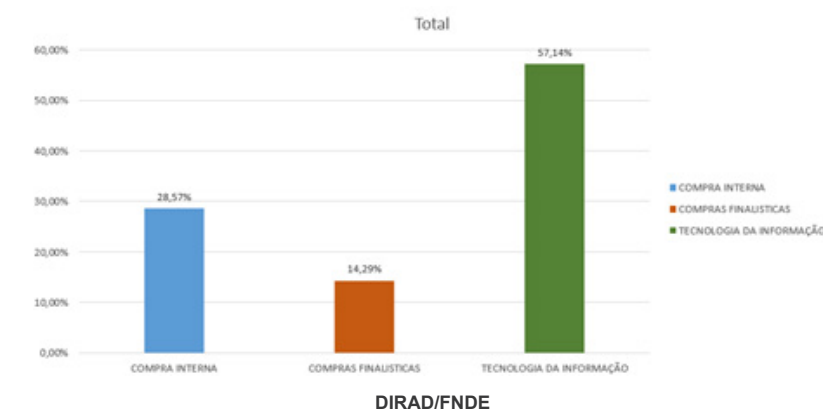
Em relação aos valores e aos tipos de aquisição, vê-se que as compras relacionadas à Tecnologia da Informação foram as que tiveram maior valor nominal. O valor total estimado para as licitações em 2019 perfaz o montante de R\$ 8.674.072,37.

### Total de Compras



Em relação à economia nos procedimentos licitatórios, vê-se que o valor efetivamente licitado foi o montante de R\$ 5.982.077,02. Conclui-se, portanto, que o valor total economizado nas licitações em 2019 perfaz o montante de R\$ 2.691.995,35, correspondente a um percentual de 21,75% de economia. Os percentuais para cada tipo de aquisição se encontram no gráfico abaixo.

### Percentuais de Aquisição

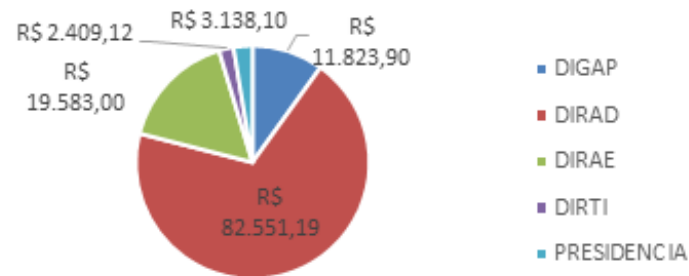




## Modalidade Dispensa e Inexigibilidade de Licitações em 2019

Considerando que uma dessas competências diz respeito ao conjunto de compras internas, devendo viabilizar os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei N° 8.666/93, o FNDE realizou 17 procedimentos de dispensa de licitação com diversos objetos, entre os quais aquisição de materiais e serviços de manutenção. Tais procedimentos totalizaram o valor de R\$ 112.508,42, tendo sido gastos, por diretoria, nos seguintes termos:

### Valores Gastos em Processos de Dispensa de Licitação por Diretoria



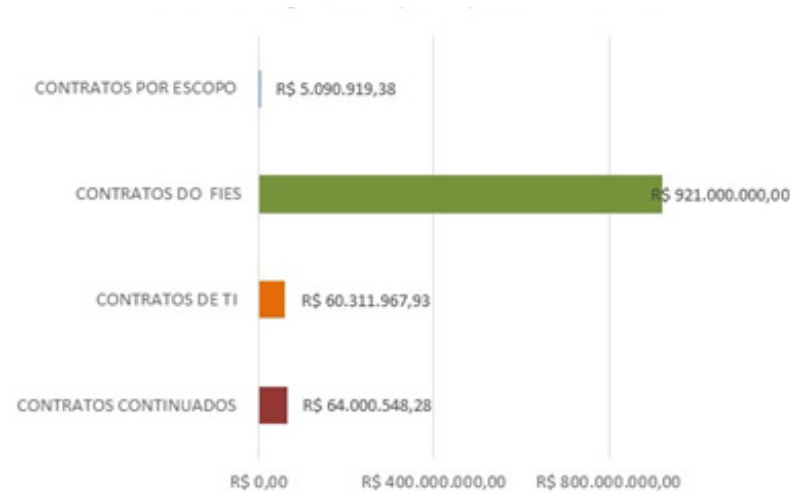
## Contratos Administrativos

Considerando os trabalhos realizados pelo FNDE, em especial no que tange ao acompanhamento e pagamento dos respectivos contratos, tem-se no ano de 2019:

- Contratos continuados – mão de obra exclusiva;
- Contratos continuados;
- Contratos por escopo;
- Contratos de TI;
- Contratos do Fies;

Considerando os contratos mencionados, temos o valor total para o ano de 2019:

### Soma de Pagamento por Tipo de Contratos



## Resultados

- A área de Compras e Contratos do FNDE foi reestruturada, fortalecendo os objetivos estratégicos e institucionais.
- No que tange às compras e licitações, 26 certames foram realizados com os mais diversos objetos, sendo que, destes, 07 foram finalizados, adjudicados e homologados.
- No que concerne aos Contratos, foram realizadas diversos tipos de contratações, com monitoramento e administração dos procedimentos administrativos pertinentes.



## Desafios e Riscos

- Fortalecer os processos internos da Autarquia desde a fase de planejamento, apoiando os gestores na elaboração e amadurecimento de suas demandas, até o acompanhamento da execução, auxiliando nos processos de gestão e fiscalização dos contratos administrativos.
- Cenário de contenção orçamentária, chancelado com a publicação da Lei Orçamentária anual, que em 2020 teve uma redução de aproximadamente 42% em relação aos valores dispostos para os gastos com a Administração da Autarquia.
- Sustentabilidade e o aprimoramento dos resultados alcançados para a Administração, além de promover a utilização cada vez mais eficiente dos recursos disponíveis, demonstrando, consequentemente, uma maior efetividade dos gastos públicos.



## Gestão de Compras Nacionais para a Educação

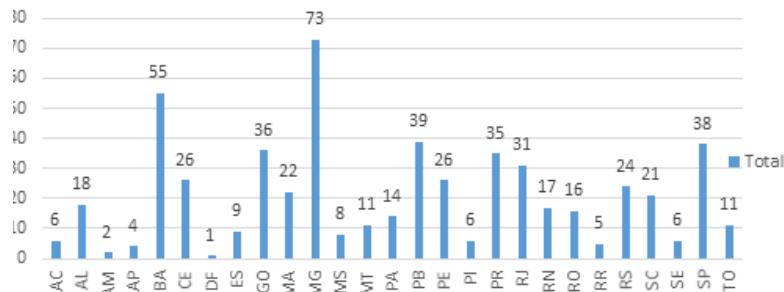
No ano de 2019 foram gerenciadas 9 Atas de Registro de Preços Nacional (RPN), registradas junto a 5 fornecedores distintos, cujo montante registrado alcançou a cifra de R\$ 1.738.654.943,18 (Um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e dez centavos). Para os Ônibus Escolares (Pregão Eletrônico n.º 11/2019) o valor registrado foi de R\$ 1.132.091.200,00 (um bilhão, cento e trinta e dois milhões, noventa e um mil e duzentos reais); para Materiais Escolares (Pregão Eletrônico n.º 02/2018) o valor registrado foi de R\$ 406.471.300,10 (quatrocentos e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil e trezentos reais e dez centavos); para Instrumentos Musicais (Pregão Eletrônico n.º 01/2018) o valor registrado foi de R\$ 179.985.600,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais) e para Ventilador Escolar (Pregão Eletrônico n.º 03/2019) o valor registrado foi de R\$ 20.106.843,00 (vinte milhões, cento e seis mil oitocentos e quarenta e três reais).

- Instrumentos Musicais (2 Atas de Registro de Preços)
- Material escolar (2 Atas de Registro de Preços)
- Ônibus Escolar (4 Atas de Registro de Preços)
- Ventilador Escolar (1 Ata de Registro de Preços)

As atas do RPN ficaram à disposição dos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para utilização por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços (SIGARP), observado o quantitativo registrado para cada item. Foram recebidas 760 solicitações para utilização das atas por parte dos Órgãos Participantes de Compra Nacional, das quais 560 (74%) foram autorizadas. Dentre as demais encontram-se as solicitações indeferidas pelo FNDE e as que foram canceladas pelos próprios solicitantes (26%).

O gráfico abaixo demonstra o número de solicitações por Unidade da Federação.

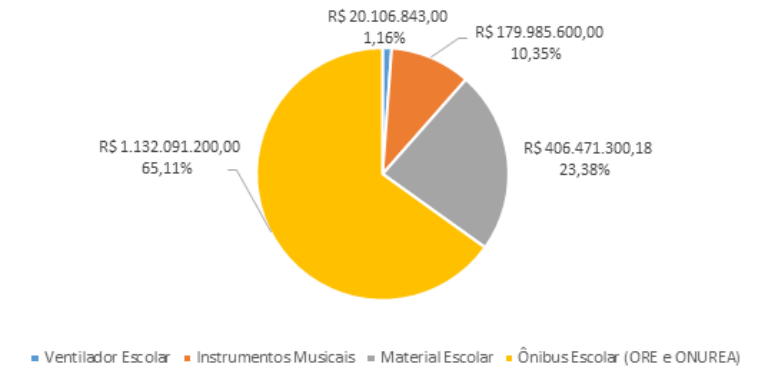
Número de Solicitações por UF (OPCN) PE/2019



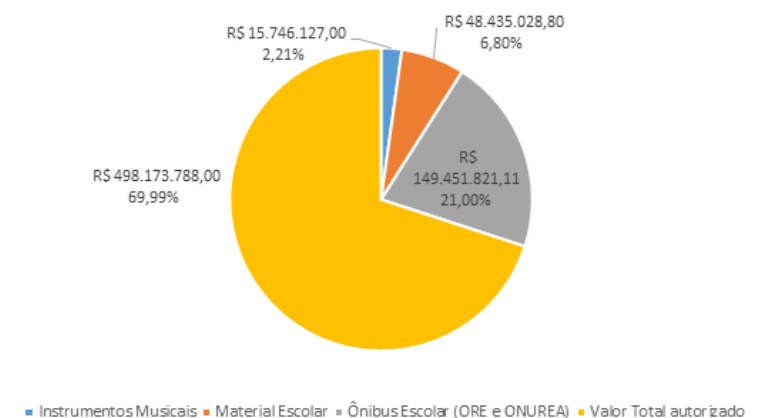
O valor total registrado das atas assinadas em 2019 perfaz o montante de R\$ 1.738.654.943,18 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e dez centavos). Para os Ônibus Escolares (Pregão Eletrônico n.º 11/2019) o valor registrado foi de R\$ 1.132.091.200,00 (um bilhão, cento e trinta e dois milhões, noventa e um mil e duzentos reais); para Materiais Escolares (Pregão Eletrônico n.º 02/2018) o valor registrado foi de R\$ 406.471.300,10 (quatrocentos e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil e trezentos reais e dez centavos); para Instrumentos Musicais (Pregão Eletrônico n.º 01/2018) o valor registrado foi de R\$ 179.985.600,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais) e para Ventilador Escolar (Pregão Eletrônico n.º 03/2019) o valor registrado foi de R\$ 20.106.843,00 (vinte milhões, cento e seis mil oitocentos e quarenta e três reais).

O valor total autorizado para as solicitações no SIGARP no ano de 2019 perfaz o montante de R\$ 711.806.764,91 (setecentos e onze milhões, oitocentos e seis mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos). Foram autorizados R\$ 498.173.788,00 (quatrocentos e noventa e oito milhões, cento e setenta e três mil setecentos e oitenta e oito reais) para aquisição de Ônibus Escolar; R\$ 149.451.821,11 (cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e um reais e onze centavos) para aquisição de Material Escolar; R\$ 48.435.028,80 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil vinte e oito reais e oitenta centavos) para aquisição de Instrumentos Musicais e R\$ 15.746.127,00 (quinze milhões, setecentos e quarenta e seis mil cento e vinte e sete reais) para aquisição de Ventilador Escolar. Esses montantes representam, respectivamente, 69,99%, 21%, 6,8% e 2,21% do valor total autorizado. Os gráficos ao lado representam o montante dos recursos registrado e o autorizado.

Objeto do RPN 2019 - Montante Registrado por Produto



Montante Autorizado por Produtos - OPCN







### Resultados

- Reestruturação da unidade de compras do FNDE: considerando o forte viés finalístico das compras governamentais promovidas pela Autarquia em âmbito nacional, por intermédio do RPN, a reestruturação da área de compras se fez oportuna no sentido de especializar os processos de compras voltados para a implantação de programas de Governo inseridos na área da Educação.
- No mesmo sentido, foram estabelecidas parcerias técnicas com o Instituto Federal de Brasília (IFB), com foco inicial para a especificação e controle de qualidade dos Caminhões Frigoríficos do PNAE, e com a Fundação para Desenvolvimento da Educação de São Paulo (FDE SP), com aporte específico no controle de qualidade de mobiliário escolar e infantil.



### Desafios e Riscos

- O FNDE não possui atas de registro de preços vigentes e com quantitativo disponível para possibilitar a utilização pelos Órgãos Participantes de Compras Nacionais - OPCN, principalmente para os produtos considerados recorrentes em solicitações no SIGARP, o que dificultaria o cumprimento da competência legal da Autarquia.
- Os fornecedores entregarem aos órgãos/entidades contratantes produtos fora das especificações técnicas e dos requisitos de qualidade estabelecidos.
- Os itens licitados não atenderem as necessidades da rede de ensino. Divulgação, implementação e tratamento de dados do projeto piloto do aplicativo “Confere aí”, a ser utilizado para as atas vigentes.
- Envio de demandas iniciais, para consecução de planejamento de compra atingível, com vistas à redução/eliminação de interstício entre as atas de registro de preços.

### Ações Futuras

Elaboração e consolidação de um cronograma plurianual de compra nacional para educação.

Compras Sustentáveis: ampliar critérios ambientais nas especificações contidas nos editais de licitação, com base em boas práticas internacionais, para a aquisição de produtos e contratação de serviços, de forma a minimizar os impactos ambientais.

Gestão do Conhecimento: elaboração do documento Memória de Compra Nacional, que consolidará o histórico de compras realizadas no âmbito do FNDE.

Disponibilização de APP Confere Aí para que os parceiros das diversas unidades da federação possam receber orientações sobre o recebimento de produtos e avaliação das especificações.

Realização de palestras e oficinas EAD e presenciais com vistas à socialização do conhecimento sobre as diversas ações relacionadas às aquisições/contratações, internas e nacionais.

Aprimoramento dos procedimentos relacionados às Audiências e Consultas Públicas, visando tornar o resultado dessas ações mais efetivos, contribuindo para o deslinde mais célere dos procedimentos licitatórios.



## Gestão Patrimonial, Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental

As atividades de logística no setor público vêm assumindo um caráter estratégico em virtude das exigências da sociedade por mais eficiência e efetividade na atuação estatal, com foco na melhoria da qualidade dos serviços e na racionalização dos recursos públicos.

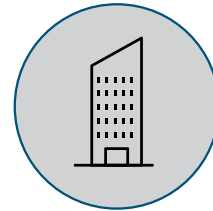
As atividades de suporte logístico materializam-se nos seguintes eixos:



### Conformidade Legal

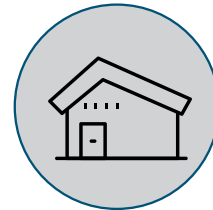
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Portaria nº 629, de 3 de agosto de 2017; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Portaria FNDE nº 693/2012;
- Instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012; e
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O FNDE dispõe de 3 (três) imóveis em utilização. As atividades de suporte logístico materializam-se nos seguintes eixos:



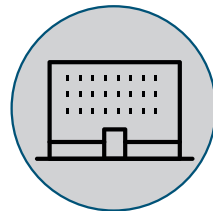
#### Edifício FNDE (Sede)

Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 2, Bloco 'F', Asa Sul – Brasília/DF  
**Imóvel Próprio**  
19.004,90 m<sup>2</sup>



#### Depósito do FNDE (Debra)

Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 1, Lotes 170/230 – Brasília/DF  
**Imóvel Próprio**  
2.556,55 m<sup>2</sup>



#### Edifício Elcy Meireles

Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, Bloco 'I', Lote 11, Asa Sul – Brasília/DF  
**Imóvel Alugado**  
10.798,94 m<sup>2</sup>  
Custo mensal: R\$ 259.081,12

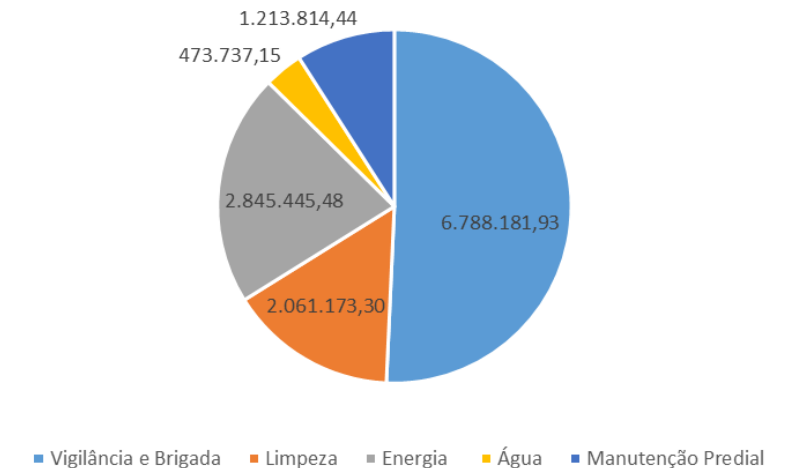
Além dos imóveis citados, a entidade possui 02 (dois) imóveis contíguos desocupados (terrenos), com área de 200m<sup>2</sup> cada, situados no Bairro Asa Sul, em Brasília/DF. Considerando os limites orçamentários para as despesas de custeio e as metas e prioridades estabelecidas para a Administração Pública Federal em relação às diretrizes orçamentárias da União para o ano de 2019, as despesas com aluguel de imóveis serão eliminadas por meio da aquisição de novo imóvel decorrente de permuta com imóvel de particular, cujo processo licitatório encontra-se em curso.

## Administração Predial

Estão em andamento os projetos de racionalização da ocupação dos imóveis por meio da redefinição de leiautes dos andares, bem como os projetos de Retrofit do Edifício Sede e do Depósito, com vistas a adequações voltadas para acessibilidade, sustentabilidade e obtenção do HABITE-SE.

O FNDE conta com 41 (quarenta e um) contratos para a prestação de serviços logísticos.

### Principais Custos com Serviços Prediais em Reais (R\$)



Fonte: SIAFI Gerencial

Nesse contexto, estão em curso os estudos preliminares para a integração dos serviços sob o modelo da gestão por *facilities*, com foco no resultado por operações e no aumento da eficiência.

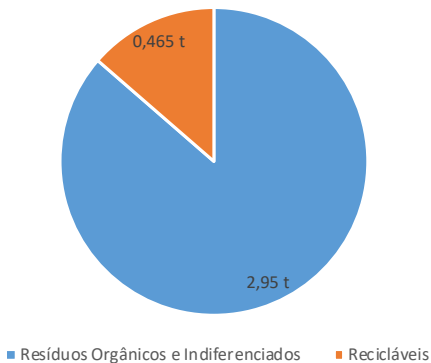




Redução de Resíduos Poluentes

**Coleta Seletiva:** O FNDE é equiparado a grande gerador de resíduos sólidos. Isto posto, o gerenciamento destes resíduos e o conjunto de atividades planejadas, que incluem segregação, coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, são integralmente de responsabilidade da Autarquia, tendo como objetivo a redução do lixo através de seu reaproveitamento por meio da separação e recolhimento dos resíduos conforme sua constituição: orgânico, reciclável e rejeito.

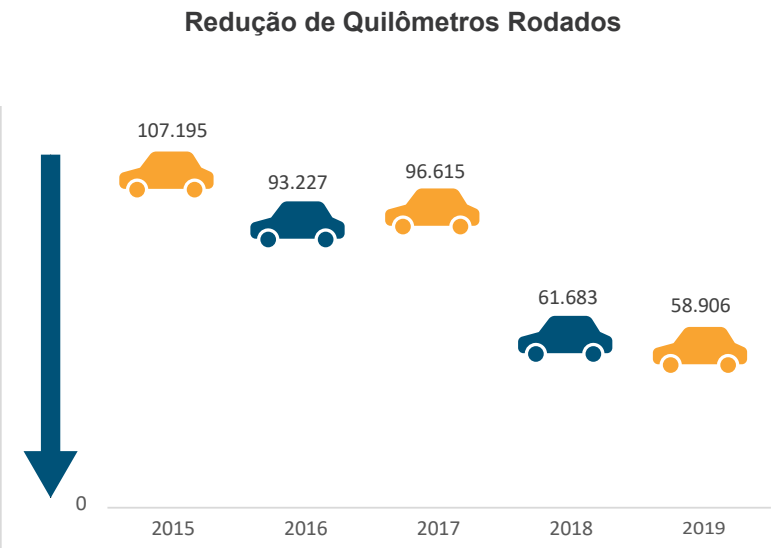
Gráfico 1- Resíduos Recolhidos no FNDE- 2019 (Média Mensal)



Fonte: CGLOG/FNDE

Em 2019 foi firmado acordo com a Empresa Ecopense Coleta de Resíduos Eireli para recolhimento do lixo orgânico e indiferenciado, com atividades a partir de agosto/2019.

**Redução de Gases Poluentes:** O controle efetivo do serviço de transporte de pessoas e documentos (pequenos volumes) desencadeou na racionalização do uso da frota, impactando positivamente na redução de aproximadamente 3,01 toneladas de dióxido de carbono depositado no planeta, no período compreendido entre 2016 e 2019 (pesquisa realizada no site: <http://www.iniciativaverde.org.br/calculadora/index.php>), a partir das informações elencadas abaixo.





Obs.: Os valores do relatório de gestão/2018 no que tange à economia de transporte foram alterados tendo em vista a necessidade de correção por duplicidade na soma na economia de KM rodado. Contudo, mesmo com o ajuste, a economia se manteve em todos os anos.

**Ações para Redução de Consumo de Recursos Naturais:** Tornar o FNDE uma instituição mais sustentável, com o objetivo de supervisionar os principais pontos de consumo de energia elétrica e água, possibilitando a identificação “on-line” de anormalidades nos sistemas e consequentemente, uma gestão mais eficiente.

Realização de campanhas para racionalizar o consumo de água e energia, por meio da execução de atividades de sensibilização dos servidores e colaboradores.

Demonstrativo de Consumo de Energia Elétrica e Água

Ceb/ 2019				
2018	2019	Diferença	Percentual de aumento	
M³				
17.450	17.694	244	1,40%	
Caesb/2019				
2018	2019	Diferença	Percentual de Redução	
KWH				
3.387.235	3.271.991	- 115.244	-3,40%	

Fonte: FNDE

Ações Futuras

- Emissão de “Carta Habite-se” do Edifício Sede
- Retrofit dos edifícios sede e Debras
- Adequação e Acessibilidade dos Edifícios do FNDE
- Protocolo Digital
- TaxiGov



**Ação Concluída**

Contratação da empresa que visa à **adequação de projeto arquitetônico** e de segurança contra incêndio e pânico do edifício sede do FNDE.

**Ação em Andamento**

**Substituição de Luminárias** do Ed. Sede: 2.080 lâmpadas substituídas, com economia energética de 12 mil reais no exercício de 2019. Ressalta-se que o processo é gradativo com previsão de término em agosto/2020.

**Processo de permuta de imóvel:** Projeto Básico foi encaminhado à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), em setembro/2019.

**Ação para 2020**

**Implantação do TáxiGov:** o Ministério da Economia autorizou a Adesão à Ata de Preço por meio do OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1213/2019/ME, datado de 04/11/2019, e os trâmites para celebração do contrato não foram finalizados dentro do exercício de 2019.

**Resultados**

- Desfazimento de ativos: ainda quanto à gestão patrimonial, o FNDE realizou o desfazimento de ativos, no total de 4.998 itens por meio de doação para escolas e órgãos públicos federais, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018;
- Vistorias periódicas para verificar e eliminar possíveis vazamentos;
- Campanha de conscientização;
- Armazenamento da água do ar condicionado para a utilização na lavagem das garagens
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

**Desafios e Riscos**

- Desligamento dos micro-ondas quando não estiverem em uso;
- Desativação de elevadores fora do expediente;
- Continuidade da Campanha de Conscientização.



## Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

### Modelo de Governança de TIC

O modelo de governança de TIC da Autarquia é composto por um conjunto de papéis e responsabilidades, estruturas e políticas que visam garantir benefícios às áreas de negócio do FNDE, atendendo suas necessidades de TIC atuais e futuras.

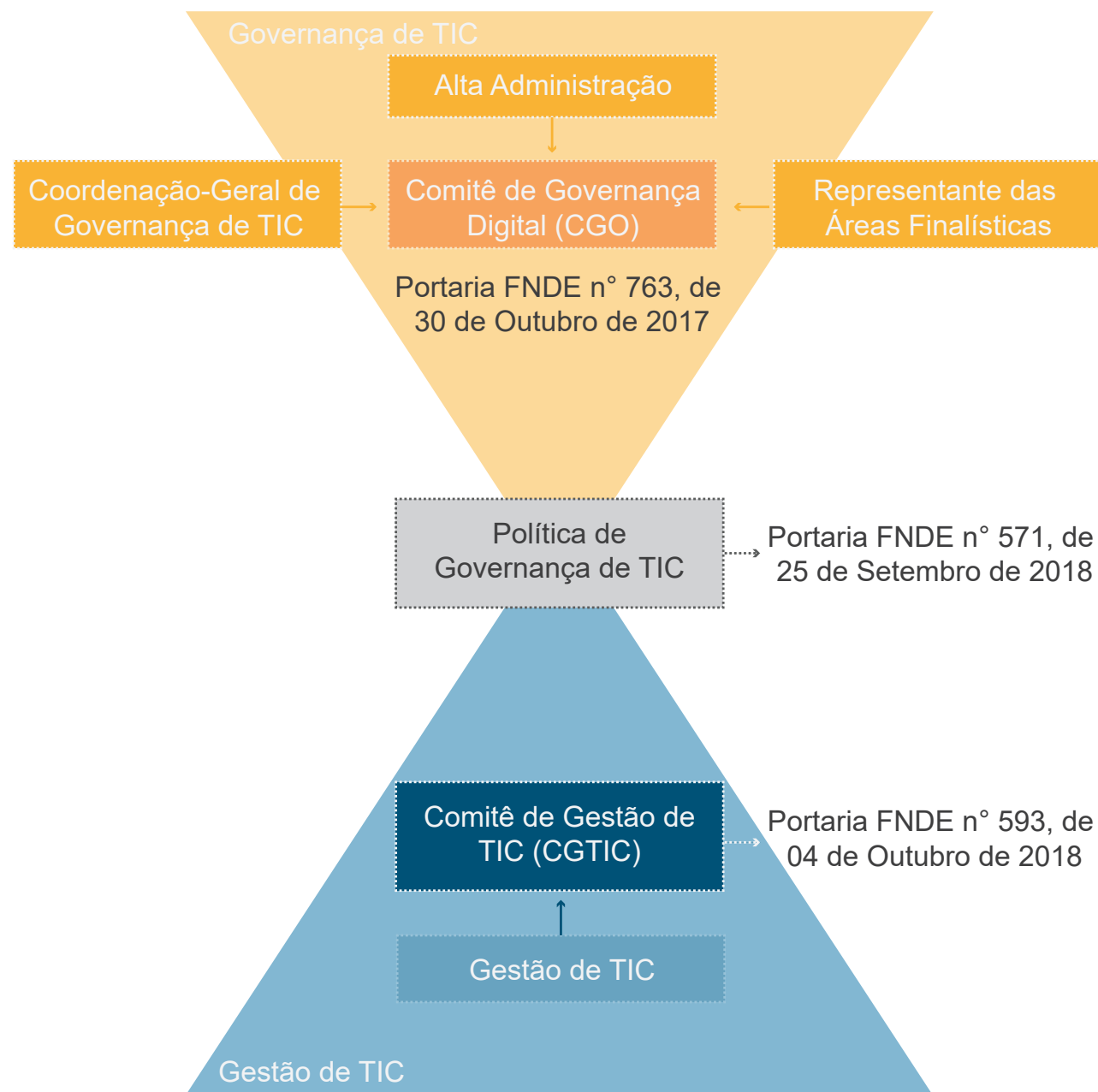
A instância de governança de TIC da Autarquia é representada pelo Comitê de Governança Digital (CGD), estrutura colegiada, de caráter estratégico e deliberativo, com a finalidade de deliberar sobre princípios, diretrizes, políticas e planos relacionados à Governança Digital, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Segurança da Informação e Comunicação (SIC), Segurança Cibernética (SegCiber) e Dados Abertos.

Os princípios e diretrizes a serem observados pela governança de TIC no âmbito do FNDE, bem como a especificação dos direitos decisórios sobre TIC, encontram-se definidos na Política de Governança de TIC da Autarquia.

A figura ao lado apresenta, em linhas gerais, o modelo de governança de TIC do FNDE, ilustrando seus principais elementos.

### Principais Ações e Resultados da Área de TIC

Durante 2019, diversas ações de TIC foram desenvolvidas pela DIRTl com o objetivo de atender as demandas da Autarquia, dentre elas destacam-se no quadro da próxima página.





Iniciativas/Projetos	Descrição	Entregas Realizadas	Área Impactada
Automação da carga do censo e projeção do alunado para o Programa Nacional do Livro Didático.	Estabelecer uma solução que garanta o processamento das rotinas da carga do Censo Escolar com todas as validações de regras necessárias, mitigando os riscos dos procedimentos realizados, atualmente, de forma manual e que garanta a confiabilidade nas informações enviadas às bases de dados do FNDE visando atender às necessidades das aplicações que consomem esses dados.	Dados históricos e dados de projeção de alunado baseado no Censo.	DIRAE
Desenvolvimento de painel de gestão de informações de liberações orçamentárias.	Disponibilizar um painel com informações padronizadas, automatizadas, de fácil entendimento e com acesso simplificado com o intuito de dar transparência às liberações orçamentárias do FNDE.	Painel contendo as informações sobre as liberações orçamentárias do SIGEF e SIMEC.	FNDE
Reestruturação dos arranjos de Gerenciamento de Serviços de TI da DIRTl.	Implantar e institucionalizar os processos de Gerenciamento de Serviços de TI na DIRTl visando tornar a TI um provedor de serviços de Tecnologia da Informação de forma a atender com qualidade e eficácia as áreas de negócio do FNDE.	Implantação e institucionalização dos seguintes processos de gerenciamento de serviço de TI.	FNDE
Implantação de solução tecnológica pra automação das práticas de Gerenciamento de Serviço de TI da DIRTl.	Implantar a Solução BMC Remedy ITSM, solução de software de gerenciamento de serviços de TI, para personalizar as principais requisições de serviços ofertados para os clientes de serviços de TI da DIRTl.	Internalização das requisições de serviço na solução de gerenciamento de serviços de TI.	DIRTI
Modernização dos serviços digitais de produtividade e colaboração ofertados pela DIRTl.	Modernizar o parque tecnológico do FNDE com a atualização das estações de trabalho e a disponibilização de novos recursos e serviços de TI a todos os colaboradores da Autarquia.	Atualização e modernização das estações de trabalho desktop em toda Autarquia; Implantação e capacitação das novas ferramentas e serviços: Microsoft One Drive, Teams e Planner; Migração das contas de e-mail para nuvem; e Desativação do serviço Lync.	FNDE
Monitoramento do serviço de TI que suporta o processo de negócio da prestação de contas.	Aprimorar o monitoramento do serviço de Prestação de Contas, fornecendo uma maior transparência na gestão do serviço de TI, monitorando todos os itens de configuração que o compõe.	Monitoramento integral de todo serviço de TI que envolve a Prestação de Contas no FNDE; e Disponibilização de painéis com informações em tempo real sobre o desempenho do serviço de TI.	DIRTI
Implantação de solução tecnológica de integração de bases de dados entre o FNDE e o MEC	Implantar e integração do servidor EXADATA no ambiente de TI do FNDE afim de realizar o espelhamento (replicação) das bases de dados Oracle entre o órgão e o Ministério da Educação - MEC.	Solução EXADATA instalada, configurada e suportando o armazenamento dos bancos de dados Oracle usados nas aplicações no FNDE.	DIRTI
Desenvolvimento de aplicativo móvel para acompanhamento do PDDE, PNAE e PNATE.	Desenvolver um aplicativo móvel que permita aos usuários acompanhar a situação dos programas, execução, repasses financeiros e informações importantes do FNDE.	Painel mobile disponibilizado na loja interna do FNDE com informações sobre PDDE, PNAE, PNATE dos anos de 2014 até 2019.	FNDE
Implantação de solução tecnológica para gestão de publicações científicas.	Disponibilizar solução informatizada para apoiar o processo de gerenciamento e publicação dos artigos e revistas científicas produzidas pelo FNDE.	Institucionalização da ferramenta OJS – Open Journal System utilizada na publicação de artigos e revistas científicas.	Sociedade
Reestruturação da metodologia de desenvolvimento de software	Avaliar, reestruturar e atualizar a Metodologia de Desenvolvimento de Software utilizada no âmbito da DIRTl.	Processo de desenvolvimento de sistemas voltadas para manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva; Processo de desenvolvimento de aplicações mobile; Resumo do processo de desenvolvimento software para os gestores; e Infográficos sobre os processos	DIRTI
Desenvolvimento de solução tecnológica para distribuição livros em formato e-PUB	Desenvolver uma solução para auxiliar no processo de distribuição de livros no formato e-Pub3 para estudantes das escolas públicas com baixa visão, cegos ou disléxicos.	Solução implantada para apoiar o processo de distribuição dos livros didáticos no padrão e-pub3.	Sociedade
Integração do sistema SIFE com a plataforma Moodle	Desenvolver e implantar a integração do sistema SIFE com a plataforma Moodle, de forma a promover a criação, configuração, execução, avaliação, oferta e gestão de cursos para formação continuada, na modalidade a distância, que tem por objetivo, contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiadas pelo FNDE.	Sistema SIFE integrado ao Moodle para apoiar os processos de capacitação e treinamentos EAD.	FNDE
Desenvolvimento de solução tecnológica para automação da prestação de contas do programa PNAE 2011/2012	Automatizar o processo de prestação de contas do FNDE relacionado especificamente ao programa PNAE 2011/2012, bem como as integrações aos sistemas internos e serviços externos, buscando o aprimoramento da quantidade e volume de contas analisadas.	Liberação no SIGPC para diversos programas; Elaboração dos pareceres do conselho; Construção de funcionalidade integrada ao SIMEC para liberação de Termos de Compromisso; Automatização das regras técnicas e financeiras para o PNAE 2011/2012; Geração automática do parecer conclusivo da análise das prestações de contas; Integração com o WS (Debito TCU para cálculo de aplicação no mercado financeiro; SISGRU para reconhecimento de GRU de devoluções; DAPs para identificação de fornecedores da Agricultura Familiar); e Construção de funcionalidade Matriz de Responsabilização para identificar responsáveis e corresponsáveis.	Sociedade
Implantação da Função de Apoio ao Negócio.	Implantar, no âmbito da DIRTl, uma área de apoio ao negócio, com o objetivo de identificar e analisar os problemas e as necessidades de negócio do FNDE que podem ser atendidas por meio de soluções tecnológicas, bem como desenvolver a sistemática de ideação e prototipação de potenciais projetos buscando maximizar a probabilidade de sucesso destes.	Criação de uma função, dotada de colaboradores, responsável por apoiar as áreas de negócio da Autarquia na identificação, definição e atendimento de suas necessidades de TIC.	FNDE
Aquisição de Equipamentos de Tecnologia Educacional, no âmbito do Programa Educação Conectada.	Realização de especificação técnica para aquisição das seguintes tecnologias educacionais para suportar a execução do Programa Educação Conectada: i) Laptop Educacional tipo I e II; ii) Carrinho de Recarga; e iii) Computador Interativo com Lousa Digital.	Termo de Referência para contratação dos referidos itens – Pregão 13/2019.	Sociedade
Aquisição de recursos de tecnologia para compor a Sala de Recursos Multifuncionais.	Realização de especificação técnica para aquisição de recursos de tecnologia assistiva e materiais de apoio pedagógico para alunos com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Termo de Referência para contratação dos referidos itens – Pregão 17/2019.	Sociedade
Desenvolvimento de aplicativo móvel para acesso às informações do processo de prestação de contas do FNDE.	Desenvolver um aplicativo móvel que permita aos gestores das entidades, aos funcionários e colaboradores do FNDE, bem como ao cidadão, acesso a informações relacionadas à prestação de contas, a exemplo da adimplência ou inadimplência de determinada entidade, além do esclarecimento de dúvidas relacionadas ao processo.	Aplicativo SIGPC na Mão disponibilizado nas lojas mobile.	Sociedade
Plano de dados abertos 2018-2019	Disponibilizar novos conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos do FNDE em alinhamento com o previsto no documento - PDA-FNDE 2018/2019 - de forma institucionalizada e sistematizada.	PNAE; FUNDEB; FIES; PDDE; PNATE.	Sociedade
Desenvolvimento de aplicativo móvel para monitoração do PNAE.	Desenvolver um aplicativo móvel que permita o controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar em que pais, alunos, professores, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar e toda comunidade poderão acompanhar e avaliar a alimentação escolar oferecida nas escolas públicas de todo o país.	Aplicativo e-PNAE disponibilizado nas lojas mobile.	FNDE



Suporte aos Programas Educacionais

Além das principais ações/resultados de TIC relacionadas na Tabela da página 84- Principais Ações e Resultados da Área de TIC -, destacam-se os esforços empreendidos pela Diretoria de Tecnologia e Inovação, no ano de 2019, para a operacionalização dos programas educacionais apresentados na Tabela a seguir:

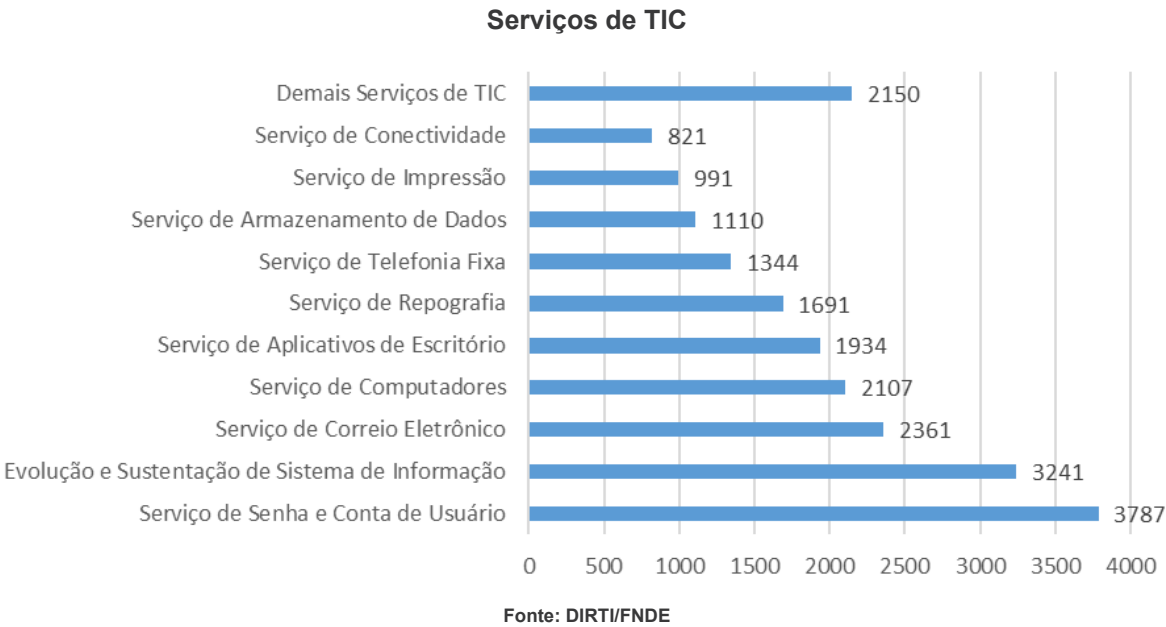
Operacionalização dos Programas Educacionais

Programa	Objetivo	Principais entregas
Programa de Inovação Educação Conectada	Apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.	Realização de análise técnica continuada das iniciativas do Programa de Ações Articuladas (PAR) referentes às tecnologias educacionais ofertadas por meio do programa; Provimento de suporte técnico a mais de um milhão de dispositivos tecnológicos (laboratórios de informática, computador interativo, lousa digital, etc.) disponibilizados por meio do programa.
Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)	Conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no Brasil.	Provimento de suporte técnico a 66.180 escolas participantes do programa.
Conectividade Rural da Anatel	Ofertar conexão à internet para todas as escolas públicas rurais do Brasil.	Provimento de suporte técnico a 15.583 escolas participantes do programa.

Fonte: DIRT/ FNDE

Provimento de Serviços de TIC

Em relação ao provimento dos serviços de TIC ofertados pela DIRT às áreas de negócio do FNDE, no ano de 2019, a Diretoria de Tecnologia e Inovação realizou o atendimento de 21.537 chamados. A figura a seguir apresenta, em linhas gerais, a distribuição dos chamados, relacionando estes aos seus respectivos serviços de TIC.



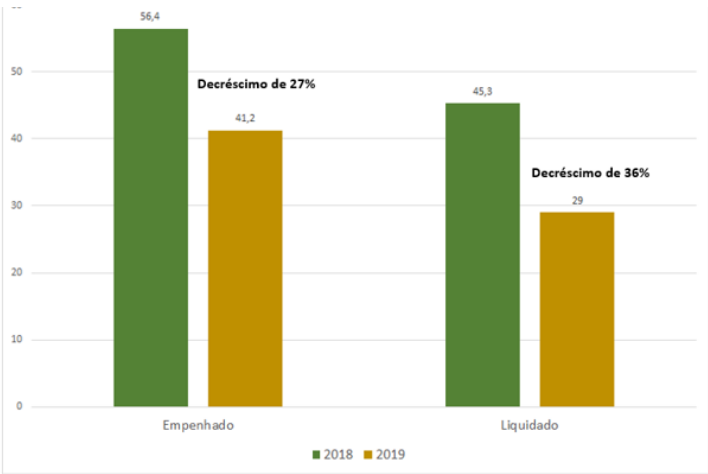


Montante de Recursos Aplicados em TIC

O gráfico a seguir apresenta, em linhas gerais, o montante de recursos financeiros empenhados em iniciativas de TIC no ano de 2019, no âmbito da Autarquia, totalizando R\$ 41.267.959,35 divididos em custeio e capital.

Tipo	Despesa	Total Empenhado	Total Liquidado
Custeio	Despesas de exercícios anteriores	R\$ 1.689.118,32	R\$ 138.337,82
	Indenizações e restituições	R\$ 34.622,93	R\$ 33.787,77
	Locação de mão-de-obra	R\$ 85.451,02	R\$ -
	Material de consumo	R\$ 105.574,37	R\$ 64.435,26
	Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 999.872,55	R\$ 688.455,07
	Serviços de consultoria	R\$ 213.248,40	R\$ 191.180,11
	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R\$ 34.626.600,90	R\$ 25.013.010,39
Capital	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R\$ 3.513.470,86	R\$ 2.887.162,90
Total		R\$ 41.267.959,35	R\$ 29.016.369,32

A Figura abaixo apresenta o comparativo dos recursos financeiros aplicados em iniciativas de TIC nos anos de 2018 e 2019.



\* valores em milhões.

Figura 3 - Comparativo dos Recursos Financeiros Aplicados em Iniciativas de TIC nos Anos de 2018 e 2019.



Desafios e Riscos

- Atuar de forma proativa e inovadora no processo de transformação digital da Autarquia, provendo serviços e soluções digitais que possam aprimorar o desempenho e a forma como o FNDE executa as políticas públicas educacionais sob sua responsabilidade;
- Promover um modelo de inovação de tecnologias digitais para apoiar a missão e a estratégia institucional da Autarquia, por meio de parcerias com startups e instituições de ensino e pesquisa;
- Posicionar a Diretoria de Tecnologia e Inovação como uma parceira estratégica das áreas de negócio da Autarquia;
- Otimizar a gestão dos recursos alocados em iniciativas de TIC;
- Inexistência de recursos humanos necessários à implementação das iniciativas de TIC empreendidas pela DIRTi;
- Mudanças intempestivas na estratégia de negócio da Autarquia que exigem mudanças repentinas nas prioridades de implementação das iniciativas de TIC da DIRTi;
- Contingenciamento orçamentário;
- Mudanças intempestivas na alta administração da Autarquia.





**CAPÍTULO 04**

# Demonstrações Contábeis

**FNDE**  
Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



Declaração do Contador

A Coordenação de Análise e Registros Contábeis (CORAC) compõe a estrutura da Diretoria Financeira e é a unidade responsável pelas atividades contábeis do FNDE. A CORAC é composta pelos seguintes servidores/colaboradores:

NOME	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Rondon Pereira Ramos	Coordenador da CORAC	01/01/2019 a 31/12/2019
Jomar Vieira de Araújo	Contador do FNDE/ Chefe da SECON	
Leonardo de Souza Batista	Chefe da SECOR	
Sonia Maria Barbosa Silva	Serviços Administrativos	
Ana Paula Gomes de Oliveira	Analista Administrativo	
Hugo Leonardo Ferreira Figueiredo Rocha	Analista Administrativo	
João Batista de Oliveira	Assistente Administrativo	

Fonte: CORAC/FNDE

O escopo desta declaração leva em conta as Demonstrações Contábeis consolidadas, tendo como base o Órgão 26298 (FNDE) e as seguintes Unidades Orçamentárias (UO):

- UO 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- UO 73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação (MEC); e
- UO 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A conformidade contábil das Demonstrações contábeis é executada pela CORAC, por meio do Serviço de Contabilidade (SECON), unidade de transparência no âmbito do FNDE responsável pelo registro, controle e demonstração da execução dos orçamentos e dos atos e fatos da fazenda pública e do Patrimônio Público e suas variações. Esses procedimentos são feitos conforme orientações descritas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Assim, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas são apresentadas em moeda Real, milhões, e na seguinte ordem:

- Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Além disso, as Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000, bem como abrangem, inclusive, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais) e regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2019, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada do FNDE, Órgão-26298, apresentada no Relatório de Gestão 2020.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 24 de Janeiro de 2020.

Jomar Vieira de Araújo  
CRC nº 8464/0-5  
Contador do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Autarquia Federal, Administração Indireta - CNPJ: 00.378.257.0001-81  
Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE: 8412-4/00 - Código Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIOrg: 253  
Principal Atividade: Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação da Educação; Administração Federal, Estadual e Municipal  
Domicílio da Entidade: SBS, QD 02 BL F - Ed. FNDE - Brasília, CEP 70.070-929



Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	19.938.402.817,52	12.521.636.499,70	PASSIVO CIRCULANTE	6.619.759.196,68	250.144.236,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11.492.352,55	9.819.304,36
Créditos a Curto Prazo	3.138.273.126,93	2.836.718.341,66	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	198.100,90	198.100,90	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.677.848,89	331.406,52
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.301.561.606,08	2.836.520.240,76	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.615,33	1.615,33
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-163.486.580,05	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9.308.242.741,09	4.715.760.890,02	Provisões a Curto Prazo	6.223.474.174,23	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	382.113.205,68	239.991.909,89
Estoques	258.576,28	369.092,51			
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	8.194,11	8.194,11			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	94.571.403.459,67	91.826.981.838,52	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	437.669,58	1.549.194.930,76
Ativo Realizável a Longo Prazo	94.421.645.823,52	91.665.899.042,30	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	427.099,82	310.106,25
Créditos a Longo Prazo	89.867.725.162,74	87.679.863.744,90	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	1.547.616.356,23
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	106.096.123.316,40	94.537.051.259,79	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	990.925.628,55	990.925.628,55	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-17.219.323.782,21	-7.848.113.143,44	Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	972.561.225,55	357.314.380,57	Demais Obrigações a Longo Prazo	10.569,76	1.268.468,28
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	3.581.359.435,23	3.628.720.916,83	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.620.196.866,26	1.799.339.166,86
Investimentos	22,40	22,40	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	0,09	0,09			
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,09	0,09	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	4.433.124.901,07	4.294.723.656,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	102.549.279.171,36	88.513.041.947,07
Demais Investimentos Permanentes	22,31	22,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	907.205.338,56	9.741.513.567,62
Demais Investimentos Permanentes	22,31	22,31	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36
Imobilizado	149.513.156,82	160.912.521,65			
Bens Móveis	24.761.239,78	30.884.100,36			
Bens Móveis	24.761.239,78	30.886.100,36			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-2.000,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	124.751.917,04	130.028.421,29			
Bens Imóveis	135.599.554,92	135.574.554,92			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.847.637,88	-5.546.133,63			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	244.456,93	170.252,17			
Softwares	244.456,93	170.252,17			
Softwares	10.602.854,62	6.662.165,15			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-10.358.397,69	-6.491.912,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
ATIVO PERMANENTE	107.018.186.098,08	99.379.838.356,82	PASSIVO PERMANENTE	6.425.379.993,78	1.589.084.558,60
			SALDO PATRIMONIAL	87.564.084.150,12	83.045.116.570,70

Fonte: SIAFIWEB

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40
ATIVO PERMANENTE	107.018.186.098,08	99.379.838.356,82
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
PASSIVO FINANCEIRO	20.520.342.133,29	19.714.417.208,92
PASSIVO PERMANENTE	6.425.379.993,78	1.589.084.558,60
SALDO PATRIMONIAL	87.564.084.150,12	83.045.116.570,70

Fonte: SIAFIWEB

Quadro de Compensações

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	366.824.200,90	357.709.915,35
Execução dos Atos Potenciais Ativos	366.824.200,90	357.709.915,35
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	131.389.578,38	129.382.320,48
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	105.578.439,42	114.292.173,88
Direitos Contratuais a Executar	129.856.183,10	114.035.420,99
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.595.155.932,54	6.254.112.240,73
Execução dos Atos Potenciais Passivos	7.595.155.932,54	6.254.112.240,73
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	2.248.442.877,21	1.928.827.232,04
Obrigações Contratuais a Executar	5.346.713.055,33	4.325.285.008,69
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-

Fonte: SIAFIWEB

Demonstrativo do Superávit/ Déficit Financeiro Apurado no Balanco Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.970.004.626,50
Recursos Vinculados	-4.058.717.327,68
Educação	-2.079.148.582,02
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-7.194.807,10
Previdência Social (RPPS)	3.301,21
Receita Financeira	-881.287.450,54
Operação de Crédito	-186.056.592,90
Transferências Constitucionais e Legais	-1.946.613.784,91
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.041.580.588,58

Fonte: SIAFIWEB



DMPL- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	88.513.041.947,07	88.513.041.947,07
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.747.476.488,33	9.747.476.488,33
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de	-5.962.920,71	-5.962.920,71
Resultado do Exercício	4.294.723.656,67	4.294.723.656,67
Saldo Final do Exercício 2018	102.549.279.171,36	102.549.279.171,36
Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	102.549.279.171,36	102.549.279.171,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	907.205.338,56	907.205.338,56
Saldo Final do Exercício 2019	107.889.609.410,93	107.889.609.410,93

Fonte: SIAFIWEB

Ativo Circulante

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial verifica-se que houve um aumento de 59,23% no ativo circulante, ocasionado principalmente pelo aumento de 50,77% do item “Caixa e Equivalentes de Caixa” e de 97,39% do item “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”. Com os referidos aumentos, o ativo circulante passou a representar, em análise vertical, 17,41% do total do ativo.

Ainda, observa-se que dentro deste grupo os itens mais significativos foram: Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” é composto por numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. Este item apresentou em sua avaliação horizontal no Balanço Patrimonial um aumento de 50,77%. Ressalta-se que este item representa cerca de 6,54% do total do ativo.

Créditos a Curto Prazo

O grupo “Créditos a Curto Prazo” é composto por direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Este item apresentou em sua avaliação horizontal no Balanço Patrimonial um acréscimo de 10,63%. Cabe ressaltar que este item representa cerca de 2,7% do total do ativo.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” é composto na sua maior parte por “Adiantamentos Concedidos” e “Outros Créditos e Valores a Receber e Valores a Curto Prazo”.

Este item apresentou em sua avaliação horizontal no Balanço Patrimonial um aumento expressivo de 97,39%, passando a representar cerca de 8,13% do total do ativo.

Estoques

Este grupo é composto por almoxarifado. Apresentou em sua análise horizontal um decréscimo de cerca 30%, ocasionado por registros pertinentes de atualização de materiais de consumo no setor de Almoxarifado.

Ativo Não Circulante

Em análise do Balanço Patrimonial verifica-se que houve

um aumento no ativo não circulante, equivalente a 2,99% em análise horizontal, ocasionado pelo aumento de 3,01% do item “Ativo Realizável a Longo Prazo”. Cabe acrescentar que o ativo não circulante passou a representar 82,59% do total do ativo.

Observa-se que dentro deste grupo os itens mais significativos foram os discriminados abaixo:

Ativos não circulante mais significativos	AH%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	172,19
Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	121,50
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens móveis	-100,00
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens imóveis	95,59
Softwares	59,15

Fonte: SIAFIWEB

A conta “Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis” apresentou uma redução bastante significativa, de 100%, em razão de lançamentos referentes à depreciação. Ressalta-se que em termos monetários o valor reduzido foi de R\$ 2.000,00.

Sobre a conta de “Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens imóveis”, verifica-se um aumento de 95,59% em razão de atualização dos registros de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET.

Cabe ressaltar que o valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.



A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Sobre a conta de “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo”, observa-se o aumento de 172,19%, em razão de emissão de guia de recolhimento da União, referente à aquisição de certificados financeiros do tesouro, relativos à concessão de financiamentos do Fies. Ressalta-se que a movimentação ocorre dentro da nova UG do Fies (156245/15253 - NOVO Fies/CEF).

No que tange à conta de “Softwares”, observa-se o aumento de 59,15%, em razão de atualizações pelo setor de patrimônio após registros pertinentes, bem como registros de amortização acumulada.

Por fim, cabe relatar a respeito da conta de “Empréstimos e Financiamentos Concedidos LP”, que trata do financiamento do Fies. Cabe ressaltar que este item, apesar de apresentar aumento percentual baixo, 12,23%, em valores monetários, demonstrou aumento bastante importante de R\$ 11,55 bilhões em razão da emissão de certificados financeiros do tesouro cft-e relacionado a encargos educacionais dos contratos do Fies.

Passivo Circulante

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial verifica-se que houve um acréscimo bastante expressivo de 2.546,38% no passivo circulante, ocasionado principalmente pelo aumento no item “Outras Provisões a Curto Prazo”, o qual apresentou aumento significativo de 94,01% em análise horizontal, cerca de 6,22 bilhões.

O referido percentual foi ocasionado pelos registros pertinentes referentes a quotas estadual e municipal do Salário-Educação, 13ª parcela da complementação da União ao FUNDEB/2019 e ajuste da complementação da União ao FUNDEB/2019, no valor de R\$ 4,81 bilhões; e provisão para PNLD/2020, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

Dentro do passivo circulante cabe observar, ainda, os itens demonstrados a seguir:

Passivos Circulantes mais Significativos	AH%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	708,03
Outras Obrigações a Curto Prazo	72,51
Encargos Sociais a Pagar	8.725,37
Valores Restituíveis	-30,54

Fonte: SIAFIWEB

O item “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” apresentou um acréscimo bastante expressivo de cerca de 708% em análise horizontal. Em 31/12/2019 esta conta apresentou o saldo de R\$ 2.677.848,89, referente aos valores apropriados e não pagos até o fechamento do mês, o que resultou no percentual supracitado.

Observa-se que o montante mais expressivo no valor de R\$ 1.013.441,15 refere-se aos recursos apropriados a fim de atender à liquidação de Nota Fiscal, referente ao “fornecimento de obras literárias a serem utilizadas por alunos e professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e médio, no âmbito do Programa Nacional do Livro e Material Didático/PNLD-2018”.

No que tange ao item “Outras Obrigações a Curto Prazo”, observa-se o aumento de 72,51% em análise horizontal, cerca de 151,5 milhões, ocasionado pelo aumento na conta “Transferências Financeiras”,

a qual apresentou um aumento bastante expressivo de 1.933.010%.

Sobre o item “Encargos Sociais a Pagar”, este apresentou aumento bastante significativo conforme demonstrado no quadro anterior, em razão do aumento de recursos previdenciários ocasionado por recolhimentos de GPS do Fies.

Quanto ao item “Valores Restituíveis”, verifica-se a redução de cerca de 30% em análise horizontal. Dentro deste grupo o item mais expressivo foi “Depósito de Títulos do Fies/PROIES”, o qual se refere a resgate de Títulos do Fies.

Passivo Não Circulante

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial verifica-se que houve um decréscimo bastante expressivo de cerca de 100% no passivo não circulante, ocasionado principalmente pelo decréscimo no item “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo”, o qual apresentou o percentual bastante significativo de 100% em análise horizontal, cerca de 1,5 bilhão

Cabe informar que os valores registrados no montante de R\$ 1.547.616.356,23, referentes a Acordo Judicial (Ação Ordinária nº 19275.27.2015.4.01.3400) firmado entre a União, FNDE (UG 151714 - Fies) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES - CNPJ 18.683.849/0001-72), foram quitados na subcustódia das entidades mantenedoras envolvidas, mantida no Sistema Informatizado do Fies (SisFies), conforme informações da área gestora do Fies.



Patrimônio Líquido

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial, bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do FNDE apresentou um aumento de 5,21% em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo aumento de 9,74% do ativo, o que resultou em um saldo de R\$ 107.889.609.410,93 na conta de Resultados Acumulados. A tabela abaixo demonstra os itens mais relevantes dentro do PL:

	2019	2018	AH%
Ajustes de Exercícios Anteriores	907.205.338,56	9.741.513.567,62	-90,69
Resultado do Exercício	4.433.124.901,01	4.294.723.656,67	3,22
Resultados de Exercícios Anteriores	102.549.279.171,36	88.513.041.947,07	15,86
TOTAL	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36	5,21

Fonte: SIAFIWEB

Revisão Analítica-Balanço Patrimonial

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao)

A seguir, serão demonstradas as metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo e para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades do imobilizado.

Para estimar a vida útil econômica do ativo, a Autarquia utiliza a seguinte metodologia:

A vida útil econômica do ativo patrimonial da autarquia foi baseada na tabela de temporalidade disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, a Autarquia adotou o Método de Depreciação por Taxa Constante ou Linear. As taxas utilizadas para os cálculos são apresentadas na Tabela abaixo:

Taxas para Cálculo de Depreciação

Edifícios (sem os terrenos)	4%
Instalações	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%

Fonte: SEPAT/CGLOG

Bens Imóveis – 31/12/2019

Mês Lançamento	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	
CCon - Item (6)	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	AH%
Bens de Uso Especial	123.509.394,93	123.509.394,93	0%
Bens Imóveis em Andamento	25.000,00	-	
Instalações	9.415.159,99	9.415.159,99	0%
Demais Bens Imóveis	2.650.000,00	2.650.000,00	0%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-10.847.637,88	-5.546.133,63	95,59%
Total	124.751.917,04	130.028.421,29	-0,0406

Fonte: SIAFIWEB

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



**Bens Imóveis de Uso Especial – 31/12/2019**

Mês Lançamento	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
Terrenos, Glebas	768.146,94	768.146,94
Edifícios	120.229.859,84	120.229.859,84
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.511.388,15	2.511.388,15
<b>Total</b>	<b>123.509.394,93</b>	<b>123.509.394,93</b>

Fonte: SIAFIWEB

**Bens Móveis – Composição - 31/12/2019**

Mês Lançamento	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	
CCon - Item (6)	Saldo - R\$	Saldo - R\$	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.609.997,61	2.849.369,69	-8,4
Bens de Informática	15.078.190,82	19.046.568,07	-20,84
Móveis e Utensílios	5.908.415,79	7.636.842,44	-22,63
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	860.935,67	977.307,43	-11,91
Veículos	186.672,26	229.591,46	-18,69
Demais Bens Móveis	117.027,63	146.421,27	-20,07
Depreciação / Amortização Acumulada	0	-2.000,00	-100
<b>Total</b>	<b>24.761.239,78</b>	<b>30.884.100,36</b>	<b>-19,83</b>

Fonte: SIAFIWEB

Verifica-se que os itens apresentaram decréscimos, conforme demonstrado na tabela acima, em razão de lançamentos referentes à depreciação.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet; para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

**Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

**Intangível - Composição**

Mês Lançamento	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	AH%
Conta Contábil	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	
Software com Vida Útil Definida	10.602.854,62	6.662.165,15	59,15
Amortização Acumulada	-10.358.397,69	-6.491.912,98	59,56
<b>Total</b>	<b>244.456,93</b>	<b>170.252,17</b>	<b>43,59</b>

Fonte: SIAFIWEB

O grupo intangível é composto por licenças e softwares adquiridos junto a empresas especializadas no ramo, sendo utilizado o método de exaustão para sua depreciação.

O referido grupo apresentou aumento expressivo de 43,59% devido ao aumento no subitem “Software com Vida Útil Definida”, o qual apresentou percentual de 59,15%, em razão de atualização pelo setor de patrimônio após registros pertinentes, bem como registros de amortização acumulada.

**Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo**

Empréstimos e Financiamentos compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os valores registrados até o final do exercício de 2018 na conta de longo prazo no montante de R\$ 1.547.616.356,23 se referem a Acordo Judicial (Ação Ordinária nº 19275.27.2015.4.01.3400) firmado entre a União, FNDE (UG 151714 - Fies) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES - CNPJ 18.683.849/0001-72).



Observa-se que a conta “Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo” apresentou a redução de 100%, em análise horizontal, em razão da quitação do valor total na subcustódia das entidades mantenedoras envolvidas, mantida no Sistema Informatizado do Fies (SisFies), conforme informações da área gestora do Fies – Coordenador-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil – CGSUP/DIGEF/FNDE. Ressalta-se que os registros pertinentes no SIAFI foram realizados no exercício de 2019, conforme Nota de lançamento 2019NL000030.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	Saldo R\$	Saldo R\$	AH%
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	
	-	1.547.616.356,23	-100

Fonte: SIAFIWEB

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, a conta “fornecedores e contas a pagar” apresentou o saldo de R\$ 2.677.848,89, referente aos valores apropriados e não pagos até o fechamento do mês, o que resultou em um percentual bastante expressivo de cerca de 708% em análise horizontal, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Mês Lançamento	014/2019	014/2018	
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	%
Curto Prazo	2.677.848,89	331.406,52	708,03
Nacionais	2.677.848,89	331.406,52	708,03
Total	2.677.848,89	331.406,52	708,03

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019; Tesouro Gerencial

Observa-se que o montante mais expressivo, no valor de R\$ 1.013.441,15, refere-se aos recursos apropriados a fim de atender à liquidação da Nota Fiscal nº 15448, referente ao “fornecimento de obras literárias a serem utilizadas por alunos e professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e médio, no âmbito do Programa Nacional do Livro e Material Didático/PNLD-2018”, contrato nº 185/2019, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a empresa MENEGETTI'S GRAFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 05.875.886/0001-30.

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE apresentou um saldo de R\$ 5.346.713.055,33, relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução. Na tabela a seguir estão segregadas essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Mês Lançamento	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	
Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	%
Aluguéis	694.343,75	622.684,76	11,51
Fornecimento de Bens	3.202.807.380,36	2.443.321.091,79	31,08
Empréstimos e Financiamentos	14.240.353,82		
Seguros	11.832.228,18	11.832.228,18	0
Serviços	2.107.191.093,14	1.859.561.347,88	13,32
Demais	9.947.656,08	9.947.656,08	0
Total	5.346.713.055,33	4.325.285.008,69	23,62

Fonte: SIAFI 2019, TESOURO GERENCIAL

Entre os itens demonstrados na tabela anterior, observa-se que o item “Aluguéis” apresentou um aumento de 11,51%, tendo em vista a atualização dos registros relativos ao contrato nº 71/2016, firmado entre o FNDE e a Empresa Construções e Empreendimentos Santa Fé, CNPJ nº 00.358.341/0001-33, cujo objeto é a locação de imóvel situado no endereço SBS, quadra 02, bloco I, lote 11, Ed. Elcy Meireles. Observa-se na tabela anterior que o item “Serviços” apresentou aumento de cerca de 13% em razão da atualização dos registros dos contratos vigentes.

Verifica-se que, nos contratos de serviços, o valor mais significativo refere-se ao contrato nº 57/2017, firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, com vigência de 06 de outubro de 2017 a 06 de outubro de 2021, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte, distribuição e entrega domiciliária urbana, com ou sem comprovação, em âmbito nacional, de encomendas relativas aos programas do livro. Quanto aos contratos de fornecimento de bens, os principais valores referem-se à prestação de serviço de distribuição de livros didáticos, para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.



### Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, e estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

Observa-se que a conta de provisões apresentou, no final do 4º trimestre, o saldo relevante de R\$ 6.223.474.174,23 bilhões referente a: quotas estadual e municipal do Salário Educação, 13ª parcela da complementação da União ao FUNDEB/2019 e ajuste da complementação da União ao FUNDEB/2019, no valor de R\$ 4.819.060.935,89 bilhões; e provisão para PNLD/2020, no valor de R\$ 1.307.823.351,26 bilhões.





Balanco Orçamentário/ Restos a Pagar

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	22.901.200.347,00	22.901.200.347,00	24.512.475.258,23	1.611.274.911,23		
Receitas Tributárias	-	-	-	-		
Receitas de Contribuições	21.622.214.013,00	21.622.214.013,00	22.104.574.234,86	482.360.221,86		
Contribuições Sociais	21.622.214.013,00	21.622.214.013,00	22.104.574.234,86	482.360.221,86		
Receita Patrimonial	248.812.444,00	248.812.444,00	664.661.454,27	415.849.010,27		
Valores Mobiliários	248.812.444,00	248.812.444,00	664.661.454,27	415.849.010,27		
Receita Agropecuária	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-		
Receitas de Serviços	620.858.681,00	620.858.681,00	1.118.175.329,86	497.316.648,86		
Serviços e Atividades Financeiras	620.858.681,00	620.858.681,00	1.118.175.329,86	497.316.648,86		
Outras Receitas Correntes	409.315.209,00	409.315.209,00	625.064.239,24	215.749.030,24		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.273.528,00	7.273.528,00	394.372.102,96	387.098.574,96		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	402.021.038,00	402.021.038,00	230.683.608,77	-171.337.429,23		
Demais Receitas Correntes	20.643,00	20.643,00	8.527,51	-12.115,49		
RECEITAS DE CAPITAL	1.216.590.731,00	1.216.590.731,00	1.621.651.228,55	405.060.497,55		
Operações de Crédito	33.000.000,00	33.000.000,00	-	-33.000.000,00		
Operações de Crédito - Mercado Externo	33.000.000,00	33.000.000,00	-	-33.000.000,00		
Alienação de Bens	-	-	-	-		
Amortização de Empréstimos	1.183.590.731,00	1.183.590.731,00	1.621.651.228,55	438.060.497,55		
SUBTOTAL DE RECEITAS	24.117.791.078,00	24.117.791.078,00	26.134.126.486,78	2.016.335.408,78		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	24.117.791.078,00	24.117.791.078,00	26.134.126.486,78	2.016.335.408,78		
DEFICIT			30.260.437.015,60	30.260.437.015,60		
TOTAL	24.117.791.078,00	24.117.791.078,00	56.394.563.502,38	32.276.772.424,38		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	39.781.086.473,00	41.689.134.269,00	40.930.614.537,56	34.113.520.336,99	34.099.982.694,45	758.519.731,44
Pessoal e Encargos Sociais	159.405.912,00	165.106.443,00	159.338.422,43	155.582.330,26	145.605.942,21	5.768.020,57
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	39.621.680.561,00	41.524.027.826,00	40.771.276.115,13	33.957.938.006,73	33.954.376.752,24	752.751.710,87
DESPESAS DE CAPITAL	14.693.955.925,00	16.804.683.184,00	15.463.948.964,82	9.494.785.713,14	9.493.086.708,36	1.340.734.219,18
Investimentos	1.743.906.679,00	3.864.163.718,00	3.065.429.498,82	543.369.012,73	543.369.012,73	798.734.219,18
Inversões Financeiras	12.950.049.246,00	12.940.519.466,00	12.398.519.466,00	8.951.416.700,41	8.949.717.695,63	542.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	54.475.042.398,00	58.493.817.453,00	56.394.563.502,38	43.608.306.050,13	43.593.069.402,81	2.099.253.950,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	54.475.042.398,00	58.493.817.453,00	56.394.563.502,38	43.608.306.050,13	43.593.069.402,81	2.099.253.950,62
TOTAL	54.475.042.398,00	58.493.817.453,00	56.394.563.502,38	43.608.306.050,13	43.593.069.402,81	2.099.253.950,62

Fonte: SIÁFIWEB

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.130.073.092,27	2.886.170.569,83	2.144.626.212,47	2.144.618.865,85	2.079.187.748,88	792.437.047,37
Pessoal e Encargos Sociais	467.362,60	637.881,65	144.284,19	144.284,19	699.868,02	261.092,04
Outras Despesas Correntes	2.129.605.729,67	2.885.532.688,18	2.144.481.928,28	2.144.474.581,66	2.078.487.880,86	792.175.955,33
DESPESAS DE CAPITAL	7.762.545.149,63	6.725.373.788,93	1.454.297.884,34	1.453.878.347,97	6.286.782.946,41	6.747.257.644,18
Investimentos	6.941.640.429,47	824.706.833,16	1.150.875.369,03	1.150.455.832,66	5.472.266.499,47	1.143.624.930,50
Inversões Financeiras	820.904.720,16	5.900.666.955,77	303.422.515,31	303.422.515,31	814.516.446,94	5.603.632.713,68
TOTAL	9.892.618.241,90	9.611.544.358,76	3.598.924.096,81	3.598.497.213,82	8.365.970.695,29	7.539.694.691,55

Fonte: SIÁFIWEB

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar  
Processados não e Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.975.277,28	10.749.220,65	10.748.565,15	1.201.276,45	5.774.656,33
Pessoal e Encargos Sociais	-	9.949.847,05	9.949.847,05	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.975.277,28	799.373,60	798.718,10	1.201.276,45	5.774.656,33
DESPESAS DE CAPITAL	162.887.544,43	292.326,44	9.111.006,84	2.141.170,85	151.927.693,18
Investimentos	162.298.144,17	-	9.103.072,23	2.141.170,85	151.053.901,09
Inversões Financeiras	589.400,26	292.326,44	7.934,61	-	873.792,09
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	169.862.821,71	11.041.547,09	19.859.571,99	3.342.447,30	157.702.349,51

Fonte: SIÁFIWEB

De acordo com o artigo nº 102 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Demonstrará, ainda, as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, com a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que poderá indicar excesso ou insuficiência de arrecadação. Também apresentará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, especificando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Além disso, o Balanço Orçamentário demonstrará a Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.



Conforme o artigo nº 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas indicará o resultado orçamentário que poderá ser superávit ou déficit. Cabe acrescentar que, a fim de equilibrar o balanço orçamentário, o déficit aparecerá junto às receitas, enquanto que o superávit será demonstrado junto às despesas.

Em análise ao Balanço Orçamentário do 4º trimestre de 2019, pode-se verificar que o Resultado Orçamentário foi deficitário, apresentando o valor de R\$ 30.260.437.015,60. Esse valor representa a diferença entre o valor das receitas realizadas (R\$ 26.134.126.486,78) e o valor das despesas empenhadas (R\$ 56.394.563.502,38). É importante considerar que o déficit em tela é justificado em razão de os recursos referentes às descentralizações recebidas (créditos orçamentários movimentados pela execução do orçamento dentro de um mesmo ente, no caso, a União) não serem demonstrados no Balanço Orçamentário, sendo demonstradas somente as dotações.

Apesar de o Resultado Orçamentário ter sido deficitário, observa-se que as despesas empenhadas não ultrapassaram o valor da dotação atualizada (R\$ 58.493.817.453,00), restando o saldo da dotação no valor de R\$ 2.099.253.950,62, o que indica a execução de 96,41%.

Ainda sobre as despesas empenhadas, de acordo com o artigo nº 12 da Lei nº 4.320/64, a despesa será classificada conforme a categoria econômica como despesas correntes e despesas de capital. Verifica-se que 72,58% referem-se a despesas correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e 27,42% a despesas de capital (Investimentos e Inversões Financeiras), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução %	AV%
Despesas Correntes	41.689.134.269	40.930.614.538	98,18	72,58
Despesas de Capital	16.804.683.184	15.463.948.965	92,02	27,42
Total das Despesas	58.493.817.453	56.394.563.502	96,41	100,00

Fonte: SIAFIWEB

A tabela a seguir demonstra a composição das despesas empenhadas pelo FNDE por grupo até o encerramento do 4º trimestre:

Grupo de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	165.106.443,00	159.338.422,43	96,51
3 - Outras Despesas Correntes	41.524.027.826,00	40.771.276.115,13	98,19
4 - Investimentos	3.864.163.718,00	3.065.429.498,82	79,33
5 - Inversões Financeiras	12.940.519.466,00	12.398.519.466,00	95,81
Total			96,41

Fonte: SIAFIWEB

Entre as Despesas Correntes, o grupo com percentual de execução mais expressivo foi o “Outras Despesas Correntes, com 98,19% do montante da dotação atualizada, seguido do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual apresentou o percentual de execução equivalente a 96,51%.

Abaixo, elencamos as principais despesas correntes, por elemento de despesa, relativas aos grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, conforme respectivas tabelas:

Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar*	59.195.297,00	58.668.316,43	99,11
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	72.835.930,00	70.232.621,51	96,43
13 - Obrigações Patronais***	15.043.000,00	15.043.000,00	100

Fonte: SIAFIWEB

\*Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS, e de reserva remunerada e reformas dos militares.

\*\*Despesas orçamentárias com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicação Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional – Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.

\*\*\*Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.

Fonte: MTO EDIÇÃO 2019 – 8ª VERSÃO



Outras Despesas Correntes				
Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %	AV%
41 - Contribuições*	21.990.402.093,56	21.908.424.975,06	99,63	52,96
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas**	12.973.328.408,00	12.973.328.408,00	100	31,24

Fonte: SIAFIWEB

\* Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.  
\*\* Despesas orçamentárias decorrentes da transferência a órgãos e entidades públicos, inclusive de outras esferas de governo, ou a instituições privadas, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor. Fonte: MTO EDIÇÃO 2019 – 8ª VERSÃO

Em análise vertical, dentro do grupo “Outras Despesas Correntes”, o elemento de despesa que apresentou percentual mais expressivo foi “Contribuições”, com 52,96%, seguido de “Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas”, com 31,24%.

Quanto às Despesas de Capital, o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o de “Inversões Financeiras”, com 95,81%, seguido do grupo “Investimentos”, o qual apresentou o percentual de execução equivalente a 79,33%.

Observa-se que, dentro do grupo “Investimentos”, o elemento de despesa que apresentou maior dotação atualizada foi “Auxílios”, que trata do repasse de recursos para atender ações como as do Plano de Ações Articuladas (PAR) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Demonstramos abaixo as principais despesas, por elemento de despesa, relativas ao grupo em questão:

Investimentos por Elemento de Despesa			
Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
42 – Auxílios*	3.064.821.667,18	3.057.751.096,00	99,77
51 – Obras e Instalações	4.155.014,00	4.154.721,11	99,99

Fonte: SIAFIWEB

\* Despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000.Fonte: MTO EDIÇÃO 2019 – 8ª VERSÃO

Ainda dentro das Despesas de Capital, verifica-se que o grupo “Inversões Financeiras”, apresentou percentual de execução de 95,81%, referente às despesas empenhadas para aquisição de títulos do Tesouro Nacional pelo Fies. Ressalta-se que, dentro deste grupo, o elemento de despesa que apresentou percentual mais expressivo foi “Concessão de Empréstimos e Financiamentos”, com 100% de execução.

Na tabela abaixo demonstramos as principais despesas, por elemento de despesa, relativas ao grupo “Inversões Financeiras”:

Inversões Financeiras por Elemento de Despesa			
Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos*	12.397.048.868,83	12.397.048.868,83	100
84 - Partic. em Fundos, Organismos ou Entid. Assemelhadas, Nac. e Internac. **	500.000.000,00	-	-

Fonte: SIAFIWEB

\*Despesas orçamentárias com a concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.\*\* Despesas orçamentárias relativas à participação em fundos, organismos, ou entidades assemelhadas, Nacionais e Internacionais, inclusive as decorrentes de integralização de cotas.Fonte: MTO EDIÇÃO 2019 – 8ª VERSÃO

No que tange às receitas, o artigo nº 11 da Lei nº 4.320/64 classifica a receita por categoria econômica como receitas correntes e receitas de capital, sendo que as Receitas Correntes representaram 93,79% da receita do FNDE, enquanto que as Receitas de Capital representaram 6,21%, conforme tabela abaixo:

Receitas por Categoria Econômica				
Categoria Econômica	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização %	AV%
Receitas Correntes	22.901.200.347,00	24.512.475.258,23	107,04	93,79
Receitas de Capital	1.216.590.731,00	1.621.651.228,55	133,29	6,21
Total Receitas	24.117.791.078,00	26.134.126.486,78	108,36	100

Fonte: SIAFIWEB

Dentro das Receitas Correntes, a maior arrecadação foi referente a “Contribuições Sociais”, no valor de R\$ 22.104.574.234,86, cerca de 84% do total das receitas do FNDE. Essa arrecadação é composta pelo Salário-Educação, que é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal.

No que se refere às Receitas de Capital, sua maior arrecadação (R\$ 1.621.651.228,55) diz respeito a “Amortização de Empréstimos”, a qual compõe 100% de todas as receitas de capital. Essas receitas são oriundas da amortização de empréstimos concedidos a estudantes através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, agentes financeiros do Fies, e também da recompra de títulos públicos das entidades mantenedoras das instituições de ensino superior.

De acordo com análise horizontal do Balanço Orçamentário, elencamos as receitas que apresentaram percentuais mais expressivos quanto à sua realização, conforme quadro a seguir:



Receitas	
Receitas	Realização %
Indenização, Restituições e Ressarcimentos	5.422,02
Valores Mobiliários	267,13
Serviços e Atividades Financeiras	180,10
Amortização de Empréstimos	137,01
Contribuições Sociais	102,23

Fonte: SIAFIWEB

Verifica-se que das cinco receitas mais expressivas quanto à realização, quatro são receitas correntes, enquanto que apenas uma (Amortização de Empréstimos) refere-se a receitas de capital.

Sobre as receitas “Indenização, Restituições e Ressarcimentos”, o referido percentual é justificado, principalmente, pela ausência de previsão para as naturezas de receita 19220111 (restituição de convênios-primarias-principal) e 19220112 (restituição de convênios-primarias-mul. jur), tendo em vista que ambas não são receitas próprias do FNDE e sim Fonte do Tesouro Nacional.

É importante esclarecer que a previsão atualizada foi realizada somente para a natureza de receita 19229911 (outras restituições-principal), onde foi previsto o valor de R\$ 7.273.528,00, sendo realizado até o fim do 4º trimestre de 2019 o valor de R\$ 16.891.765,25, o que representa o percentual de 232,24% de realização.

Quanto ao valor de R\$ 394.372.102,96, arrecadado até o final do 4º trimestre, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, observa-se que R\$ 377.400.426,90 (cerca de 96%) são receitas do Tesouro Nacional, pertencendo ao FNDE somente o valor de R\$ 16.971.676,06 (cerca de 4%).

Quanto à realização da receita “Valores Mobiliários”, vê-se que seu percentual foi de 267,13%. Conforme demonstrado no balanço orçamentário, foi estimada na previsão atualizada a arrecadação do valor

de R\$ 248.812.444,00, com arrecadação realizada até o encerramento do 4º trimestre no valor de R\$ 664.661.454,27. Ressalta-se que a referida receita é oriunda da remuneração de depósitos bancários (rendimentos de aplicações) e juros/multas de títulos de renda.

No que tange à realização da receita “Serviços e Atividades Financeiras”, verificou-se o percentual de 180,10%. Foi estimada arrecadação inicial no valor de R\$ 620.858.681,00, sendo arrecadado até o final do 4º trimestre o valor de R\$ 1.118.175.329,86, cerca de 4,3% das receitas arrecadadas. É importante informar que a receita “Serviços e Atividades Financeiras” é decorrente de juros e encargos financeiros relacionados às operações do Fies.

Em relação à realização da receita “Amortização de Empréstimos”, observa-se o percentual de 137,01%. De acordo com a previsão atualizada foi estimado o valor de arrecadação de R\$ 1.183.590.731,00, sendo arrecadado até o término do 4º trimestre o valor de R\$ 1.621.651.228,55. Essas receitas são oriundas da amortização de empréstimos concedidos a estudantes através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, agentes financeiros do fundo, e também da recompra de títulos públicos das entidades mantenedoras das instituições de ensino superior.

A respeito da realização da receita “Contribuições Sociais”, seu percentual foi de 102,23%, com valor de arrecadação de R\$ 22.104.574.234,86. Essa arrecadação é composta pelo Salário-Educação, que é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal. Esta arrecadação representa cerca de 84,5% das receitas do FNDE.

A tabela a seguir demonstra a composição das principais receitas arrecadadas pelo FNDE, por valores monetários, até o final do 4º trimestre:

Principais Receitas Arrecadadas		
Receita	Realização	AV%
Contribuições Sociais	22.104.574.234,86	84,58
Amortização de Empréstimos	1.621.651.228,55	6,21
Serviços e Atividades Financeiras	1.118.175.329,86	4,28
Valores Mobiliários	664.661.454,27	2,54
Indenização, Restituições e Ressarcimentos	394.372.102,96	1,51

Fonte: SIAFIWEB

Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Conforme Art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. O Decreto nº 93.872/1986 traz a seguinte redação a respeito de Restos a Pagar:

*Art. 67. Considerem-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas (Lei nº 4.320/64, art. 36).*

*§ 1º Entendem-se por processadas e não processadas, respectivamente, as despesas liquidadas e as não liquidadas, na forma prevista neste decreto.*

Nesse sentido, os Restos a Pagar não Processados/RPNP referem-se às despesas que foram empenhadas no exercício corrente, no entanto, devido a diversos fatores como não entrega de bens ou serviços, não foram liquidadas até o encerramento do exercício.

Na execução de Restos a Pagar no âmbito do FNDE, observa-se que, os valores liquidados até o final do 4º trimestre (3.598.924.096,81), a maior parte foi devidamente paga, faltando liquidar, ao longo do exercício, os compromissos no valor de R\$ 7.539.694.691,55, os quais se referem à efetivação dos principais programas de políticas educacionais desta Autarquia. A tabela a seguir demonstra a execução de Restos a Pagar no âmbito do FNDE por saldos, por Fonte de recursos.



Tabela -Restos a Pagar por Saldos, por Fonte de Recursos

Fonte Recursos	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS
0	5.365.853.531,49	1.946.958.010,57	1.673.538.777,45	807.821.095,66	807.821.095,66
8	176.232.983,18	229.375.991,02	217.991.783,65	144.415.937,31	144.413.750,31
12		2.027.809.452,92	1.884.177.417,44	140.195.650,26	140.195.650,26
13	2.346.879.091,48	4.020.564.516,98	3.125.322.798,68	2.283.941.124,64	2.283.941.124,64
18		57.089.966,51	57.089.966,51		
42	43.000,00		43.000,00		
44	52.528.218,36	113.205.295,28	29.038.633,24	13.189.844,72	13.189.844,72
48	120.000,00				
50	2.558.322,71	11.474.325,58	11.044.616,59	2.652.155,55	2.652.155,55
51	6.521.389,00	236.766,77	236.766,77	5.874.868,86	5.874.868,86
80	1.307.823.722,59	373.388.063,53	366.999.790,31	150.009.354,09	150.009.354,09
86	202.404.784,00	926.548.722,44	926.548.722,44		
88	129.285.453,79	102.787.293,41	502.980,02	35.869.887,26	35.450.350,89
93	21.293.862,16	83.179.836,89	73.435.442,19	14.954.178,46	14.949.018,84
Total	9.611.544.358,76	9.892.618.241,90	8.365.970.695,29	3.598.924.096,81	3.598.497.213,82

Fonte: SIAFIWEB

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

INGRESSOS					
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	SALDO	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	26.134.126.486,78	24.874.664.912,46	1.259.461.574,32	5,06	25,47
Ordinárias	-	57.360.867,59			
Vinculadas	24.818.079.349,71	24.819.073.837,58	-994.487,87	0,00	24,19
Educação	9.048.324.124,18	9.332.698.544,67	-284.374.420,49	-3,05	8,82
Transferências Constitucionais e Legais	12.472.920.572,85	13.184.178.557,34	-711.257.984,49	-5,39	12,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.296.834.652,68	2.302.196.735,57	994.637.917,11	43,20	3,21
(-) Deduções da Receita Orçamentária	1.316.047.137,07	-1.769.792,71	1.317.816.929,78	-74.462,00	1,28
Transferências Financeiras Recebidas	56.407.510.355,03	65.368.429.507,02	-8.960.919.151,99	-13,71	54,98
Resultantes da Execução Orçamentária	53.620.201.263,47	60.579.096.944,89	-6.958.895.681,42	-11,49	52,27
Repasso Recebido	43.781.917.899,56	47.988.147.653,64	-4.206.229.754,08	-8,77	42,68
Sub-repasso Recebido	9.838.283.363,91	12.590.949.291,25	-2.752.665.927,34	-21,86	9,59
Independentes da Execução Orçamentária	2.787.309.091,56	4.789.332.562,13	-2.002.023.470,57	-41,80	2,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.067.945.606,43	4.817.012.780,31	-749.067.173,88	-15,55	3,97
Demais Transferências Recebidas	11.809.798,79	1.776.040,73	10.033.758,06	564,95	0,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-1.292.446.313,66	-29.456.258,91	-1.262.990.054,75	4.287,68	-1,26
Recebimentos Extraorçamentários	15.082.107.304,83	13.619.009.085,01	1.463.098.219,82	10,74	14,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.236.647,32	11.041.547,05	4.195.100,23	37,99	0,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.786.257.452,25	9.611.544.358,76	3.174.713.093,49	33,03	12,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.280.605.040,74	3.986.102.172,42	-1.705.497.131,68	-42,79	2,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.164,52	10.321.006,74	-10.312.842,22	-99,92	0,00
Restituições a Pagar	8.164,52	22.618,07	-14.453,55	-63,90	0,00
Arrecadação de Outra Unidade		10.298.388,67			
Saldo do Exercício Anterior	4.968.779.981,40	3.145.598.959,55	1.823.181.021,85	57,96	4,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	4968779981	3145598960	1823181022	57,96	4,84
TOTAL	102.592.524.128,04	107.007.702.464,04	-4.415.178.336,00	-4,13	100,00
DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	SALDO	AH%	AV%
Despesas Orçamentárias	56.394.563.502,38	57.314.941.047,04	-920.377.544,66	-1,61	54,97
Ordinárias	24.520.815.944,20	27.486.390.811,17	-2.965.574.866,97	-10,79	23,90
Vinculadas	31.873.747.558,18	29.828.550.235,87	2.045.197.322,31	6,86	31,07
Educação	10.122.956.366,41	8.585.801.791,53	1.537.154.574,88	17,90	9,87
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.320.000,00	8.561.329,99	-1.241.329,99	-14,50	0,01
Previdência Social (RPPS)	28.617.324,34	28.784.756,09	-167.431,75	-0,58	0,03
Receitas Financeiras	689.116.739,80	137.810.987,79	551.305.752,01	400,04	0,67
Operação de Crédito	248.484.066,28	4.391.459.994,13	-4.142.975.927,85	-94,34	0,24
Transferências Constitucionais e Legais	12.973.328.408,00	13.014.995.369,00	-41.666.961,00	-0,32	12,65
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	7.803.924.653,35	2.048.777.685,75	5.755.146.967,60	280,91	7,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.612.358.321,55			
Transferências Financeiras Concedidas	32.580.484.037,16	36.269.620.337,16	-3.689.136.300,00	-10,17	31,76
Resultantes da Execução Orçamentária	10.590.405.027,83	13.235.188.557,74	-2.644.783.529,91	-19,98	10,32
Repasso Concedido	654.644.567,65	644.168.936,81	10.475.630,84	1,63	0,64
Sub-repasso Concedido	9.838.283.363,91	12.590.949.291,25	-2.752.665.927,34	-21,86	9,59
Repasso Devolvido	97.477.096,27	70.329,68	97.406.766,59	138.500,23	0,10
Independentes da Execução Orçamentária	21.990.079.009,33	23.034.431.779,42	-1.044.352.770,09	-4,53	21,43
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	809.876.452,48	727.389.581,11	82.506.871,37	11,34	0,79
Demais Transferências Concedidas	2.332.503,00	88.206,33	2.244.296,67	2.544,37	0,00
Movimento de Saldos Patrimoniais	21.177.870.053,85	22.306.973.991,98	-1.129.103.938,13	-5,06	20,64
Pagamentos Extraorçamentários	6.126.856.409,39	8.454.361.098,44	-2.328.504.689,05	-27,54	5,97
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19.859.571,99	44.938.291,28	-25.078.719,29	-55,81	0,02
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.598.497.213,82	4.377.140.277,32	-778.643.063,50	-17,79	3,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.288.512.452,06	4.032.282.529,84	-1.743.770.077,78	-43,25	2,23
Outros Pagamentos Extraorçamentários	218.987.171,52	-			
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	218.986.471,52				
Demais Pagamentos	700,00				
Saldo para o Exercício Seguinte	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	2.522.840.197,71	50,77	7,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	2.522.840.197,71	50,77	7,30
TOTAL	102.592.524.128,04	107.007.702.464,04	-4.415.178.336,00	-4,13	100,00

Fonte: SIAFIWEB



	2019	2018	AH%	SALDO
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.223.576.614,50	11.971.066.140,24	-31,30	-3.747.489.525,74
INGRESSOS	83.200.598.818,52	92.884.797.782,84	-10,43	-9.684.198.964,32
Receitas Derivadas e Originárias	24.512.475.258,23	23.519.945.096,66	4,22	992.530.161,57
Receita de Contribuições	22.104.574.234,86	22.047.583.762,82	0,26	56.990.472,04
Receita Patrimonial	1.412.073,83	1.470.194,50	-3,95	-58.120,67
Receita de Serviços	1.118.175.329,86	770.970.252,01	45,03	347.205.077,85
Remuneração das Disponibilidades	663.249.380,44	363.992.680,71	82,22	299.256.699,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	625.064.239,24	335.928.206,62	86,07	289.136.032,62
Outros Ingressos Operacionais	58.688.123.560,29	69.364.852.686,18	-15,39	-10.676.729.125,89
Ingressos Extraorçamentários	2.280.605.040,74	3.986.102.172,42	-42,79	-1.705.497.131,68
Restituições a Pagar	8.164,52	22.618,07	-63,90	-14.453,55
Transferências Financeiras Recebidas	56.407.510.355,03	65.368.429.507,02	-13,71	-8.960.919.151,99
Arrecadação de Outra Unidade		10.298.388,67		
DESEMBOLSOS	-74.977.022.204,02	-80.913.731.642,60	-7,34	5.936.709.438,58
Pessoal e Demais Despesas	-2.286.082.254,70	-3.260.494.465,44	-29,89	974.412.210,74
Administração	-17.350,00	-3.000,00	478,33	-14.350,00
Previdência Social	-68.894.982,65	-58.092.952,76	18,59	-10.802.029,89
Educação	-2.217.169.922,05	-3.202.398.512,68	-30,77	985.228.590,63
Transferências Concedidas	-37.602.956.288,58	-37.351.334.310,16	0,67	-251.621.978,42
Intergovernamentais	-35.432.419.445,41	-36.555.433.225,52	-3,07	1.123.013.780,11
A Estados e/ou Distrito Federal	-12.158.224.578,69	-12.502.738.007,09	-2,76	344.513.428,40
A Municípios	-23.274.194.866,72	-24.052.695.218,43	-3,24	778.500.351,71
Intragovernamentais	-2.152.881.908,81	-595.367.426,21	261,61	-1.557.514.482,60
Outras Transferências Concedidas	-17.654.934,36	-200.533.658,43	-91,20	182.878.724,07
Outros Desembolsos Operacionais	-35.087.983.660,74	-40.301.902.867,00	-12,94	5.213.919.206,26
Dispêndios Extraorçamentários	-2.288.512.452,06	-4.032.282.529,84	-43,25	1.743.770.077,78
Transferências Financeiras Concedidas	-32.580.484.037,16	-36.269.620.337,16	-10,17	3.689.136.300,00
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-218.986.471,52			
Demais Pagamentos	-700,00			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.700.736.416,79	-10.147.885.118,39	-43,82	4.447.148.701,60
INGRESSOS	1.621.651.228,55	1.354.719.815,80	19,70	266.931.412,75
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.621.651.228,55	1.354.719.815,80	19,70	266.931.412,75
Outros Ingressos de Investimentos	-	-		
DESEMBOLSOS	-7.322.387.645,34	-11.502.604.934,19	-36,34	4.180.217.288,85
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.294.880,59	-16.930.812,62	-92,35	15.635.932,03
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-7.315.681.477,91	-11.480.923.922,49	-36,28	4.165.242.444,58
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.411.286,84	-4.750.199,08	13,92	-661.087,76
INGRESSOS	-	-		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.522.840.197,71	1.823.181.021,85	38,38	699.659.175,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.968.779.981,40	3.145.598.959,55	57,96	1.823.181.021,85
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	50,77	2.522.840.197,71

Fonte: SIAFIWEB

De acordo com o artigo nº 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ingressos

Em análise ao Balanço Financeiro observa-se que os ingressos apresentaram redução de 4,13%, ocasionada, principalmente, pela redução de 13,71% nas “Transferências Financeiras Recebidas”, o equivalente a R\$ 8,96 bilhões. Os subitens que mais contribuíram para a referida redução foram: Repasse Recebido, o qual demonstrou uma redução de 8,77%, equivalente a R\$ 4,2 bilhões, e Sub-Repasse Recebido, que, por sua vez, apresentou decréscimo de cerca de 22%, equivalente a R\$ 2,75 bilhões. A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais itens que compõem os ingressos:

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	26.134.126.486,78	24.874.664.912,46	5,06	25,47
Transferências Financeiras Recebidas	56.407.510.355,03	65.368.429.507,02	-13,71	54,98
Recebimentos Extraorçamentários	15.082.107.304,83	13.619.009.085,01	10,74	14,7
Saldo do Exercício Anterior	4.968.779.981,40	3.145.598.959,55	57,96	4,84
TOTAL	102.592.524.128,04	107.007.702.464,04	-4,13	100

Fonte: SIAFIWEB

Conforme tabela a seguir, verifica-se que as Receitas Orçamentárias demonstraram aumento de 5,06% em relação ao exercício de 2018, cerca de R\$ 1,25 bilhão. Cabe ressaltar que as receitas em questão representam cerca de ¼ do total dos ingressos.

Dentro das Receitas Orçamentárias o item que demonstrou o percentual mais significativo foi “Deduções da Receita Orçamentária”, com baixa bastante expressiva de 74,46%, cerca de R\$ 1,31 bilhão. Outro item que desperta atenção é “Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas”, o qual apresentou aumento de cerca de 43%.

Sobre as Transferências Financeiras Recebidas, observa-se a redução de todos os seus componentes, com exceção do item “Demais Transferências Recebidas”, o qual apresentou aumento bastante significativo de 564,95%, e do item “Movimentação de Saldos”, que, por sua vez, demonstrou acréscimo bastante relevante de 4.287,68%. A tabela a seguir apresenta a segregação dos componentes do item Transferências Financeiras Recebidas:



Resultantes da Execução Orçamentária	53.620.201.263,47	60.579.096.944,89	-11,49
· Repasse Recebido	43.781.917.899,56	47.988.147.653,64	-8,77
· Sub-Repasse Recebido	9.838.283.363,91	12.590.949.291,25	-21,86
Independentes de Execução Orçamentária	2.787.309.091,56	4.789.332.562,13	-41,8
· Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.067.945.606,43	4.817.012.780,31	-15,55
· Demais Transferências Recebidas	11.809.798,79	1.776.040,73	564,95
· Movimentação de Saldos Patrimoniais	-1.292.446.313,66	-29.456.258,91	4.287,68
<b>TOTAL</b>	<b>56.407.510.355,03</b>	<b>65.368.429.507,02</b>	<b>-13,71</b>

Fonte: SIAFIWEB

Ao observar a tabela acima podemos concluir que a redução de cerca de R\$ 8,96 bilhões, em valores monetários, sofrida no item “Transferências Financeiras Recebidas”, foi influenciada principalmente pela redução nos ingressos “Resultantes da Execução Orçamentária”. Apesar de ter apresentado redução de apenas 11,49%, em valores monetários, este percentual foi bastante significativo, indicando uma redução de cerca de 6,95 bilhões.

Com relação aos “Recebimentos Extraorçamentários”, a tabela abaixo demonstra a análise horizontal dos itens mais relevantes:

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.236.647,32	11.041.547,09	37,99
Inscrição dos Restos a Pagar não Processados	12.786.257.452,25	9.611.544.358,76	33,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.280.605.040,74	3.986.102.172,42	-42,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.164,52	10.321.006,74	-99,92

Fonte: SIAFIWEB

Verifica-se, conforme demonstrado acima, que o item de maior representatividade foi “Inscrição dos Restos a Pagar Processados”, com o percentual de 37,99%.

Cabe citar, ainda, o subitem “Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados”, o qual contribuiu para o aumento dos ingressos no item “Recebimentos Extraorçamentários”, que, por sua vez, apresentou acréscimo de 10,74%. Observa-se que o subitem em questão apresentou aumento de 33,03%, cerca de R\$ 3,17 bilhões.

Por fim, cabe citar o item “Saldo do Exercício Anterior”, o qual apresentou aumento expressivo de

57,96%, tendo em vista o aumento de “Caixa e Equivalentes de Caixa”. É importante ressaltar que “Caixa e Equivalentes de Caixa”, demonstrado no Balanço Financeiro, corresponde a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, o qual somado à “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, obtida através do confronto entre “Fluxo de Caixa das Atividades das Operações” e “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, também apresentados na DFC, resulta em “Caixa e Equivalentes de Caixa Final”, o qual indica o saldo para o exercício seguinte no quadro dos dispêndios no Balanço Financeiro.

Dispêndios

No que tange aos dispêndios, pode-se observar que estes apresentaram redução de 4,13%. Em análise horizontal ao Balanço Financeiro, constata-se que o único item que demonstrou aumento foi “Saldo para o Exercício Seguinte”, com 50,77%. Os demais itens, “Despesas Orçamentárias”, “Transferências Financeiras Concedidas” e “Pagamentos Extraorçamentários”, demonstraram redução percentual de 1,61, 10,17 e 27,54, respectivamente.

É importante esclarecer que a redução dos itens citados acima influenciou diretamente no aumento do item “Saldo para o Exercício Seguinte”. A tabela a seguir apresenta os principais grupos em valores monetários, bem como a composição dentro dos Dispêndios:

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH%
Despesas Orçamentárias	56.394.563.502,38	57.314.941.047,04	-1,61
Transferências Financeiras Concedidas	32.580.484.037,16	36.269.620.337,16	-10,17
Pagamentos Extraorçamentários	6.125.856.409,39	8.454.361.098,44	-27,54
Saldo para o Exercício Seguinte	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	50,77

Fonte: SIAFIWEB

Cabe ressaltar que “Saldo para o Exercício Seguinte” é obtido da soma de “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” com “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, conforme demonstrado na DFC e já mencionado no tópico dos Ingressos.

Dentro dos Dispêndios, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentou percentual significativo com crescimento de 50,77%. Vale lembrar que este item faz parte da composição de “Saldo para o Exercício Seguinte”.



Com relação ao item “Pagamentos Extraorçamentários”, os componentes mais significativos foram “Pagamento dos Restos a Pagar Processados”, o qual demonstrou uma redução de cerca de 56%, e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, que, por sua vez, apresentou redução de 43,25%.

Cabe acrescentar que os Pagamentos Extraorçamentários abrangem, principalmente, as devoluções de recursos referentes a cauções, avais e fianças retidos como garantia do cumprimento de contratos firmados, e os Restos a Pagar de exercícios anteriores. Ressalta-se, ainda, que as referidas despesas não são consignadas na LOA do exercício corrente. Sendo assim, sua execução independe de autorização legislativa no exercício atual.

Sobre o item “Transferências Financeiras Concedidas”, cabe destacar que os componentes mais relevantes foram: “Repasse Devolvido”, o qual evidenciou um aumento muito relevante de 138.500,23%, e “Demais Transferências Concedidas”, o qual evidenciou aumento de 2.544,37%.

Por fim, é importante mencionar o item “Despesas Orçamentárias”, com seus elementos mais pertinentes: O que mais se destacou foi “Receitas Financeiras”, com um aumento substancial de cerca de 400%, seguido de “Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas”, o qual apresentou aumento considerável de 280,91%

Resultado Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro, é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 4º trimestre de 2019, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em cerca de R\$ 7,49 bilhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao mesmo período de 2018:

(+) Ingressos	102.592.524.128,04	107.007.702.464,04	-4,13
(-) Dispêndios	95.100.903.948,93	102.038.922.482,64	-6,8
(=) Resultado Financeiro	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	50,77

Fonte: SIAFIWEB

Observa-se da tabela acima que o Resultado Financeiro apresentou um aumento considerável de 50,77%. Este aumento é justificado, principalmente, pela redução de 6,8% dos dispêndios, o que representa em valores monetários cerca de R\$ 6,93 bilhões.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade. Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, desta Autarquia, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que, somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro, e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa”, demonstrado no Balanço Patrimonial.



Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	92.058.548.225,36	89.638.888.702,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	21.977.495.678,82	22.043.682.250,87
Contribuições Sociais	21.977.495.678,82	22.043.682.250,87
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.153.009.945,39	1.212.663.251,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.665.019.075,85	770.970.252,02
Juros e Encargos de Mora	135.601.068,98	76.731.640,88
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	672.551.371,35	364.961.358,63
Transferências e Delegações Recebidas	56.407.510.355,03	65.368.517.122,26
Transferências Intragovernamentais	56.407.510.355,03	65.368.517.122,26
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.963.705.376,00	152.430.623,47
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.741.933.188,21	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	221.772.187,79	152.430.623,47
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	556.826.870,12	861.595.454,57
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	115.312.177,73
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	556.826.870,12	746.283.276,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	87.625.423.324,35	85.344.165.046,03
Pessoal e Encargos	153.753.435,94	153.973.209,83
Remuneração a Pessoal	135.313.942,25	132.473.950,82
Encargos Patronais	12.970.328,74	14.142.907,03
Benefícios a Pessoal	4.898.301,67	5.529.306,99
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	570.863,28	1.827.044,99
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.384.299,91	8.430.058,26
Aposentadorias e Reformas	8.337.326,67	8.430.058,26
Pensões	46.973,24	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.183.918.000,29	2.682.872.830,44
Uso de Material de Consumo	309.306,55	640.454,30
Serviços	2.164.716.434,98	2.672.670.036,23
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.892.258,76	9.562.339,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	239.036.678,46	65.644.478,85
Juros e Encargos de Mora	-	1.326.458,46
Variações Monetárias e Cambiais	239.031.766,04	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.912,42	64.318.020,39
Transferências e Delegações Concedidas	68.618.312.990,32	73.800.098.293,30
Transferências Intragovernamentais	32.580.484.737,16	36.269.707.952,40
Transferências Intergovernamentais	35.441.384.802,85	36.742.673.342,79
Transferências a Instituições Privadas	595.934.599,72	787.549.908,25
Outras Transferências e Delegações Concedidas	508.850,59	167.089,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.828.477.598,41	7.849.944.671,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.542.960.759,31	7.848.737.173,45
Incorporação de Passivos	206.955.187,06	87.615,24
Desincorporação de Ativos	78.561.652,04	1.119.882,65
Tributárias	18.197.616,67	13.976.328,51
Contribuições	18.197.616,67	13.976.328,51
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.575.342.704,35	769.225.175,50
Incentivos	447.142.440,12	768.321.759,06
Constituição de Provisões	6.126.884.287,15	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.315.977,08	903.416,44
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.433.124.901,01	4.294.723.656,67

Fonte: SIAFIWEB

De acordo com artigo nº 104 da Lei nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do exercício apurado na DVP compõe os Resultados Acumulados do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

Cabe esclarecer que as alterações evidenciadas na DVP podem ser aumentativas (VPA – receitas que decorrem de transações que aumentam o patrimônio líquido) ou diminutivas (VPD – despesas que decorrem de transações que diminuem o patrimônio líquido), de acordo com os registros realizados no Balanço Patrimonial.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é apurado através do confronto das VPA e VPD. O resultado obtido é evidenciado no Patrimônio Líquido, podendo ser Superávit ou Déficit. Conforme apurado na DVP, o resultado patrimonial do FNDE no 4º trimestre de 2019 foi superavitário, apresentando o valor de cerca de R\$ 4,43 bilhões. Ainda, quando comparado o período em questão com o mesmo período no exercício passado, verifica-se um aumento de 3,22%, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	92.058.548.225,36	89.638.888.702,70	2,7
Variações Patrimoniais Diminutivas	87.625.423.324,35	85.344.165.046,03	2,67
Resultado Patrimonial	4.433.124.901,01	4.294.723.656,67	3,22

Fonte: SIAFIWEB

Variações Patrimoniais Aumentativas

Observa-se que dentro deste grupo o item que mais contribuiu para o aumento da VPA foi Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos, conforme tabela a seguir:

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2019	2018	AH%
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.741.933.188,21	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	221.772.187,79	152.430.623,47	45,49
Total	8.963.705.376,00	152.430.623,47	5.780,51

Fonte: SIAFIWEB



O item Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos representa 9,74% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Os Ganhos com Incorporação de Ativos se referem, principalmente, a “Honras do Fgeduc”. De acordo com o art. 21 do Estatuto, o Fgeduc deve efetuar em favor do Fies a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos na fase de amortização, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual máximo do valor garantido.

Conforme o Acórdão nº 1331/2019-TCU-Plenário, foi estabelecido que o Fies deveria registrar contabilmente esse direito à garantia como um ativo do Fundo. Nesses termos, foi registrado ao final do trimestre o valor de R\$ 6.518.899.593,16 em honras de garantias a receber, correspondente ao percentual do saldo devedor dos financiamentos que já atingiram os requisitos para a realização da honra pelo administrador do Fgeduc. Estima-se que o administrador do Fgeduc implemente, ainda em 2019, o processo de realização de honras do saldo devedor inadimplido.

Também compõe o item “Ganhos com Incorporação de Ativos” as transferências de recursos financeiros para atender a execução de ações do Plano de Trabalho Anual Simplificado.

O item “Contribuições” apresentou uma redução de 0,3%, o que representa cerca de R\$ 66 milhões. Cabe ressaltar que este item representa

23,87% das VPAs.

Quanto ao item “Transferências e Delegações Recebidas”, verifica-se uma redução de 13,71%, o que representa cerca de R\$ 8,96 bilhões. Este item representa 61,27% das VPAs.

### Variações Patrimoniais Diminutivas

Observa-se que as Variações Patrimoniais Diminutivas apresentaram aumento de 2,67%, cerca de R\$ 2,28 bilhões, ocasionado, principalmente, pelo aumento do item “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, o qual demonstrou em análise horizontal um aumento bastante expressivo de 754,8%, cerca de R\$ 5,8 bilhões, influenciado pelos registros na conta de provisões, que, por sua vez, apresentou no final do 4º trimestre o saldo relevante de R\$ 6,2 bilhões referente a: quotas estadual e municipal do Salário-Educação 13ª parcela da complementação da União ao FUNDEB/2019 e ajuste da complementação da União ao FUNDEB/2019, no valor de R\$ 4,81 bilhões; e provisão para PNLD/2020, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

É importante ainda mencionar os itens “Transferências e Delegações Concedidas” e “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que apresentaram percentuais relevantes em análise horizontal da VPD.

Sobre as “Transferências e Delegações Concedidas”, verifica-se que, apesar de ter

apresentado um decréscimo pouco expressivo de 7,02%, em valores monetários, demonstrou uma redução importante de cerca de R\$ 5,18 bilhões e representa 74,54% da composição das VPD.

Quanto ao item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, observa-se um aumento de 25,20%, cerca de R\$ 1,97 bilhão influenciado pelos registros referentes a ajuste para perdas em empréstimos e financiamentos concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil/Fies.



### Resultados

- Melhoria de registros contábeis, gerando melhor representatividade das demonstrações.



### Desafios

- Articulação com Tesouro Nacional para que situações peculiares sejam melhor contempladas nos padrões de registro.



## Notas Explicativas do Fundo de Financiamento Estudantil/Fies

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), fundo de natureza contábil, é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260/2001 (Lei do Fies). Podem recorrer ao financiamento os estudantes com renda familiar bruta per capita de até três salários mínimos mensais e desempenho mínimo de 450 pontos no Enem, com nota da redação diferente de zero.

De 2010 ao primeiro semestre de 2015, a taxa de juros do financiamento definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) era de 3,4% a.a., com período de carência de 18 meses e amortização em três vezes o período de duração regular do curso, acrescido de doze meses, com percentual financiável de 50% a 100% do valor dos encargos educacionais. Do segundo semestre de 2015 até 2017, os financiamentos concedidos passaram a ter taxa de juros de 6,5% a.a., com prazo de amortização de até três vezes o período do curso, o percentual financiável passou a exigir uma participação mínima em relação à renda familiar. Os contratos de financiamento firmados nesse período são garantidos por fiança ou pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), de que trata a Lei nº 12.087, de 2009.

A partir de 2018, em consonância com as recomendações constantes do Acórdão nº 3001/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), foi implementado o Novo Fies, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº 13.530, de 2017, tendo como principais objetivos a (i) sustentabilidade do Programa, considerando a viabilidade orçamentária e financeira, controle da inadimplência e compartilhamento de riscos, (ii) transparência para os alunos e para a sociedade e (iii) melhoria da Governança, mediante a criação do Comitê Gestor do Fies (CG-Fies). Além da introdução do Plano Trienal, que indica o quantitativo de vagas para três anos, a taxa de juros do financiamento passou a ser pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou seja, juro real zero. O pagamento das prestações passou a ser contingente à renda do financiado, o que respeita a capacidade de pagamento do financiado,

e foi criado o Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), com aportes da União e das entidades mantenedoras, que assegura a cobertura de 100% do risco de crédito. Com esses ajustes, buscou-se a continuidade do Fies enquanto política pública perene de inclusão social e de democratização do ensino superior.

A seleção de estudantes para obtenção do Fies passou a ser realizada, desde o segundo semestre de 2015, por meio de processo seletivo, que assegura a distribuição de vagas de acordo com as áreas prioritárias e com a quantidade adequada à disponibilidade orçamentária do Fies, além de garantir o acesso por mérito ao ensino superior.

Desde a sua criação, o Fies já atendeu mais de 3,3 milhões de estudantes, sendo que 2,87 milhões ainda possuem contratos ativos, assim considerados aqueles financiamentos que apresentam saldo devedor junto aos agentes financeiros do Fundo. Desse total, cerca de 672,8 mil estudantes ainda estavam cursando o ensino superior em dezembro de 2019.

**Distribuição geográfica** – Ao final do exercício, a distribuição geográfica dos contratos ativos apresentou, em relação ao exercício anterior, redução nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de 0,2%, 0,6% e 0,2% respectivamente, e aumento no Norte e Nordeste, da ordem de 0,2% e 0,7%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Concentração Geográfica	31/12/2018	31/12/2019
Centro-Oeste	12%	12%
Nordeste	26%	26%
Norte	7%	7%
Sudeste	43%	43%
Sul	12%	12%

**Tipo de garantia** – Dos contratos formalizados até o segundo semestre de 2017, os contratos com a cobertura do Fgeduc representavam 72,4% do total de financiamentos ativos, com 1,97 milhão de estudantes beneficiados com essa modalidade de garantia, que garante até 90% do saldo devedor. Os demais 739,6 mil estudantes são garantidos por meio de fiança convencional ou fiança solidária, sendo que 191,8 mil desses contratos foram firmados anteriormente a 2010. Por outro lado, os 166,1 mil contratos de financiamento firmados a partir do primeiro semestre de 2018 possuem a cobertura do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), conforme abaixo:

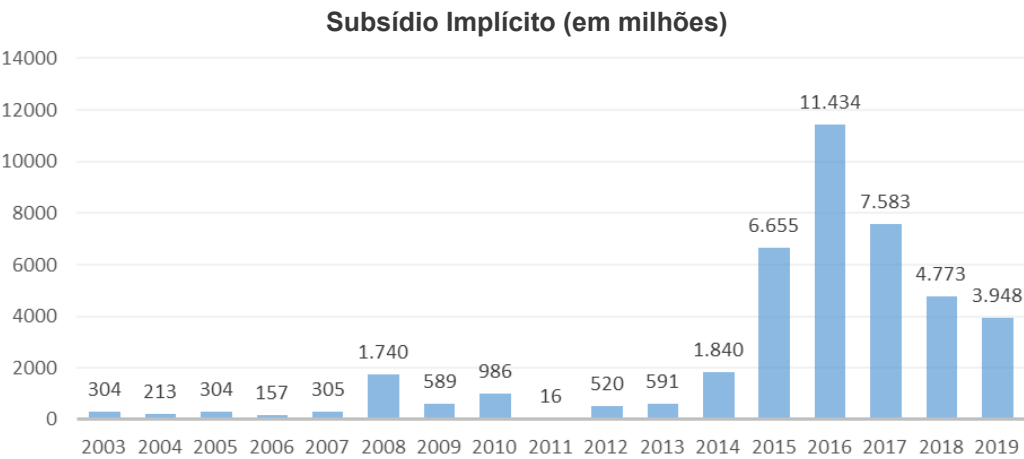
Tipo de garantia	Quantidade	31/12/2019
Contratos com garantia do FGEDUC	1.966.546	79.854.465.882,99
Contratos sem garantia do FGEDUC	547.828	25.210.982.670,58
Contratos com garantia do FG-Fies	166.156	1.323.131.136,95
Contratos firmados antes de 2010	191.867	3.009.105.231,96
Totais	2.872.397	109.397.684.922,48

**Área de formação e treinamento** – Se considerada a distribuição dos cursos financiados conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE-F 2013), versão publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em outubro de 2017, com adaptações, os contratos ativos do Fies apresentavam ao final de 2019 a seguinte distribuição:

Áreas Gerais	31/12/2018	31/12/2019	Variação
Educação (Licenciaturas e Pedagogia)	191.387	191.944	0,30%
Artes e Humanidades	10.514	10.847	3,20%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	719.740	736.289	2,30%
Ciências, Matemática e Computação	100.086	103.283	3,20%
Engenharia, Produção e Construção	494.580	502.001	1,50%
Agricultura e Veterinária	63.880	67.631	5,90%
Medicina (Saúde)	51.599	53.752	4,20%
Saúde e Bem-Estar	671.569	705.320	5,00%
Serviços	5.910	6.003	1,60%
Cursos Tecnológicos	170.595	172.255	1,00%
Outros	341.229	323.072	-5,30%
<b>Total</b>	<b>2.821.089,00</b>	<b>2.872.397,00</b>	<b>1,8%</b>



**Subsídio implícito** – Relativamente ao impacto nas contas públicas, decorrente da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos aos estudantes, segundo apuração realizada pelo Ministério da Economia, o subsídio implícito apresentou, no período de 2003 a 2019, os valores constantes do gráfico abaixo:



**Receitas do Fies** – Em 2019, as receitas do Fies alcançaram R\$ 3,4 bilhões, crescimento de 13% em relação a 2018, sendo que 79,8% se refere a retornos relativos a capital e juros do financiamento estudantil, conforme abaixo discriminado:

Receitas do Fies			
Natureza da Receita	2018	2019	Variação
Contribuição sobre a Loteria Federal	389.695.879,34	0	-100%
Remuneração de depósitos bancários	160.330.306,77	307.841.455,99	92%
Juros de títulos de renda	968.677,92	1.412.073,83	46%
Juros de títulos de renda-multa e juros	501.516,58	0	-100%
Retorno de operações, juros e encargos financeiros	770.970.252,01	1.118.175.329,86	45%
Prêmios prescritos de concursos e prognósticos	354.558.609,51	382.897.080,94	8%
Amortização de financiamento	1.354.719.815,80	1.621.651.228,55	20%
TOTAL	3.031.745.057,93	3.431.977.169,17	13%

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A Contribuição sobre a Loteria Federal deixou de compor o rol de receitas do Fies, em razão do disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e as receitas de Juros de títulos de renda e Juros de títulos renda-multa e juros foram unificadas, o que explica a ausência de arrecadação em 2019.

**Fonte de financiamento** – Os recursos orçamentários para fazer frente aos dispêndios relacionados às contratações e aditamentos de renovação semestral correram à conta da dotação existente na ação 00IG – Concessão de Financiamento Estudantil. Já o custeio do pagamento da taxa de administração aos agentes financeiros e da integralização de contas nos fundos garantidores foi suportado pelas ações 20RZ – Administração do Financiamento Estudantil e 00M2 – Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo, respectivamente, conforme quadro demonstrativo de Fontes abaixo (em R\$):

Fonte	2018	2019
100 - Recursos Ordinários	16.560.251.334	11.307.304.119
118 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos	443.576.232	0
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em PPE	232.404.784	402.021.038
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.370.936.222	1.920.430.638
680 - Recursos Próprios Financeiros (outros exercícios)	444.049.000	0
Total	19.051.217.572,00	13.629.755.795,00

Em 2019, a dotação orçamentária apresentou decréscimo de 28,5% em relação à dotação de 2018, conforme já previsto no PLOA 2018-2019, motivada pela redução da quantidade de contratos na fase de utilização, que corresponde ao período no qual o estudante ainda frequenta o curso e, portanto, gera desembolsos do Fies para pagamento dos encargos educacionais financiados às instituições de ensino.

**Risco de crédito - ajuste para perdas** – Por meio da Resolução nº 27, de 10 de setembro de 2018, o CG-Fies estabeleceu os critérios para caracterização de inadimplência, do risco de crédito e dos ajustes de perdas estimadas no âmbito do Fies. De acordo com a Resolução, a classificação deve ser realizada em função do atraso verificado no pagamento das prestações durante a fase de amortização do contrato, independentemente do tipo de garantia do financiamento. Como subsídio, foram utilizadas as diretrizes padronizadas pelo Banco Central do Brasil e aplicadas aos créditos concedidos pelas instituições financeiras, nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999.

Em decorrência, os financiamentos passaram a ser classificados, em ordem crescente de risco, em oito



níveis e os ajustes de perdas estimadas passaram a observar percentuais incidentes sobre o saldo devedor dos contratos, conforme tabela abaixo:

Risco	Descrição	Percentual Ajuste
A	Adimplentes e atraso de até 14 dias	0,50%
B	Atraso entre 15 e 30 dias	1,00%
C	Atraso entre 31 e 60 dias	3,00%
D	Atraso entre 61 e 90 dias	10,00%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30,00%
F	Atraso entre 121 e 150 dias	50,00%
G	Atraso entre 151 e 180 dias	70,00%
H	Atraso superior a 180 dias	100,00%

Destaca-se que, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 10.260, de 2001, as entidades mantenedoras também participam do risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias, na proporção de 15 ou 30% do saldo devedor não garantido por fundo garantidor.

Nesse contexto, nos termos da Resolução nº 27, de 2018, o registro do ajuste de perdas, realizado mensalmente, alcançou ao final do exercício o valor de R\$ 17.382.810.362,26, representando uma elevação de 121,5% em relação ao saldo existente ao final de 2018, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Classif.	Descrição	Quantidade de Contratos	Saldo Devedor dos Contratos	Valor do Ajuste para Perdas
A	Adimplente e atraso até 14 dias	708.139	22.973.505.300,62	114.817.758,38
B	atraso entre 15 e 30 dias	49.310	1.155.993.426,44	11.540.592,55
C	atraso entre 31 e 60 dias	66.785	2.462.269.067,25	73.799.454,01
D	atraso entre 61 a 90 dias	28.607	994.973.493,33	99.311.074,94
E	atraso entre 91 a 120 dias	29.725	965.139.940,72	288.999.743,09
F	atraso entre 121 a 150 dias	23.673	775.723.661,27	387.261.599,98
G	atraso entre 151 e 180 dias	21.106	691.248.501,47	483.092.517,85
H	atraso superior a 180 dias	660.552	15.930.765.660,68	15.923.987.621,45
	<b>Total</b>	<b>1.587.897,00</b>	<b>45.949.619.051,78</b>	<b>17.382.810.362,26</b>

O valor do ajuste para perdas foi fortemente impactado pela elevação da quantidade de contratos que passaram da fase de carência para a fase de amortização no exercício. Ao final de 2019, 1,58 milhão de contratos estavam em amortização, com saldo devedor total de R\$ 45,9 bilhões, o que representa aumento de 44,3% e de 70,8%, respectivamente, em relação à quantidade e saldo devedor observados ao final do exercício de 2018.

O ajuste para perdas de curto prazo passou a ser segregado, em atendimento ao disposto no Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário, e alcançou o montante de R\$ 163.486.580,05 no final do exercício.

Cerca de 50,5% dos financiamentos do Fies na fase de amortização, que envolve cerca de 800 mil financiados, estavam inadimplentes ao final do exercício. O valor acumulado das prestações vencidas e não pagas a partir de um dia de atraso, relativamente aos contratos na fase de amortização, alcançou R\$ 3,5 bilhões em 31.12.19.

**Renegociação de dívidas vencidas** – Com o objetivo de estimular a regularização das dívidas inadimplidas, por meio da Resolução nº 28, de 2018, o CG-Fies estabeleceu os critérios e procedimentos operacionais e financeiros para renegociação das dívidas no âmbito do Fies, com o parcelamento das prestações vencidas pelo prazo mínimo de 48 meses. A renegociação poderia ser realizada pelos estudantes diretamente nos agentes financeiros do Fies, no período de 29 de abril a 10 de outubro de 2019. Cerca de 500 mil estudantes, com dívidas da ordem de R\$ 11,2 bilhões, reuniam as condições para renegociar o financiamento. Ao final do prazo, 11,5 mil estudantes realizaram a renegociação de seus contratos, abrangendo saldo devedor de R\$ 354 milhões, o que gerou ingresso de recursos para o Fies de R\$ 12,4 milhões por conta do pagamento da entrada.

**Índice de recuperação** – O índice de recuperação dos valores a receber dos contratos que passaram a ser classificados como inadimplentes – prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, nos termos da Resolução nº 27, de 2018 – alcançou 7,7%, mesmo índice observado ao final do terceiro trimestre de 2019 e superior ao verificado no final do exercício de 2018, que foi de 7,5%.

**Honras do Fgeduc** – De acordo com o disposto no art. 21 do Estatuto, o Fgeduc deve efetuar em favor do Fies a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos na fase de amortização, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual máximo do valor garantido.



Conforme o Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário, foi estabelecido que o Fies deveria registrar contabilmente esse direito à garantia como um ativo do Fundo. Nesses termos, no final do exercício de 2019, encontrava-se registrado o valor de R\$ 6.518.899.593,16 em honras de garantias a receber, correspondente ao percentual do saldo devedor dos financiamentos que já atingiram os requisitos para a realização da honra pelo administrador do Fgeduc.

O saldo devedor dos contratos de financiamento formalizados com garantia do Fgeduc alcançou R\$ 79,8 bilhões, que representa cerca de 74,1% do saldo total da carteira do Fies, sem considerar o Novo Fies.

Plano Trienal – Instituído pelo Decreto s/nº de 19 de setembro de 2017, é uma das principais ferramentas para aprimoramento do processo de planejamento e governança do Fies, que busca garantir o crescimento contínuo e sustentável do programa, com definição de estratégias para se atingir objetivos da política pública e controle dos impactos fiscais, orçamentários e financeiros, em consonância com o Acórdão 3001/2016 do TCU.

Por meio desse instrumento, o CG-Fies determina a quantidade de vagas planejadas para os próximos três anos, com o propósito de minimizar a volatilidade de ofertas de vagas de um ano para o outro, trazendo previsibilidade tanto para o Governo Federal quanto para os interessados no financiamento estudantil – estudantes, instituições de ensino, agentes financeiros, dentre outros.

O Plano Trienal para o triênio 2019-2021 foi aprovado pela Resolução nº 32, de 14 de novembro de 2018, e para o triênio 2020-2022, pela Resolução nº 37, de 18 de dezembro de 2019, do CG-Fies, disponíveis no endereço eletrônico abaixo:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/Fies-graduacao/o-Fies/comite-gestor-Fies>





## **CAPÍTULO 05**

# **Outras Informações Relevantes**

**FNDE**  
Fundação Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Compete às unidades do FNDE o acompanhamento e a manifestação quanto ao atendimento das demandas e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), as quais são registradas no Sistema Integra, conforme previsto na Portaria nº 434, de 08 de setembro de 2016.

Em 2019, foram recebidos 55 acórdãos com determinações ao FNDE. Houve um aumento de aproximadamente 14% em comparação ao ano anterior, quando foram registrados 47 acórdãos. Adiciona-se aos acórdãos recebidos em 2019, o quantitativo de deliberações expedidas em exercícios anteriores pendentes de atendimento conclusivo.

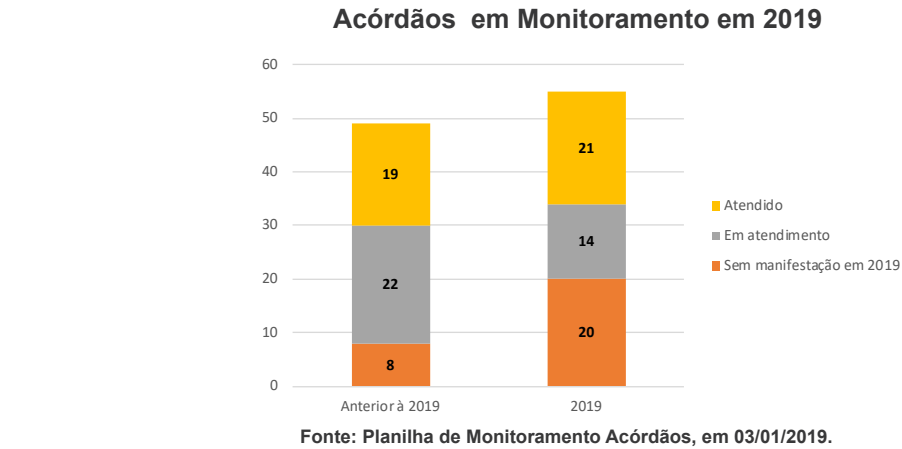
Indicador de Ações de Controle

INDICADOR DE AÇÕES DE CONTROLE	FÓRMULA DE CÁLCULO	INDICADOR APURADO
Taxa de atendimento aos Acórdãos do TCU com determinação	Relação entre o número de Acórdãos com determinação atendido/em atendimento e a quantidade de Acórdãos com determinação acompanhados em 2019	73,07%

Deliberações do TCU que remetem à obrigação de informar as providências adotadas no Relatório de Gestão

**Acórdão nº 13076/2019-1ª Câmara, TC. 029.729/2018-1**, trata do processo de monitoramento instaurado com intuito de avaliar o cumprimento, por parte do FNDE, da alínea “c” do Acórdão 254/2018 – 1ª Câmara, prolatado no TC 023.661/2017-8. O FNDE instruiu TCE (23034.048246/2018-16) e apurou a responsabilidade solidária dos gestores à época em função da reprovação total do objeto, pela área técnica, por inexecução do objeto pactuado (obra inacabada). Entretanto, em 15/10/2019, o FNDE recebeu Ofício com informações relacionadas à prestação de contas do convênio. Assim, os documentos foram remetidos à área de análise para novas deliberações.

**Acórdão nº 9861/2019-1ª Câmara, TC. 008.248/2018-4**, refere-se ao arquivamento de TCE instaurada em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2012, município de Avelino Lopes/PI, e solicita que o FNDE dê cumprimento ao disposto no art. 15, inciso I, da IN TCU 71/2012. Desta forma, com vistas à adoção das devidas providências, o responsável foi inscrito no CADIN pelo não recolhimento do valor.



Acórdão decorrente do Julgamento de Contas Anuais

**Acórdão nº 7790/2015 – 1ª Câmara, TC. 023.014/2014-8**, decorrente do julgamento das Contas do FNDE, exercício de 2013, encontra-se em atendimento. A cada 90 dias o FNDE presta informações atualizadas sobre o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Prestação de Contas, em cumprimento ao item 9.5. A última manifestação foi em 18/12/2019, por meio do Ofício nº 46369/2019/ChefiaGabin/Gabin-FNDE.

**Acórdão nº 3989/2019-2ª Câmara, TC. 011.061/2018-9**, trata do arquivamento do processo de TCE instaurada em razão de irregularidades identificadas na execução dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), exercício de 2014, repassados ao Município de Paripueira/AL. Considerando que não há esclarecimento sobre o motivo pelo qual o débito apurado pelo TCU é inferior ao limite mínimo fixado, uma vez que a TCE foi instaurada em valor superior a R\$ 100.000,00, esta Autarquia solicitou à Corte de Contas cópia do Relatório e do Voto que fundamentaram o Acórdão, por meio do Ofício nº 46397/2019, com vistas à adoção de medidas administrativas.

**Acórdão nº 6693/2019-2ª Câmara, TC. 009.327/2019-3**, refere-se à TCE instaurada em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Jenipapo de Minas/MG, para atendimento ao PNATE. Com intuito de conhecer os motivos que ensejaram a redução do débito imputado, o FNDE protocolou no TCU o Ofício nº 149/2020, que solicita cópia do Relatório e do Voto que fundamentaram o citado Acórdão.



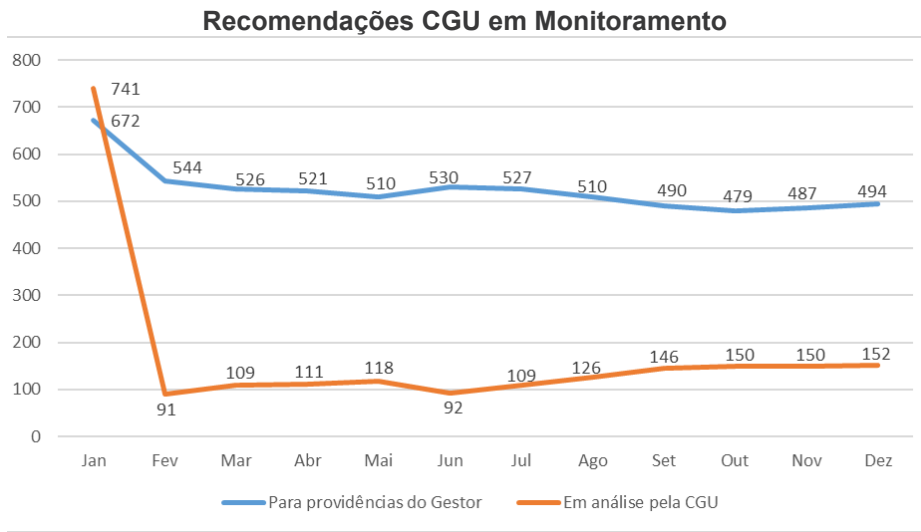
Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O processo de monitoramento das recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), no âmbito das suas auditorias e fiscalizações, foi executado até outubro de 2019 por meio do Sistema Monitor, no qual as unidades do FNDE apresentavam manifestação quanto às providências adotadas para cada uma das recomendações.

As recomendações em monitoramento classificam-se de duas formas: “para providências do gestor” (que requerem manifestação do FNDE) e “em análise pela CGU” (referentes àquelas que aguardam posicionamento da Controladoria, após a manifestação das unidades do FNDE).

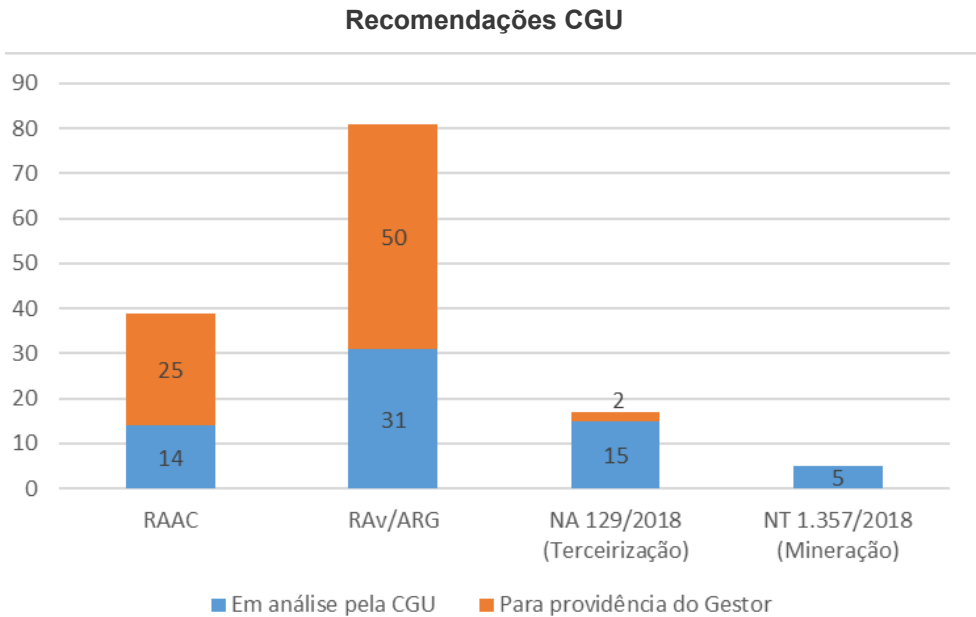
Com o desenvolvimento do e-Aud, Sistema de Gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental, pela Secretaria Federal de Controle da CGU, as recomendações registradas no Sistema Monitor foram migradas para a nova plataforma, utilizada pela Controladoria para monitorar a implementação das recomendações, orientações e alertas que emite às Unidades Auditadas.

Deste modo, no ano de 2019, o monitoramento das recomendações da CGU foi realizado por meio do Sistema Monitor até setembro e do e-Aud a partir de outubro. Os dados extraídos dos dois sistemas foram compilados no gráfico abaixo:



Fonte: Dados dos Sistemas Monitor e e-Aud – Consulta realizada em 11/02/2020.

Do total de recomendações, destacam-se as decorrentes dos Relatórios de Auditoria Anual de Contas (RAAC); dos Relatórios de Avaliação da Execução de Programa de Governo (RAv) e das Avaliações dos Resultados da Gestão (ARG); da Nota de Auditoria nº 129/2018, que trata dos contratos de terceirização; e da Nota Técnica nº 1.357/2018, que trata sobre a proposta de aprimoramento do modelo de tratamento e seleção das prestações de contas, o que representa aproximadamente 22% do montante. A situação dessas recomendações está demonstrada no gráfico a seguir:



Fonte: Dados dos Sistemas Monitor e e-Aud – Consulta realizada em 11/02/2020.



## Considerações Finais

Este relatório refere-se ao que foi executado no âmbito do FNDE em 2019. Sua elaboração se deu já em um novo cenário, o que exigiu recuperar as informações, em um ano marcado por recomeços. Os resultados produzidos pela gestão são dinâmicos e, neste relatório, buscou-se iniciar um processo de sistematização e uma dinâmica que promova uma gestão estratégica monitorada, gerando e consumindo informações continuamente.

Assim, para que a prestação de contas do FNDE à sociedade seja efetiva, ela não pode ser restrita aos momentos estanques de relatórios de gestão. Os links disponibilizados ao longo deste relatório evidenciam a preocupação em fomentar a transparência. Nesse sentido, o site do FNDE é ferramenta contínua para comunicar à sociedade o que a Autarquia realiza.



Com a finalidade de dar cumprimento às normas referentes à acessibilidade, o FNDE disponibilizou um espaço físico, destinado ao atendimento presencial, no térreo desta Autarquia, para facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. Suas dimensões e sua localização voltada para o exterior do prédio permitem que pessoas com mobilidade reduzida tenham acesso facilitado, eliminando barreiras que dificultam o seu ingresso. O Portal do FNDE segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004. Acesso através do link <http://www.fnde.gov.br/acessibilidade>.

Além disso, documentos específicos promovem a divulgação daquilo que o FNDE entrega à sociedade. Exemplo disso é a carta de serviços. A Carta de Serviços do FNDE tem por objetivo informar ao cidadão sobre os serviços prestados pela Autarquia, os meios de acesso a esses serviços e o compromisso na qualidade de atendimento prestado ao usuário, visando a garantir a transparência nas informações sobre todas as ações e programas executados. O conteúdo da Carta de Serviços do FNDE encontra-se no link: <http://www.fnde.gov.br/institucional>.

Os canais de comunicação apresentados neste relatório estão também disponíveis a todo cidadão. Assim, o FNDE se coloca à sociedade como uma instituição consolidada, que promove educação, e que aprende continuamente, sempre voltado à sua missão de prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos.





**FNDE**

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

**FNDE**

*Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação*